

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	22
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	120
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	122
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	123
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	124
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.020.000.000
Preferenciais	0
Total	2.020.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	11.669.506	11.660.096
1.01	Ativo Circulante	2.097.539	3.712.851
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	888.083	2.341.502
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.068.346	1.163.766
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.068.346	1.163.766
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	1.068.346	1.163.766
1.01.03	Contas a Receber	20.539	17.755
1.01.03.01	Clientes	20.539	17.755
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	20.539	17.755
1.01.06	Tributos a Recuperar	91.628	111.736
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.036	837
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	27.907	77.255
1.01.08.03	Outros	27.907	77.255
1.01.08.03.01	Outros Créditos	1.738	941
1.01.08.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	26.037	76.130
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Fornecedores	132	184
1.02	Ativo Não Circulante	9.571.967	7.947.245
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.324.115	1.314.828
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.109	20.112
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.264.054	1.210.707
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	57.952	84.009
1.02.01.10.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	0	32.156
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	57.831	51.749
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais e Outros	121	104
1.02.02	Investimentos	8.201.890	6.587.619
1.02.02.01	Participações Societárias	8.201.890	6.587.619
1.02.03	Imobilizado	24.697	19.454
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.078	8.814
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	17.619	10.640
1.02.04	Intangível	21.265	25.344

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	11.669.506	11.660.096
2.01	Passivo Circulante	119.487	823.549
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	44.127	40.469
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.146	6.891
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	33.981	33.578
2.01.02	Fornecedores	3.399	4.260
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.344	4.260
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.055	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.095	28.466
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.799	28.175
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8	0
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Parcelados	1.648	17.509
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições a Recolher	18.143	10.666
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	296	291
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	296	291
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	49.898	436.804
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	15.906
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	15.906
2.01.04.02	Debêntures	49.898	420.898
2.01.05	Outras Obrigações	1.968	313.550
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	267	378
2.01.05.02	Outros	1.701	313.172
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	324	300.158
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.377	1.394
2.01.05.02.05	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	0	11.620
2.02	Passivo Não Circulante	2.154.948	2.670.716
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.000.563	2.480.682
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	389.865
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	389.865
2.02.01.02	Debêntures	2.000.563	2.090.817
2.02.02	Outras Obrigações	5.876	6.825
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.916	1.916
2.02.02.02	Outros	3.960	4.909
2.02.03	Tributos Diferidos	148.361	183.078
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	148.361	183.078
2.02.04	Provisões	148	131
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	65	60
2.02.04.02	Outras Provisões	83	71
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	83	71
2.03	Patrimônio Líquido	9.395.071	8.165.831
2.03.01	Capital Social Realizado	6.022.942	6.023.198
2.03.02	Reservas de Capital	13.992	13.992
2.03.02.07	Ágio em transação de capital	13.992	13.992
2.03.04	Reservas de Lucros	1.709.804	1.809.981
2.03.04.01	Reserva Legal	500.665	500.665
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.209.139	1.209.139

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	100.177
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.085.179	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	563.154	318.660

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	23.127	68.327	22.845	65.334
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.827	-23.670	-7.049	-20.488
3.02.01	Serviços	-486	-1.117	-203	-439
3.02.02	Depreciação e Amortização	-250	-758	-243	-685
3.02.03	Custo com Pessoal	-6.717	-21.068	-6.458	-18.940
3.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-20	-38	-8	-42
3.02.05	Outros	-354	-689	-137	-382
3.03	Resultado Bruto	15.300	44.657	15.796	44.846
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	328.001	982.229	441.933	1.536.605
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-88.838	-199.538	-44.776	-138.518
3.04.02.01	Serviços	-27.871	-57.817	-7.265	-21.635
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-2.874	-8.763	-3.282	-10.114
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-52.893	-116.951	-29.329	-91.776
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-373	-778	-177	-588
3.04.02.05	Outros	-1.995	-6.307	-1.903	-6.034
3.04.02.06	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-111	-1.110	-401	-1.328
3.04.02.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-2	-5	57	51
3.04.02.08	Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros	0	-75	0	0
3.04.02.09	Água, luz, telefone, internet e gás	-291	-946	-339	-1.052
3.04.02.10	Gastos com viagens e estadias	-1.187	-3.071	-899	-2.343
3.04.02.11	Aluguéis de imóveis e condomínios	-1.241	-3.715	-1.238	-3.699
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	358	992	331	549.030
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-30	-1.526	-14	-727
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	416.511	1.182.301	486.392	1.126.820
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	343.301	1.026.886	457.729	1.581.451
3.06	Resultado Financeiro	1.614	24.282	6.254	25.092
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	344.915	1.051.168	463.983	1.606.543
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	18.896	34.011	6.817	-142.747

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.08.01	Corrente	7.934	-706	-8	-8
3.08.02	Diferido	10.962	34.717	6.825	-142.739
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	363.811	1.085.179	470.800	1.463.796
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	363.811	1.085.179	470.800	1.463.796
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,18010	0,53722	0,23307	0,74071
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,18010	0,53722	0,23307	0,74071

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	363.811	1.085.179	470.800	1.463.796
4.02	Outros Resultados Abrangentes	46.631	244.494	-51.609	-6.933
4.02.01	Ajuste patrimonial - plano de pensão	0	62	0	-1.880
4.02.02	Ajuste na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	50.765	237.912	-44.720	-27.653
4.02.03	Resultado de hedge de fluxo de caixa	2.621	25.220	-17.420	-15.092
4.02.04	Ativação de hedge de fluxo de caixa	-8.769	-15.776	7.858	40.492
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.088	-3.213	3.251	-8.636
4.02.06	Resultado de hedge de fluxo de caixa - controladas em conjunto	-74	289	-578	5.836
4.03	Resultado Abrangente do Período	410.442	1.329.673	419.191	1.456.863

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	459.373	324.471
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-45.439	92.774
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.085.179	1.463.796
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-34.717	142.739
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	9.521	10.799
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	34	726
6.01.01.07	Variação Cambial sobre Empréstimos, Financiamentos e Derivativos	-10.152	-30.565
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária s/Debêntures, NotasPromis, Empréstimos, Financiamentos e Arrend.Mercantil	117.009	166.728
6.01.01.11	Resultado de Operações com Derivativos (fair value option e hedge accounting)	3.830	72.778
6.01.01.12	Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	60	-51
6.01.01.14	Juros e variação monetária com partes relacionadas	-35.959	-59.206
6.01.01.15	Equivalência Patrimonial	-1.182.301	-1.126.820
6.01.01.16	Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	60	2
6.01.01.17	Baixa de investimentos	1.992	0
6.01.01.18	Ágio na remensuração da participação da ViaQuatro	0	-511.703
6.01.01.19	Compra vantajosa da ViaRio	0	-36.449
6.01.01.20	Atualização monetária da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	5	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	504.812	231.697
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-14.020	3.576
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	14.026	-51.409
6.01.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	501.341	257.133
6.01.02.06	Despesas Antecipadas e Outras	-1.013	-686
6.01.02.07	Adiantamento a Fornecedores	52	-27
6.01.02.08	Fornecedores	-921	-1.048
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	-111	536
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	-8.371	17.770
6.01.02.14	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-60	0
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.658	-23
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	-966	5.875
6.01.02.17	Cessão onerosa - recebimento	11.197	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-573.352	-2.367.298
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-10.719	-7.677
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	0	-233
6.02.03	Aumento de Capital em Investidas e Outros Movimentos de Investimentos	-640.704	-780.218
6.02.04	Aquisição de participação de 33,33% da ViaRio	0	-20.767
6.02.05	Aquisição de participação de 15% da ViaQuatro	0	-173.162
6.02.06	Mútuos com Partes Relacionadas - liberação	-106.388	-833.103
6.02.07	Mútuos com partes relacionadas - recebimentos	254.039	0
6.02.09	Redução de capital em investidas	0	24.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.02.10	AFAC - partes relacionadas	-165.000	-576.138
6.02.11	Aplicações financeiras líquidas de resgate	95.420	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.339.440	2.630.953
6.03.01	Resgates / Aplicações (conta reserva)	18.003	-17.826
6.03.02	Liquidação de Operações com Derivativos	10.564	-128.804
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercatil (Captações e custo de transação)	-187	298.860
6.03.05	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercatil (Pagamentos de Principal)	-874.401	-873.951
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercatil (Pagamentos de Juros)	-93.152	-219.133
6.03.08	Mútuos com Partes Relacionadas (Pagamentos)	0	-26.095
6.03.09	Dividendos pagos a acionistas	-400.011	-399.954
6.03.12	Integralização de capital	-256	3.997.856
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.453.419	588.126
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.341.502	1.592.307
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	888.083	2.180.433

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.023.198	13.992	1.809.981	0	318.660	8.165.831
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.023.198	13.992	1.809.981	0	318.660	8.165.831
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-256	0	-100.177	0	0	-100.433
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-256	0	0	0	0	-256
5.04.06	Dividendos	0	0	-100.177	0	0	-100.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.085.179	244.494	1.329.673
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.085.179	0	1.085.179
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	244.494	244.494
5.07	Saldos Finais	6.022.942	13.992	1.709.804	1.085.179	563.154	9.395.071

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.025.342	13.992	1.604.493	0	272.670	3.916.497
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.025.342	13.992	1.604.493	0	272.670	3.916.497
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.997.856	0	-400.000	0	0	3.597.856
5.04.01	Aumentos de Capital	4.070.605	0	0	0	0	4.070.605
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-72.749	0	0	0	0	-72.749
5.04.06	Dividendos	0	0	-400.000	0	0	-400.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.463.796	-6.933	1.456.863
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.463.796	0	1.463.796
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.933	-6.933
5.07	Saldos Finais	6.023.198	13.992	1.204.493	1.463.796	265.737	8.971.216

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	77.966	623.940
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	77.966	74.910
7.01.02	Outras Receitas	0	549.030
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-72.165	-34.436
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-868	-892
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-71.297	-33.544
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.801	589.504
7.04	Retenções	-9.521	-10.799
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.521	-10.799
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.720	578.705
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.351.271	1.481.263
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.182.301	1.126.820
7.06.02	Receitas Financeiras	168.970	354.443
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.347.551	2.059.968
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.347.551	2.059.968
7.08.01	Pessoal	126.053	93.286
7.08.01.01	Remuneração Direta	115.440	83.975
7.08.01.02	Benefícios	7.127	6.372
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.271	2.703
7.08.01.04	Outros	215	236
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-10.077	174.700
7.08.02.01	Federais	-13.047	172.008
7.08.02.02	Estaduais	29	29
7.08.02.03	Municipais	2.941	2.663
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	146.396	328.186
7.08.03.01	Juros	142.421	324.390
7.08.03.02	Aluguéis	3.975	3.796
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.085.179	1.463.796
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.085.179	1.463.796

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	31.910.504	30.612.208
1.01	Ativo Circulante	6.315.917	6.404.422
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.813.142	2.835.226
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.890.914	1.979.607
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.890.914	1.979.607
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	2.890.914	1.979.607
1.01.03	Contas a Receber	828.519	904.611
1.01.03.01	Clientes	828.519	904.611
1.01.03.01.01	Contas a Receber	823.484	899.277
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	5.035	5.334
1.01.06	Tributos a Recuperar	131.562	180.513
1.01.07	Despesas Antecipadas	50.153	33.235
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	601.627	471.230
1.01.08.03	Outros	601.627	471.230
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	191.419	118.027
1.01.08.03.03	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	278.625	211.227
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	42.731	65.863
1.01.08.03.05	Outros Créditos	88.852	76.113
1.02	Ativo Não Circulante	25.594.587	24.207.786
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.529.122	6.498.651
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.073	20.170
1.02.01.04	Contas a Receber	1.768.219	1.697.774
1.02.01.04.01	Clientes	1.768.219	1.697.774
1.02.01.07	Tributos Diferidos	832.086	827.366
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	832.086	827.366
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	925	2.538
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	590.138	428.297
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.332.681	3.522.506
1.02.01.10.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	194.543	266.405
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	160.683	141.138
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	2.739.630	2.889.371
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	222.049	199.872
1.02.01.10.07	Adiantamento a Fornecedores	15.776	25.720
1.02.02	Investimentos	1.299.649	1.064.237
1.02.02.01	Participações Societárias	1.299.649	1.064.237
1.02.03	Imobilizado	1.066.286	1.078.470
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	912.072	920.126
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	154.214	158.344
1.02.04	Intangível	16.699.530	15.566.428
1.02.04.01	Intangíveis	16.699.530	15.566.428

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	31.910.504	30.612.208
2.01	Passivo Circulante	4.103.187	5.912.066
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	241.241	216.471
2.01.01.01	Obrigações Sociais	37.954	35.006
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	203.287	181.465
2.01.02	Fornecedores	497.751	627.883
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	372.585	444.395
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	125.166	183.488
2.01.03	Obrigações Fiscais	396.651	437.235
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	361.082	397.847
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	171.005	182.044
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	43.278	74.172
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	146.799	141.631
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.555	1.431
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	1.555	1.431
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	34.014	37.957
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	34.003	37.946
2.01.03.03.02	ISS Parcelado	11	11
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.354.876	3.514.837
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	571.448	1.068.057
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	482.319	481.157
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	89.129	586.900
2.01.04.02	Debêntures	1.783.428	2.446.780
2.01.05	Outras Obrigações	338.035	817.668
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	122.527	147.700
2.01.05.02	Outros	215.508	669.968
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	324	313.220
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	94.051	94.507
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	118.361	189.115
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	2.772	73.126
2.01.06	Provisões	274.633	297.972
2.01.06.02	Outras Provisões	274.633	297.972
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	274.633	297.972
2.02	Passivo Não Circulante	18.043.627	16.207.695
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.360.660	13.390.410
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.518.046	4.452.522
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.817.932	3.558.033
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	700.114	894.489
2.02.01.02	Debêntures	10.842.614	8.937.888
2.02.02	Outras Obrigações	1.751.380	1.842.270
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	44.719	47.754
2.02.02.02	Outros	1.706.661	1.794.516
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.855	9.795
2.02.02.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	1.527.744	1.503.480
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	167.062	254.037
2.02.02.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	0	27.204

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.03	Tributos Diferidos	496.907	509.194
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	496.907	509.194
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	496.898	509.194
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	9	0
2.02.04	Provisões	434.680	465.821
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	148.748	143.563
2.02.04.01.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	138.527	130.753
2.02.04.01.07	Impostos e Contribuições a Recolher	9.229	11.703
2.02.04.01.09	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	992	1.107
2.02.04.02	Outras Provisões	285.932	322.258
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	282.212	313.042
2.02.04.02.05	Provisão para Passivo a Descoberto	3.720	9.216
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.763.690	8.492.447
2.03.01	Capital Social Realizado	6.022.942	6.023.198
2.03.02	Reservas de Capital	13.992	13.992
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	13.992	13.992
2.03.04	Reservas de Lucros	1.703.657	1.803.834
2.03.04.01	Reserva Legal	500.665	500.665
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.202.992	1.202.992
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	100.177
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.089.795	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	563.154	318.660
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	370.150	332.763

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.396.381	7.139.182	2.431.887	7.167.771
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.391.348	-4.278.385	-1.364.049	-4.293.347
3.02.01	Custo de Construção	-306.099	-1.235.921	-448.750	-1.651.116
3.02.02	Serviços	-218.847	-605.948	-186.552	-548.747
3.02.03	Custo da Outorga	-94.710	-279.065	-92.272	-276.558
3.02.04	Depreciação e Amortização	-356.582	-983.168	-278.239	-783.919
3.02.05	Custo com Pessoal	-244.161	-686.332	-203.418	-582.647
3.02.06	Provisão de Manutenção	-48.782	-136.886	-52.085	-151.065
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-44.434	-124.571	-36.038	-105.325
3.02.08	Outros	-77.733	-226.494	-66.695	-193.970
3.03	Resultado Bruto	1.005.033	2.860.797	1.067.838	2.874.424
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-188.684	-522.648	-139.649	103.558
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-246.347	-662.314	-173.199	-541.201
3.04.02.01	Serviços	-60.517	-158.771	-38.829	-111.544
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-17.569	-53.148	-18.376	-54.197
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-116.242	-294.335	-80.939	-245.567
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-3.513	-9.199	-2.789	-8.295
3.04.02.05	Outros	-22.681	-65.540	-16.915	-47.908
3.04.02.06	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-12.246	-30.891	-5.769	-13.825
3.04.02.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3.021	-7.777	991	-20.785
3.04.02.08	Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-5.041	-11.510	-2.337	-8.998
3.04.02.09	Água, luz, telefone, internet e gás	-3.378	-9.681	-2.948	-8.762
3.04.02.10	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-3.083	-8.352	-2.338	-11.017
3.04.02.11	Aluguéis de imóveis e condomínios	-1.488	-4.322	-637	-4.366
3.04.02.12	Gastos com viagens e estadias	-3.610	-8.788	-2.313	-5.937
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.448	17.047	6.264	560.446
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-654	-3.712	-1.214	-14.905
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	50.869	126.331	28.500	99.218

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	816.349	2.338.149	928.189	2.977.982
3.06	Resultado Financeiro	-276.054	-702.704	-199.107	-821.105
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	540.295	1.635.445	729.082	2.156.877
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-189.187	-573.802	-245.466	-694.769
3.08.01	Corrente	-192.165	-587.407	-251.633	-626.755
3.08.02	Diferido	2.978	13.605	6.167	-68.014
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	351.108	1.061.643	483.616	1.462.108
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	351.108	1.061.643	483.616	1.462.108
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	365.347	1.089.795	472.336	1.468.412
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-14.239	-28.152	11.280	-6.304
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,18086	0,53950	0,23383	0,74305
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,18086	0,53950	0,23383	0,74305

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	351.108	1.061.643	483.616	1.462.108
4.02	Outros Resultados Abrangentes	46.799	246.781	-52.742	-10.422
4.02.01	Ajuste patrimonial - plano de pensão	0	62	0	-1.880
4.02.02	Ajuste na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	50.765	237.912	-44.720	-27.653
4.02.03	Resultado de hedge de fluxo de caixa	2.621	25.220	-17.420	-15.092
4.02.04	Ativação de hedge de fluxo de caixa	-8.769	-15.776	7.858	40.492
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.088	-3.213	3.251	-8.636
4.02.06	Resultado de hedge de fluxo de caixa - controladas em conjunto	-74	289	-578	5.836
4.02.07	Ajustes na conversão de controladas no exterior - acionistas não controladores	168	2.287	-1.133	-3.489
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	397.907	1.308.424	430.874	1.451.686
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	411.978	1.334.289	420.727	1.461.479
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-14.071	-25.865	10.147	-9.793

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.486.225	2.044.251
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.932.585	2.878.870
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.061.643	1.462.108
6.01.01.02	Impostos diferidos (IR, CS, Pis e Cofins)	-13.596	68.014
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas da Concessão	150.269	61.418
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	1.036.316	838.116
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	3.805	24.282
6.01.01.06	Juros, Variação Monetária e Cambial, s/Debent.,Emprest.,Notas Promis e Arrend.Merc.	1.118.016	1.111.208
6.01.01.07	Variação Monetária das Obrigações com o Poder Concedente	73.589	42.633
6.01.01.08	Capitalização de Custo de Empréstimos	-399.055	-327.878
6.01.01.09	Resultado de Operações com Derivativos (fair value option e hedge accounting)	-58.106	175.629
6.01.01.10	Constituição e Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	186.068	202.467
6.01.01.11	Constituição (Reversão) da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	42.982	42.888
6.01.01.12	Provisão para perda esperada - Contas a receber	9.142	3.371
6.01.01.13	Juros e Variação Monetária com Partes Relacionadas	-27.330	-25.972
6.01.01.14	Juros sobre Impostos Parcelados	4.559	59
6.01.01.15	Ajuste a valor presente de obrigações com poder concedente e ativo financeiro	-150.827	-152.634
6.01.01.16	Equivalência Patrimonial	-126.331	-99.218
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	21.441	531
6.01.01.19	Ganho na remensuração da participação da ViaQuatro	0	-511.703
6.01.01.20	Compra vantajosa da ViaRio	0	-36.449
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-446.360	-834.619
6.01.02.01	Contas a Receber	-240.845	-1.086.247
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	10.315	27.148
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	50.268	-40.243
6.01.02.04	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	-67.926	-160.780
6.01.02.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	47.058	85.388
6.01.02.07	Recebimento de ativo financeiro	420.102	651.761
6.01.02.08	Despesas Antecipadas e Outras	-50.221	-119.583
6.01.02.09	Adiantamento a fornecedores	33.076	-255.510
6.01.02.10	Fornecedores	-151.573	25.161
6.01.02.11	Fornecedores - Partes Relacionadas	-11.348	-399
6.01.02.12	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	528.773	610.345
6.01.02.13	Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-576.505	-590.190
6.01.02.14	Realização da Provisão de Manutenção	-240.237	-151.041
6.01.02.15	Obrigações com o Poder Concedente	-82.061	-5.596
6.01.02.16	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-35.208	-26.736
6.01.02.17	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.830	10.796
6.01.02.18	Outras Contas a Pagar	-106.858	158.468

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01.02.19	Receita diferida	0	32.639
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.829.068	-1.151.195
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-168.825	-168.268
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-1.623.992	-1.100.864
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	-28.363	258.561
6.02.04	Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos	0	25
6.02.05	Mútuos com partes relacionadas - liberação	-81.140	-50.638
6.02.06	Mútuos com partes relacionadas - recebimentos	0	13.246
6.02.07	Liquidação de operações com derivativos	-15.423	-64.419
6.02.09	AFAC - partes relacionadas	-18	0
6.02.10	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-911.307	0
6.02.12	Aquisição de participação de 33,33% da ViaRio	0	-20.767
6.02.13	Pagamento pela compra de 15% da Viaquatro, líquido do caixa adquirido	0	-18.071
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-706.199	-114.663
6.03.01	Resgates / Aplicações (conta reserva)	15.097	-17.884
6.03.02	Liquidação de Operações com Derivativos	-33.091	-264.108
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercantil (Captações)	4.962.764	1.998.326
6.03.05	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercantil (Pagamentos de Principal)	-4.567.342	-4.239.525
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercantil (Pagamentos de Juros)	-735.839	-1.188.231
6.03.07	Mútuos com Partes Relacionadas (Captações)	1.200	839
6.03.08	Mútuos com Partes Relacionadas (Pagamentos)	-1.201	-97.029
6.03.09	Dividendos pagos a acionistas controladores	-413.073	-399.954
6.03.10	Dividendos pagos a acionistas não controladores	-36.288	-2.928
6.03.11	Participação dos acionistas não controladores	101.827	55.175
6.03.12	Integralização de capital	-256	3.997.856
6.03.13	AFAC - partes relacionadas	3	42.800
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	26.958	20.614
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.022.084	799.007
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.835.226	2.821.220
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.813.142	3.620.227

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.023.198	13.992	1.803.834	0	318.660	8.159.684	332.763	8.492.447
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.023.198	13.992	1.803.834	0	318.660	8.159.684	332.763	8.492.447
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-256	0	-100.177	0	0	-100.433	63.252	-37.181
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	99.540	99.540
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-256	0	0	0	0	-256	0	-256
5.04.06	Dividendos	0	0	-100.177	0	0	-100.177	-36.288	-136.465
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.089.795	244.494	1.334.289	-25.865	1.308.424
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.089.795	0	1.089.795	-28.152	1.061.643
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	244.494	244.494	2.287	246.781
5.07	Saldos Finais	6.022.942	13.992	1.703.657	1.089.795	563.154	9.393.540	370.150	9.763.690

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.025.342	13.992	1.592.191	0	272.670	3.904.195	240.294	4.144.489
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.025.342	13.992	1.592.191	0	272.670	3.904.195	240.294	4.144.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.997.856	0	-400.000	0	0	3.597.856	131.130	3.728.986
5.04.01	Aumentos de Capital	4.070.605	0	0	0	0	4.070.605	58.664	4.129.269
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-72.749	0	0	0	0	-72.749	0	-72.749
5.04.06	Dividendos	0	0	-400.000	0	0	-400.000	-2.928	-402.928
5.04.09	Transação com sócios	0	0	0	0	0	0	75.394	75.394
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.468.412	-6.933	1.461.479	-9.793	1.451.686
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.468.412	0	1.468.412	-6.304	1.462.108
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.933	-6.933	-3.489	-10.422
5.07	Saldos Finais	6.023.198	13.992	1.192.191	1.468.412	265.737	8.963.530	361.631	9.325.161

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	8.075.286	8.541.682
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.682.201	7.668.859
7.01.02	Outras Receitas	399.055	876.030
7.01.02.01	Juros capitalizados	399.055	327.878
7.01.02.02	Ganho na Remensuração da Participação da ViaQuatro	0	511.703
7.01.02.03	Compra vantajosa da ViaRio	0	36.449
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.970	-3.207
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.614.027	-2.877.036
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-894.358	-801.542
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-346.862	-273.313
7.02.04	Outros	-1.372.807	-1.802.181
7.02.04.01	Custo de Construção	-1.235.921	-1.651.116
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-136.886	-151.065
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.461.259	5.664.646
7.04	Retenções	-1.036.316	-838.116
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.036.316	-838.116
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.424.943	4.826.530
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	737.890	1.050.094
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	126.331	99.218
7.06.02	Receitas Financeiras	611.559	950.876
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.162.833	5.876.624
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.162.833	5.876.624
7.08.01	Pessoal	898.009	751.300
7.08.01.01	Remuneração Direta	721.145	603.109
7.08.01.02	Benefícios	138.846	117.296
7.08.01.03	F.G.T.S.	27.820	22.705
7.08.01.04	Outros	10.198	8.190
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.170.885	1.257.388
7.08.02.01	Federais	897.456	995.978
7.08.02.02	Estaduais	16.623	15.008
7.08.02.03	Municipais	256.806	246.402
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.032.296	2.405.828
7.08.03.01	Juros	1.666.498	2.048.025
7.08.03.02	Aluguéis	54.509	48.381
7.08.03.03	Outras	311.289	309.422
7.08.03.03.01	Outorga	311.289	309.422
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.061.643	1.462.108
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.089.795	1.468.412
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-28.152	-6.304

Comentário do Desempenho

Resultados do 3º Trimestre de 2018

A CCR S.A. (CCR), maior empresa de concessões de rodovias do Brasil em termos de receita, divulga seus resultados do 3º trimestre de 2018.

Apresentação dos Resultados

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Controladora e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), para o Consolidado, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aplicados de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 das Informações Trimestrais.

As informações financeiras e operacionais, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em milhares de reais, e as comparações são referentes ao 3T17 e 9M17.

As informações pró-forma incluem dados proporcionais das controladas em conjunto. Referidas informações, assim como as informações não financeiras e outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Destaques 3T18

- 🌀 O tráfego consolidado apresentou redução de 4,5%. Excluindo-se os efeitos das isenções dos eixos suspensos, houve queda de 0,1%. Somando-se o tráfego de Renovias e ViaRio, houve redução de 4,2% e aumento de 0,1% excluindo-se referidas isenções.
- 🌀 O EBITDA ajustado na mesma base* apresentou crescimento de 3,0%, com margem ajustada de 63,3% (-0,7 p.p). O EBITDA ajustado apresentou decréscimo de 0,9%, com margem de 60,2% (-3,8 p.p.).
- 🌀 O Lucro Líquido na mesma base* atingiu R\$ 405,3 milhões, decréscimo de 14,2%. O Lucro Líquido alcançou R\$ 365,3 milhões, redução de 22,7%.

* As definições de mesma base estão descritas abaixo da tabela a seguir.

Comentário do Desempenho

Indicadores Financeiros (R\$ MM)	IFRS		
	3T17	3T18	Var. %
Receita Líquida ¹	1.983,1	2.090,3	5,4%
Receita Líquida ajustada mesma base ²	1.983,1	2.064,0	4,1%
EBIT ajustado ³	899,7	765,5	-14,9%
Mg. EBIT ajustada ⁴	45,4%	36,6%	-8,8 p.p.
EBIT mesma base ²	899,7	816,2	-9,3%
Margem EBIT mesma base ²	45,4%	39,5%	-5,9 p.p.
EBITDA ajustado ⁵	1.268,9	1.258,1	-0,9%
Mg. EBITDA ajustada ⁴	64,0%	60,2%	-3,8 p.p.
EBITDA ajustado mesma base ²	1.268,9	1.307,0	3,0%
Mg. EBITDA ajustada mesma base ²	64,0%	63,3%	-0,7 p.p.
Lucro Líquido	472,3	365,3	-22,7%
Lucro Líquido mesma base ²	472,3	405,3	-14,2%
Div. Liq. / EBITDA ajustado últ. 12m. (x) ⁶	2,2	2,6	
EBITDA ajustado ⁶ / Juros e Variações Monetárias (x)	5,6	4,3	

Indicadores Financeiros (R\$ MM)	IFRS		
	9M17	9M18	Var. %
Receita Líquida ¹	5.516,7	5.903,3	7,0%
Receita Líquida ajustada mesma base ²	5.274,1	5.485,8	4,0%
EBIT ajustado ³	2.878,8	2.211,8	-23,2%
Mg. EBIT ajustada ⁴	52,2%	37,5%	-14,7 p.p.
EBIT mesma base ²	2.194,1	2.071,1	-5,6%
Margem EBIT mesma base ²	41,6%	37,8%	-3,8 p.p.
EBITDA ajustado ⁵	3.929,4	3.535,3	-10,0%
Mg. EBITDA ajustada ⁴	71,2%	59,9%	-11,3 p.p.
EBITDA ajustado mesma base ²	3.224,6	3.353,4	4,0%
Mg. EBITDA ajustada mesma base ²	61,1%	61,1%	0,0 p.p.
Lucro Líquido	1.468,4	1.089,8	-25,8%
Lucro Líquido mesma base ²	1.059,5	1.081,4	2,1%
Div. Liq. / EBITDA ajustado últ. 12m. (x) ⁶	2,2	2,6	
EBITDA ajustado ⁶ / Juros e Variações Monetárias (x)	4,6	4,7	

¹ A receita líquida exclui a receita de construção.

² Valores na mesma base excluem:

I. Nas comparações trimestrais: (i) ViaMobilidade, cujo contrato de concessão foi assinado em abril de 2018; (ii) despesas não-recorrentes relativas ao Comitê Independente, de R\$ 17,1 milhões no EBITDA e R\$ 11,3 milhões no lucro líquido; e (iii) despesas não-recorrentes referentes a rescisões trabalhistas no Grupo CCR de R\$ 31,8 milhões no EBITDA e R\$ 21,0 milhões no lucro líquido.

II. Nas comparações 9 meses: (i) itens descritos acima; (ii) ViaQuatro que passou a ser controlada a partir do 2T17; (iii) despesas não-recorrentes relativas ao Comitê Independente, de R\$ 17,7 milhões no EBITDA e R\$ 11,7 milhões no lucro líquido incorridas durante o 1T18 e o 2T18; (iv) efeitos não-recorrentes das aquisições de participações na ViaQuatro e ViaRio (R\$ 548,1 milhões no EBITDA e R\$ 361,8 milhões no lucro líquido) no 2T17; e (v) adicionalmente, no lucro líquido e nas comparações pró-forma, exclui-se a ViaRio, cuja participação detida pela Companhia aumentou de 33,33% para 66,66% a partir de maio de 2017.

³ Calculado somando-se Receita Líquida, Receita de Construção, Custo dos Serviços Prestados e Despesas Administrativas.

⁴ As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA pelas receitas líquidas, excluídas as receitas de construção, dado que este é um requerimento do IFRS.

⁵ Calculado excluindo-se as despesas não-caixa: depreciação e amortização, provisão de manutenção e apropriação de despesas antecipadas da outorga.

⁶ EBITDA ajustado dos últimos 12 meses no 3T17, inclui efeitos não-recorrentes das aquisições de participações na ViaQuatro e ViaRio (R\$ 548,1 milhões).

Eventos subsequentes

- Em 1º de outubro, a Companhia anunciou a conclusão da aquisição de participação adicional do Aeroporto Internacional de San José, passando a deter direta e indiretamente, 97,15% da Concessão.
- Em reunião do Conselho de Administração de 18 de outubro, foi aprovado “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária de 2019 o pagamento de dividendos intermediários de aproximadamente R\$ 0,39 por ação, a ser realizado a partir de 31 de outubro. A base acionária

Comentário do Desempenho

para pagamento foi a de 23 de outubro, com o início de negociação das ações ex-dividendos em 24 de outubro.

Receita Bruta IFRS (Sem a Receita de Construção)

Receita Bruta de Pedágio (R\$ 000)	3T17	3T18	Var. %	9M17	9M18	Var. %
AutoBAn	559.278	557.863	-0,3%	1.582.766	1.593.625	0,7%
NovaDutra	334.595	356.299	6,5%	944.978	983.510	4,1%
RodoNorte	199.643	188.613	-5,5%	569.185	557.644	-2,0%
ViaLagos	26.741	27.841	4,1%	88.240	88.423	0,2%
ViaOeste	273.003	251.470	-7,9%	779.016	744.212	-4,5%
RodoAnel Oeste	69.707	65.980	-5,3%	194.845	195.242	0,2%
SPVias	170.063	168.757	-0,8%	474.397	477.903	0,7%
MSVia	73.022	81.956	12,2%	197.180	218.220	10,7%
Total Receita Bruta de Pedágio	1.706.052	1.698.779	-0,4%	4.830.607	4.858.779	0,6%
% Receitas Totais	78,8%	74,4%	-4,4 p.p.	80,3%	75,4%	-4,9 p.p.

Receita Bruta Acessória ¹	3T17	3T18	Var. %	9M17	9M18	Var. %
Total Receita Bruta Acessória	22.774	32.396	42,2%	74.565	88.328	18,5%
% Receitas Totais	1,1%	1,4%	0,3 p.p.	1,2%	1,4%	0,2 p.p.

Outras Receitas Brutas	3T17	3T18	Var. %	9M17	9M18	Var. %
Barcas ¹	34.079	35.040	2,8%	99.308	100.162	0,9%
Curaçao	28.511	36.410	27,7%	85.911	94.394	9,9%
Metro Bahia ¹	94.642	126.482	33,6%	246.445	356.401	44,6%
Samm	23.342	25.015	7,2%	70.968	74.634	5,2%
BH Airport	70.439	80.391	14,1%	199.385	228.587	14,6%
TAS	58.753	82.971	41,2%	164.250	216.409	31,8%
ViaQuatro ¹	126.041	138.515	9,9%	246.304	402.275	63,3%
ViaMobilidade	-	26.311	-	-	26.311	-
Total	435.807	551.135	26,5%	1.112.571	1.499.173	34,7%
% Receitas Totais	20,1%	24,2%	4,1 p.p.	18,5%	23,2%	4,7 p.p.
Total Receita Bruta Operacional	2.164.633	2.282.310	5,4%	6.017.743	6.446.280	7,1%

¹ Inclui receitas acessórias. Parte das receitas do Metrô Bahia no 3T17 e no 3T18 não são tarifárias e referem-se à contabilização do ativo financeiro. Esta receita não tarifária totalizou R\$ 58,3 milhões e R\$ 67,3 milhões nos respectivos períodos.

A participação dos meios eletrônicos na arrecadação de pedágio aumentou 0,2 p.p. no 3T18, atingindo 68,4% do total.

A título de informação adicional, demonstra-se abaixo a Receita Bruta das controladas em conjunto, registradas na rubrica resultado de equivalência patrimonial.

Comentário do Desempenho

Receitas Operacionais Brutas de Controladas em Conjunto ¹	3T17	3T18	% Var	9M17	9M18	% Var
Renovias	47.302	46.196	-2,3%	133.810	131.722	-1,6%
Quito (Quiport)	68.436	92.505	35,2%	193.074	237.311	22,9%
San José (Aeris)	19.048	29.142	53,0%	61.100	84.592	38,4%
VLT ²	7.214	11.472	59,0%	22.608	32.409	43,4%
ViaRio ³	18.230	23.281	27,7%	40.552	65.943	62,6%
Total⁴	160.230	202.596	26,4%	451.144	551.977	22,4%

1 - Participação proporcional incluindo a Receita Acessória e excluindo a Receita de Construção.

2 - Parte das receitas do VLT não são tarifárias e referem-se à contabilização da remuneração do ativo financeiro. Esta receita não tarifária totalizou R\$ 5,2 e R\$ 8,1 milhões no 3T17 e no 3T18, respectivamente.

3 - Com a aquisição de participação adicional na ViaRio, considera-se a participação de 33,33% até abril de 2017 e 66,66% após esta data.

4 - Não inclui eliminações.

Receita de Construção IFRS

Receita Bruta de Construção	3T17	3T18	Var. %	9M17	9M18	Var. %
Total	448.750	306.099	-31,8%	1.651.116	1.235.921	-25,1%

Tráfego

Desempenho das Concessionárias	3T17	3T18	Var. %	9M17	9M18 ⁵	Var. %
Tráfego - Veículos Equivalentes¹						
AutoBAN	69.329.160	66.410.666	-4,2%	197.959.189	194.046.868	-2,0%
NovaDutra	33.160.596	33.326.087	0,5%	95.103.400	94.560.861	-0,6%
RodoNorte	24.170.494	22.082.145	-8,6%	68.683.343	65.224.921	-5,0%
ViaLagos	1.755.815	1.742.782	-0,7%	5.964.013	5.756.400	-3,5%
ViaOeste	31.349.460	29.054.331	-7,3%	90.991.207	87.032.775	-4,4%
RodoAnel Oeste	34.949.756	33.047.567	-5,4%	101.093.900	97.818.358	-3,2%
SPVias	16.860.113	15.971.727	-5,3%	47.808.026	46.430.868	-2,9%
MSVia	11.684.830	12.494.773	6,9%	31.891.557	33.261.300	4,3%
Consolidado²	254.609.684	243.184.409	-4,5%	730.485.842	711.165.126	-2,6%

Tarifa Média (em R\$ / veic. equiv.)³

AutoBAN	8,07	8,40	4,1%	8,00	8,21	2,6%
NovaDutra	10,09	10,69	5,9%	9,94	10,40	4,6%
RodoNorte	8,26	8,54	3,4%	8,29	8,55	3,1%
ViaLagos	15,23	15,98	4,9%	14,80	15,36	3,8%
ViaOeste	8,71	8,66	-0,6%	8,56	8,55	-0,1%
RodoAnel Oeste	1,99	2,00	0,5%	1,93	2,00	3,6%
SPVias	10,09	10,57	4,8%	9,92	10,29	3,7%
MSVia	6,25	6,56	5,0%	6,18	6,56	6,1%
Consolidado²	6,70	6,99	4,3%	6,61	6,83	3,3%

Informação adicional - Renovias e ViaRio ⁴	3T17	3T18	Var. %	9M17	9M18 ⁵	Var. %
Tráfego - Veículos Equivalentes¹						
Renovias	5.952.801	5.622.293	-5,6%	16.768.977	16.220.190	-3,3%
ViaRio	2.587.818	3.192.313	23,4%	5.776.810	9.328.123	61,5%
Tarifa Média (em R\$ / veic. equiv.)³						
Renovias	7,52	7,79	3,6%	7,45	7,62	2,3%
ViaRio	7,04	7,29	3,6%	7,02	7,07	0,7%

1 - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando-se aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus), multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - No consolidado da CCR, a ViaOeste, que cobra pedágio em apenas um sentido da rodovia, apresenta o seu volume de tráfego duplicado, para se ajustar àquelas que adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que a cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

3 - Tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número de veículos equivalentes de cada concessionária e consolidado.

4 - A quantidade de veículos equivalentes da Renovias refere-se à participação de 40% e da ViaRio 33,33% até abril de 2017 e 66,66% após esta data. Em 15 de fevereiro de 2018, iniciou-se a cobrança de pedágio nas alças da ViaRio.

5 - A quantidade de veículos equivalentes da SPVias foi retificada no 1T18 e 2T18, de 15.876.324 para 15.802.764 e de 14.726.797 para 14.656.378, respectivamente.

Comentário do Desempenho

Em 27 de maio de 2018, foi publicada a MP nº 833 que prevê a isenção da cobrança de eixos suspensos dos caminhões vazios. Esta foi uma das reivindicações realizadas pelos caminhoneiros durante a greve ocorrida no mesmo mês.

Como consequência, a partir de 28 de maio, as concessionárias RodoNorte, ViaLagos e ViaRio e, a partir de 31 de maio AutoBAn, RodoAnel Oeste, Renovias, SPVias e ViaOeste passaram a isentar os eixos suspensos em suas praças de pedágio.

Nas concessões do Estado de São Paulo, a Resolução SLT Nº 4, de 30 de maio de 2018, revogou a Resolução SLT Nº 4, de 22 de julho de 2013, que autorizava a cobrança de eixos suspensos no Estado.

Excluindo-se os efeitos das referidas isenções, o tráfego consolidado da CCR apresentaria queda de 0,1% no 3T18 em relação ao 3T17 e decréscimo de 0,6% na comparação 9M18 contra 9M17. Incluindo-se o tráfego proporcional de Renovias e ViaRio, apresentaria aumento de 0,1% e queda de 0,1% nas mesmas comparações.

Referidas isenções representaram uma perda de receita de pedágio, incluindo Renovias e ViaRio, de aproximadamente R\$ 76,3 milhões no 3T18 e R\$ 102,2 milhões desde o início das isenções.

Ressalta-se, entretanto, que as formas de compensação pela isenção de eixos suspensos, restabelecendo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, estão sendo discutidas com os poderes concedentes.

A NovaDutra e a MSVia não foram afetadas, dado que a isenção de eixos suspensos está em vigor desde abril de 2015, em decorrência da promulgação e publicação da Lei dos Caminhoneiros. A recomposição do equilíbrio contratual referente a esta isenção já está incorporada a estes contratos.

Tráfego das Concessionárias - Composição do Mix

Veículos Equivalentes	3T17		3T18	
	Leves	Comerciais	Leves	Comerciais
AutoBAn	45,9%	54,1%	47,7%	52,3%
NovaDutra	36,9%	63,1%	35,4%	64,6%
RodoNorte	18,8%	81,2%	20,5%	79,5%
ViaLagos	80,9%	19,1%	81,6%	18,4%
ViaOeste	56,9%	43,1%	60,5%	39,5%
Renovias	53,0%	47,0%	55,7%	44,3%
RodoAnel Oeste	53,1%	46,9%	55,2%	44,8%
SPVias	30,5%	69,5%	32,1%	67,9%
MSVia	20,9%	79,1%	19,2%	80,8%
ViaRio	90,8%	9,2%	91,7%	8,3%
Consolidado pró-forma¹ CCR	45,1%	54,9%	46,8%	53,2%

1 - Inclui tráfego da Renovias e ViaRio.

Comentário do Desempenho

Análise de Tráfego do 3T18

Para melhor compreensão da evolução do tráfego das concessionárias do Grupo CCR, é realizada uma análise na qual são considerados os efeitos atribuídos ao calendário. Avalia-se o crescimento em relação aos mesmos períodos do ano anterior (mês, trimestre, ano) expurgando-se o impacto provocado pela diferença no número de dias úteis, finais de semana ou feriados, em cada categoria de tráfego analisada. A metodologia consiste em normalizar os dias afetados pelos feriados, e também transformar o período em questão no mesmo número de dias úteis e finais de semana na base de comparação.

Concessionária	Veículos Leves			Veículos Comerciais		
	Efeito Calendário	Atividade Econômica e Outros Fatores	Total	Efeito Calendário	Atividade Econômica e Outros Fatores	Total
AutoBAn	0,4%	-0,3%	0,1%	-0,8%	-7,0%	-7,8%
NovaDutra	0,6%	-3,8%	-3,2%	-0,8%	3,4%	2,6%
ViaOeste	0,0%	-1,4%	-1,4%	-1,0%	-14,1%	-15,1%
RodoNorte	-0,1%	-0,1%	-0,2%	0,0%	-10,6%	-10,6%
ViaLagos	0,4%	-0,2%	0,2%	0,1%	-5,0%	-4,9%
Renovias	1,0%	-1,7%	-0,7%	-0,9%	-10,1%	-11,0%
RodoAnel	-0,2%	-1,4%	-1,6%	-0,9%	-8,8%	-9,7%
SPVias	1,7%	-1,7%	0,0%	-0,7%	-6,9%	-7,6%
MSVia	0,1%	-1,4%	-1,3%	0,2%	8,9%	9,1%
ViaRio	-1,2%	25,6%	24,4%	-0,8%	13,4%	12,6%
CCR (*)	1,0%	-1,3%	-0,3%	-0,6%	-6,7%	-7,3%

(*) Inclui tráfego da Renovias e ViaRio cujos resultados são reconhecidos somente na rubrica de resultado por equivalência patrimonial.

Mobilidade Urbana

ViaQuatro

Passageiros transportados	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	Var. % (3T18 X 3T17)
Passageiros Integrados	45.741.349	45.074.442	46.517.547	51.316.369	50.971.602	11,4%
Passageiros Exclusivos	4.842.829	4.701.661	4.869.275	5.850.076	5.814.423	20,1%
Total	50.584.178	49.776.103	51.386.822	57.166.445	56.786.025	12,3%

Demanda diária média	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	Var. % (3T18 X 3T17)
Dia útil	697.816	713.727	707.300	778.285	768.177	10,1%
Sábado	345.422	376.543	388.526	395.491	403.226	16,7%
Domingo	105.480	147.661	199.476	230.816	191.507	81,6%
Máxima diária	760.108	771.664	835.711	818.475	840.749	10,6%

A quantidade de passageiros transportados foi positivamente impactada pelas inaugurações das estações Higienópolis-Mackenzie, em 1º de janeiro e Oscar Freire, em 4 de abril de 2018.

Comentário do Desempenho

Metrô Bahia

Passageiros transportados	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	Var. % (3T18 X 3T17)
Total	10.744.924	18.250.456	19.205.251	22.535.731	24.396.153	127,0%

Demanda diária média	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	Var. % (3T18 X 3T17)
Dia útil	138.430	229.809	246.245	291.101	311.423	125,0%
Sábado	87.200	161.774	165.120	186.007	208.259	138,8%
Domingo	40.475	86.417	87.730	92.003	103.306	155,2%

A operação comercial da Linha 1 foi iniciada em 2 de janeiro de 2016, com 7 estações. Em 11 de fevereiro do mesmo ano, a operação estendeu-se para a Linha 1 completa com a inauguração da estação Pirajá.

Em 5 de dezembro de 2016, foi iniciada a operação do primeiro trecho da Linha 2, abrangendo as estações Acesso Norte 2, Detran e Rodoviária. Em 23 de maio de 2017, foram inauguradas mais 4 estações da Linha 2: Pernambuco, Imbuí, CAB e Pituacu.

Em 11 de setembro de 2017, iniciaram-se as operações de outras 4 estações: Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz e Mussurunga. A última estação, Aeroporto, foi inaugurada em 26 de abril de 2018, totalizando 20 estações em funcionamento em 33,4 quilômetros de via.

Barcas

Dados Operacionais:

Trajeto	Linhas		Número de passageiros		
	Milhas/Viagem	Tarifas	3T17	3T18	Var %
Rio - Niterói	2,7	R\$ 6,10	4.251.800	4.164.742	-2,0%
Rio - Charitas	4,4	R\$ 16,90	392.408	418.940	6,8%
Rio - Paquetá	10,7	R\$ 6,10	363.363	352.012	-3,1%
Rio - Cocotá	7,4	R\$ 6,10	150.285	135.709	-9,7%
Angra - Ilha Grande - Mangaratiba	26,0	R\$ 17,00	39.340	33.699	-14,3%
Total			5.197.196	5.105.102	-1,8%

As variações decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

- Crise econômica no Estado do Rio de Janeiro, com consequente aumento da taxa de desemprego;
- Menor quantidade de dias úteis no 3T18;
- Inauguração do Túnel Charitas x Cafubá, reduzindo o tempo de deslocamento de Niterói para a estação, proporcionando recuperação da demanda na Linha Rio-Charitas.

VLT Carioca

Em 26 de julho de 2016, iniciou-se a operação comercial do VLT Carioca, operando atualmente 26 estações e paradas, do total de 30.

Comentário do Desempenho

Passageiros transportados	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	Var. % (3T18 X 3T17)
Total	3.039.690	3.541.323	3.990.846	4.275.913	4.636.184	52,5%

Demanda diária média	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	Var. % (3T18 X 3T17)
Dia útil	40.471	50.297	57.921	63.009	66.071	63,3%
Sábado	17.974	19.682	20.567	19.327	21.173	17,8%
Domingo	12.361	11.945	13.296	11.190	12.406	0,4%

ViaMobilidade

Passageiros transportados	3T18 ¹
Total	14.851.286

Demanda diária média	3T18 ¹
Dia útil	315.329
Sábado	179.267
Domingo	89.411

¹ A partir do início da operação comercial, em 4 de agosto de 2018

Em 4 de agosto de 2018, iniciou-se a operação comercial da Linha 5, com 12 estações no trecho de Capão Redondo a Moema. No dia 31 do mesmo mês, foi inaugurada a estação AACD Servidor.

Em 28 de setembro de 2018, foi iniciada a operação de mais três estações: Hospital São Paulo, Chácara Klabin e Santa Cruz.

A última estação da Linha 5, Campo Belo, e a Linha 17 encontram-se em construção.

Aeroportos

Aeroportos Internacionais

Tarifas médias 3T18

Tarifas médias em US\$	Aeroporto Intl. de Quito ¹					
	Internacional		Doméstico		Carga	
	3T17	3T18	3T17	3T18	3T17	3T18
Embarque/PAX	49,1	49,1	13,4	13,6	-	-
Uso de infraestrutura/ton	21,3	24,0	3,8	4,7	18,5	19,5
Pontes de embarque/ATM ³	284,1	311,2	458,8	551,9	-	-
Tarifas médias em US\$	Aeroporto Intl. de San José ²		Aeroporto Intl. de Curaçao			
	Internacional		Internacional		Doméstico	
	3T17	3T18	3T17	3T18	3T17	3T18
Embarque/PAX	23,8	29,4	38,7	40,1	17,4	14,5
Uso de infraestrutura/ton	5,4	5,6	5,6	5,5	5,6	5,5
Pontes de embarque/ATM ³	34,1	39,0	354,4	355,0	428,7	501,1

1 - A tarifa de uso de infraestrutura internacional é a mesma tarifa para cargas e outros no Aeroporto Internacional de Quito.

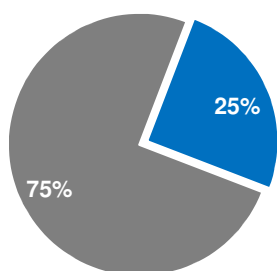
2 - Para o Aeroporto Internacional de San José, as tarifas demonstradas não estão descontadas da participação do governo de 35,2%. As receitas demonstradas no quadro de receitas das controladas em conjunto estão líquidas dessa participação. Este aeroporto não possui receita de taxa de embarque de passageiros domésticos.

3 - Air Traffic Movement = Movimento de Aeronave

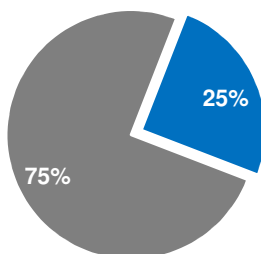
Comentário do Desempenho

Mix de receita

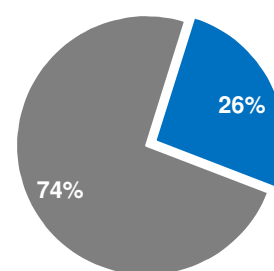
Aeroporto Intl. de Quito



Aeroporto Intl. de San José



Aeroporto Intl. de Curaçao



■ Receita aeroportuária ■ Receita comercial

Dados operacionais (100% das concessionárias)

	Aeroporto Intl. de Quito			Aeroporto Intl. de San José			Aeroporto Intl. de Curaçao		
Total Passageiros (Embarque '000)	3T17	3T18	Var %	3T17	3T18	Var %	3T17	3T18	Var %
Internacional	324	341	5,2%	577	593	2,8%	128	132	3,1%
Doméstico	344	384	11,6%	-	-	-	34	40	17,6%
Total	668	725	8,5%	577	593	2,8%	162	172	6,2%
Total ATM ¹ (Decolagem em un) ²	3T17	3T18	Var %	3T17	3T18	Var %	3T17	3T18	Var %
Total	7.009	7.803	11,3%	10.173	8.778	-13,7%	4.099	4.281	4,4%
Total MTOW ('000 em toneladas) ³	3T17	3T18	Var %	3T17	3T18	Var %	3T17	3T18	Var %
Total	637	695	9,1%	491	500	1,8%	176	177	0,6%

1 - No Aeroporto de Quito, os ATMs internacionais e domésticos geram receita. No caso dos aeroportos de San José e Curaçao, nenhum ATM gera receita.

2 - Air Traffic Movement = Movimento de Aeronave

3 - Maximum Takeoff Weight = Peso Máximo de Decolagem

As variações dos dados operacionais apresentados acima decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

1. Aeroporto Internacional de Quito (50,0%)

- Maior tráfego doméstico como consequência do aumento da frequência na rota para Guayaquil e Cuenca da Tame e internacional em virtude da criação de novas rotas da Aeromexico, principalmente. Esses incrementos impactaram positivamente o número de ATMs e MTOWs no 3T18.

Comentário do Desempenho

2. Aeroporto Internacional de San José (48,75% até 30 de setembro e 97,15% a partir de 1º de outubro)

- A redução de *ATMs* deve-se ao cancelamento de rotas da Avianca, Copa e Volaris com aeronaves menores.
- O número de passageiros aumentou por efeito de novas rotas de companhias europeias, cuja ocupação é maior, não compensando, entretanto, a queda de *ATMs* supramencionada.

3. Aeroporto Internacional de Curaçao (79,80%)

- Incremento no tráfego doméstico como consequência da nova rota da Aruba Airlines para Aruba e aumento de frequências da Divi Divi para Bonaire e Aruba.

BH Airport

Dados operacionais (100% da concessionária)

Total Passageiros (Embarque '000)	3T17	3T18	Var %
Internacional	66	77	16,7%
Doméstico	1.235	1.269	2,8%
Total	1.301	1.346	3,5%
Total MTOW ('000 em toneladas) ²	3T17	3T18	Var %
Internacional	50	50	0,0%
Doméstico	681	723	6,2%
Total	731	773	5,7%

Total ATM (Pouso em un) ¹	3T17	3T18	Var %
Internacional	384	373	-2,9%
Doméstico	11.989	12.677	5,7%
Total	12.373	13.050	5,5%
Carga ('000 em toneladas)	3T17	3T18	Var %
Importação	2	2	0,0%
Exportação	1	2	100,0%
Total	3	4	33,3%

¹ - Air Traffic Movement - Movimento de Aeronave (não gera receita na BH Airport)

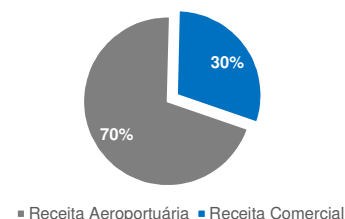
² - Maximum Takeoff Weight - Peso Máximo de Decolagem

Tarifas médias

Tarifas médias em R\$	Internacional		Doméstico	
	3T17	3T18	3T17	3T18
Embarque/PAX	51,6	53,4	24,5	25,4
Receita de pouso e permanência/MTOW	36,9	54,7	10,2	10,8

Tarifas médias em R\$ / ton	Importação / Exportação	
	3T17	3T18
Carga	2.465,4	2.558,0

Mix de receita 3T18



O aumento do fluxo de passageiros domésticos reflete a gradual recuperação da atividade econômica brasileira. O maior número de passageiros internacionais foi influenciado, sobretudo, pela criação de rota diária para Buenos Aires e a inauguração de voo para Orlando.

Custos Totais IFRS

Os custos totais apresentaram aumento de 6,4% no 3T18 em relação ao 3T17, atingindo R\$ 1.630,9 milhões. Na mesma comparação, os custos caixa na mesma base totalizaram R\$ 757,0 milhões, acréscimo de 6,0%.

Comentário do Desempenho

Custos (R\$ MM)	3T17	3T18	Var. %	9M17	9M18	Var. %
Custos Totais	(1.532,3)	(1.630,9)	6,4%	(4.289,0)	(4.927,4)	14,9%
Depreciação e Amortização	(296,6)	(374,2)	26,1%	(838,1)	(1.036,3)	23,6%
Serviços de Terceiros	(225,4)	(279,4)	24,0%	(660,3)	(764,7)	15,8%
Custo de Outorga	(71,8)	(25,1)	-65,0%	(215,2)	(128,8)	40,1%
Despesas Antecipadas	(20,5)	(69,7)	-240,2%	(61,4)	(150,3)	-144,7%
Custo com Pessoal	(284,4)	(360,4)	26,7%	(828,2)	(980,7)	18,4%
Custo de Construção	(448,8)	(306,1)	-31,8%	(1.651,1)	(1.235,9)	-25,1%
Provisão de Manutenção	(52,1)	(48,8)	-6,3%	(151,1)	(136,9)	-9,4%
Outros Custos	(132,7)	(167,2)	26,0%	116,4	(493,8)	n.m.
Custos mesma base	(1.532,2)	(1.547,9)	1,0%	(4.705,0)	(4.533,9)	-3,6%
Custos caixa mesma base	(714,3)	(757,0)	6,0%	(2.049,4)	(2.132,7)	4,1%

Custos Totais = Custos dos Serviços Prestados + Despesas Administrativas + Outras Despesas e Receitas Operacionais.

Custos na mesma base excluem:

I. Nas comparações trimestrais: (i) ViaMobilidade, cujo contrato de concessão foi assinado em abril de 2018; (ii) despesas não-recorrentes relativas ao Comitê Independente, de R\$ 17,1 milhões; e (iii) despesas não-recorrentes referentes a rescisões trabalhistas no Grupo CCR de R\$ 31,8 milhões.

II. Nas comparações 9 meses: (i) itens descritos acima; (ii) ViaQuatro que passou a ser controlada a partir do 2T17; e (iii) despesas não-recorrentes relativas ao Comitê Independente, de R\$ 17,7 milhões incorridas durante o 1T18 e o 2T18; e (iv) efeitos não-recorrentes das aquisições de participações na ViaQuatro e ViaRio de R\$ 548,1 milhões no 2T17.

Custos caixa na mesma base excluem: (i) itens descritos acima e; (ii) os custos não-caixa: depreciação e amortização, despesas antecipadas, custo de construção e provisão de manutenção.

Os principais motivos das variações do 3T18 em relação ao 3T17 são discutidos a seguir:

Depreciação e Amortização: O aumento de 26,1% (R\$ 77,6 milhões) deveu-se, principalmente, a conclusões de obras na NovaDutra, RodoNorte, Metrô Bahia, ViaOeste e AutoBAN. A ViaMobilidade contribuiu com despesa de R\$ 1,8 milhão.

Serviços de Terceiros: Houve incremento de 24,0% (R\$ 54,0 milhões). A ViaMobilidade contribuiu com despesa de R\$ 7,1 milhões no 3T18. Foram incorridas, ainda, despesas não-recorrentes de R\$ 17,1 milhões relacionadas ao Comitê Independente e assessores legais na CCR. Excluindo esses itens, o crescimento de 13,2% deveu-se, principalmente, a (i) aumento de custo direto e de conservação de rotina na AutoBAN; (ii) incremento nos serviços de conservação de rotina na MSVia; e (iii) serviços de consultoria empresarial na CCR.

Custo da Outorga: A redução de 65,0% (R\$ 46,7 milhões) refletiu o término dos pagamentos relativos às outorgas fixas da AutoBAN e da ViaOeste.

Despesas Antecipadas: O aumento de 240,0% (R\$ 49,2 milhões) deveu-se ao início da apropriação das despesas antecipadas de outorga ao resultado relativas às extensões de prazo da AutoBAN e ViaOeste.

Custo com Pessoal: Houve aumento de 26,7% (R\$ 76,0 milhões). A ViaMobilidade contribuiu com R\$ 14,8 milhões no 3T18. Adicionalmente, houve despesas não-recorrentes de R\$ 31,8 milhões referentes a rescisões trabalhistas no Grupo CCR. Na mesma base de comparação, o incremento de 10,4% deveu-se a: (i) dissídio ocorrido em abril de 2018; (ii) contratação de novos colaboradores na TAS em razão de novos contratos em Oakland e Los Angeles; e (iii) aumento de colaboradores no Metrô Bahia como consequência da inauguração de 5 estações entre o 3T17 e o 3T18.

Comentário do Desempenho

Custo de Construção: Houve redução de 31,8% (R\$ 142,7 milhões). A ViaMobilidade contribuiu com R\$ 6,0 milhões no 3T18. Na mesma base de comparação, a queda de 33,1% deveu-se, principalmente, a menores investimentos no Metrô Bahia, SPVias, AutoBAN e RodoAnel Oeste (informações sobre os investimentos do trimestre estão disponíveis na seção de Investimentos).

Provisão de Manutenção: Os valores foram provisionados conforme periodicidade das obras de manutenção, estimativa dos custos e a correspondente apuração do valor presente. A redução de 6,3% (R\$ 3,3 milhões) no 3T18 é decorrente, majoritariamente, de variações na ViaOeste, AutoBAN e RodoNorte, consequência dos cronogramas previstos.

Outros (materiais, seguros, alugueis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos, combustível e outros gastos gerais): A ViaMobilidade contribuiu com R\$ 4,1 milhões no 3T18. Na mesma base de comparação, houve incremento de 23,0% devido a: (i) despesas relacionadas à expansão das operações na TAS; (ii) despesas com campanhas publicitárias, principalmente, na AutoBAN, NovaDutra e ViaOeste; e (iii) aumento do preço do combustível que impactou a Barcas.

EBITDA IFRS

Reconciliação do EBITDA (R\$ milhões)	3T17	3T18	Var. %	9M17	9M18	Var. %
Lucro Líquido	472,3	365,3	-22,7%	1.468,4	1.089,8	-25,8%
(+) IR & CSLL	245,5	189,2	-22,9%	694,8	573,8	-17,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	199,1	276,1	38,7%	821,1	702,7	-14,4%
(+) Depreciação e Amortização	296,6	374,2	26,2%	838,1	1.036,3	23,6%
EBITDA (a)	1.213,5	1.204,7	-0,7%	3.822,4	3.402,6	-11,0%
Margem EBITDA (a)	49,9%	50,3%	0,4 p.p.	53,3%	47,7%	-5,6 p.p.
(+) Despesas Antecipadas (b)	20,5	69,7	240,0%	61,4	150,3	144,8%
(+) Provisão de Manutenção (c)	52,1	48,8	-6,3%	151,1	136,9	-9,4%
(-) Equivalência Patrimonial	(28,5)	(50,9)	78,6%	(99,2)	(126,3)	27,3%
(+) Part. Minoritários	11,3	(14,2)	n.m.	(6,3)	(28,2)	347,6%
EBITDA ajustado	1.268,9	1.258,1	-0,9%	3.929,4	3.535,3	-10,0%
Margem EBITDA ajustada (d)	64,0%	60,2%	-3,8 p.p.	71,2%	59,9%	-11,3 p.p.
EBITDA ajustado mesma base (e)	1.268,9	1.307,0	3,0%	3.224,6	3.353,4	4,0%
Mg. EBITDA ajustada mesma base (e)	64,0%	63,3%	-0,7 p.p.	61,1%	61,1%	0,0 p.p.

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012 que consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, que é ajustada, pois se trata de item não-caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR, e trata-se de item não-caixa nas demonstrações financeiras.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.

(e) I. Nas comparações trimestrais: (i) ViaMobilidade, cujo contrato de concessão foi assinado em abril de 2018; (ii) despesas não-recorrentes relativas ao Comitê Independente, de R\$ 17,1 milhões; e (iii) despesas não-recorrentes referentes a rescisões trabalhistas no Grupo CCR de R\$ 31,8 milhões no EBITDA.

II. Nas comparações 9 meses: (i) itens descritos acima; (ii) ViaQuatro que passou a ser controlada a partir do 2T17; e (iii) despesas não-recorrentes relativas ao Comitê Independente, de R\$ 17,7 milhões no EBITDA e R\$ 11,7 milhões no lucro líquido incorridas durante o 1T18 e o 2T18; e (iv) efeitos não-recorrentes das aquisições de participações na ViaQuatro e ViaRio, de R\$ 548,1 milhões.

Resultado Financeiro Líquido IFRS

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	3T17	3T18	Var. %	9M17	9M18	Var. %
Resultado Financeiro Líquido	(199,1)	(276,1)	38,7%	(821,1)	(702,7)	-14,4%
Resultado com Operação de Hedge	(34,1)	8,7	n.m.	(87,6)	9,5	n.m.
Var.Monetária sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(15,9)	(61,8)	288,7%	(89,6)	(150,8)	68,3%
Variação Cambial s/ Empréstimos, Financos., Debêntures, Derivativos e Fornecedores	62,9	0,8	-98,7%	61,3	1,5	-97,6%
Variação Monetária sobre Obrigações com o Poder Concedente	(4,5)	(33,6)	646,7%	(42,6)	(73,6)	72,8%
AVP da Prov. de Manutenção e das Obrig. com Poder Concedente	(27,7)	(25,5)	-7,9%	(84,3)	(81,4)	-3,4%
Juros sobre Empréstimos, Financos. e Debêntures	(195,9)	(213,7)	9,1%	(755,5)	(579,3)	-23,3%
Rendimento sobre Aplicação Financeira e Outras Receitas	94,8	77,8	-17,9%	352,3	229,5	-34,9%
Valor Justo de Operação com Hedge	(43,9)	14,0	n.m.	(88,0)	36,8	n.m.
Outros	(34,9)	(42,6)	22,1%	(87,0)	(94,9)	9,1%

Outros: Comissões, taxas, impostos, multas e juros sobre impostos

Comentário do Desempenho

Principais indicadores	3T17	3T18	9M17	9M18
CDI anual médio	9,2%	6,4%	10,9%	6,5%
IGP-M	-0,2%	2,8%	-2,1%	8,3%
IPC-A	0,6%	0,7%	1,8%	3,3%
TJLP anual médio	7,0%	7,0%	7,2%	6,7%
Câmbio médio (R\$ - USD)	3,2	3,9	3,2	3,6

O Metrô Bahia e a ViaQuatro possuem contratos de *NDF* para proteção contra a variação cambial aplicada ao fornecimento de material rodante. A AutoBAN possui operações de *swap*, estando ativa em IPC-A mais 4,88% a.a. e IPC-A mais 5,428% a.a. e passiva em percentual do CDI. A AutoBAN possui dois *swaps* em que está ativa em % do CDI e passiva em taxa prefixada. A ViaOeste possui operações de *swap*, estando ativa em IPC-A mais 5,67% a.a. e passiva em % do CDI. A NovaDutra possui operações de *swap* em que está ativa em IPC-A mais 6,4035% a.a. e passiva em % do CDI. A SPVias possui operações de *swap* em que está ativa em IPC-A mais 6,38% a.a. e passiva em % do CDI.

Os principais motivos das variações do 3T18 são explicados a seguir:

O resultado com operações de *hedge* reflete: (i) liquidações de dívidas (Lei 4.131) na CCR, ViaOeste e RodoNorte e consequente extinção de suas respectivas operações de *hedge*; e (ii) pré-pagamento da dívida com o BID na ViaQuatro em abril de 2018 e, consequentemente, liquidações antecipadas dos *swaps/NDFs* relativos a esta dívida.

A variação monetária sobre empréstimo, financiamentos e debêntures apresentou aumento de 288,7%, majoritariamente, devido à realização das seguintes operações: (i) 8ª emissão de debêntures da AutoBAN, em julho de 2017, de R\$ 716,5 milhões; (ii) 2ª série da 5ª emissão de debêntures da ViaQuatro, em março de 2018, de R\$ 500,0 milhões; e (iii) 6ª emissão de debêntures da RodoNorte, em outubro de 2017, de R\$ 170,0 milhões.

A variação cambial sobre a dívida bruta, derivativos e fornecedores apresentou decréscimo de 98,9% nas despesas devido, principalmente, às liquidações de dívidas captadas por meio da Lei 4.131 e da dívida em dólar com o BID da ViaQuatro já mencionadas.

A linha de variação monetária sobre obrigações com o Poder Concedente representa a variação monetária (IPC-A) sobre a outorga da BH Airport, que foi de R\$ 33,6 milhões no 3T18 e R\$ 4,9 milhões no 3T17. Esse incremento deveu-se à diferença do IPC-A considerado para as correções nos períodos comparados, de 1,5% no acumulado de junho a agosto de 2018 e 0,2% no mesmo período de 2017.

Os ajustes a valor presente de provisão de manutenção e obrigações com os Poderes Concedentes apresentaram redução de 7,9% devido, principalmente, à atualização do saldo do balanço.

Comentário do Desempenho

O item de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou aumento de 9,1% devido, em grande parte, ao aumento do saldo de dívida em 20,2%. Compensando parcialmente esse aumento, houve redução do CDI médio de 9,2% no 3T17 para 6,4% no 3T18.

A rubrica de rendimentos sobre aplicações financeiras e outras receitas apresentou redução de 17,9% no 3T18 devido, majoritariamente, à redução do CDI médio supramencionado. Em contrapartida, houve aumento do saldo de caixa, aplicações financeiras e conta reserva em 29,4% entre os períodos comparados.

A linha de valor justo de operações com *hedge* reflete os ganhos e perdas relativos à marcação a mercado da dívida, principalmente, na AutoBAn, NovaDutra, SPVias e ViaOeste em razão da queda do CDI médio.

O item de outras receitas e despesas financeiras apresentou despesa de R\$ 42,6 milhões, 22,1% maior em comparação ao 3T17 devido ao pagamento de juros e multa sobre impostos atrasados.

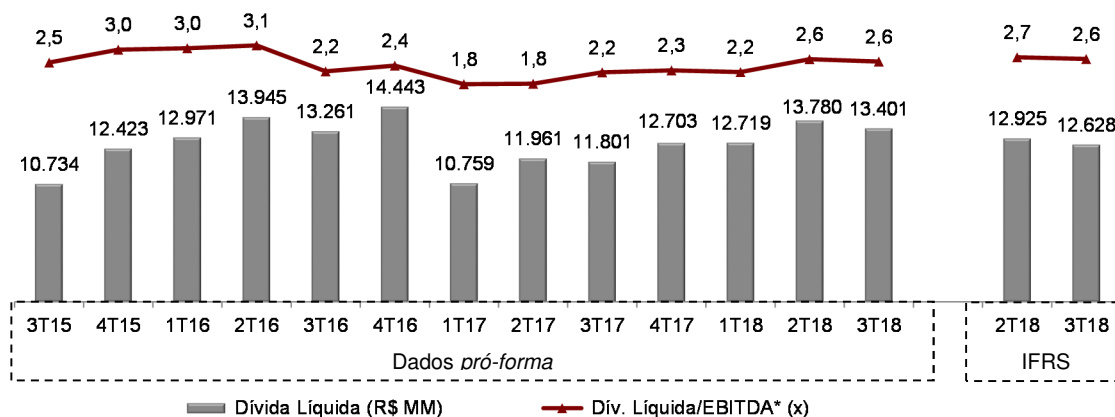
Lucro Líquido

O Lucro Líquido consolidado atingiu R\$ 365,3 milhões no 3T18 (-22,7%). Na mesma base¹, atingiu R\$ 405,3 milhões (-14,2%). Esse resultado foi impactado, principalmente, pelo desempenho operacional.

¹ (i) ViaMobilidade, cujo contrato de concessão foi assinado em abril de 2018; (ii) despesas não-recorrentes relativas ao Comitê Independente, de R\$ 11,3 milhões no lucro líquido; e (iii) despesas não-recorrentes referentes a rescisões trabalhistas no Grupo CCR de R\$ 21,0 milhões no lucro líquido.

Endividamento

A Dívida Líquida consolidada (IFRS) atingiu R\$ 12,6 bilhões em setembro de 2018 e o indicador Dívida Líquida/EBITDA (últimos 12 meses) reduziu a 2,6 x, conforme gráfico a seguir:



* Do 2T17 ao 1T18, o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses incluiu os efeitos não-recorrentes das compras de participação na ViaQuatro e na ViaRio, no valor de R\$ 548,1 milhões. Do 3T16 ao 2T17, o indicador foi afetado positivamente pelo efeito não-recorrente da venda da STP, no valor de R\$ 1.307,7 milhões.

No 3T18 ocorreram as captações e refinanciamentos das controladas e controladas em conjunto a seguir:

Comentário do Desempenho

Empresa	Emissão	Valor (R\$ MM)	Dívida	Custo	Vencimento
RodoNorte	ago-18	150,0	Debêntures	112,5% do CDI	jul-21
SPVias	ago-18	1.100,0	Debêntures	115,0% do CDI	ago-22
AutoBAn	ago-18	300,0	Debêntures	109,5% do CDI	ago-21
Total		1.550,0			

Empresa	Emissão	Valor (USD MM)	Dívida	Custo	Vencimento
TAS	jul-18	8,0	Credit Facility	LIBOR 6M + 2,0%	jul-19
CCR Espanha	set-18	65,0	Credit Facility	LIBOR 6M + 2,7%	set-20
Total		73,0			

Evolução do Endividamento

(R\$ MM)	jun/18	set/18
Dívida Bruta¹	16.582,2	17.715,6
% Moeda Nacional	97%	96%
% Moeda Estrangeira	3%	4%
Curto Prazo	2.052,2	2.354,9
% Moeda Nacional	98%	96%
% Moeda Estrangeira	2%	4%
Longo Prazo	14.530,0	15.360,7
% Moeda Nacional	97%	95%
% Moeda Estrangeira	3%	5%
Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras	3.279,1	4.704,1
Ajuste de Swap a Receber (Pagar)²	378,5	383,2
Dívida Líquida	12.924,6	12.628,4

1 - A dívida bruta está reduzida dos custos de transação, incorridos na estruturação dos respectivos instrumentos financeiros, e mensurada a valor justo, quando aplicável.

2 - Em 30 de setembro de 2018, o ajuste de *swap* a receber decorreu, principalmente, da variação cambial registrada no período, além da variação do CDI.

Composição da Dívida¹

Composição da Dívida (R\$ MM) - Sem Hedge	Indexador	Custo Médio ao ano	Set/18	%
BNDES	TJLP	TJLP + 2,0% - 4,00% a.a.	4.366,1	24,5%
Debêntures, CCB e outros	CDI	106,25% - 120,00% do CDI, CDI + 0,60% - 2,30% a.a.	8.069,4	45,3%
Debêntures	IPCA	IPCA + 4,4963% - 7,34% a.a.	4.575,5	25,8%
USD	USD	LIBOR 3M + 2,30% - 2,45% a.a. / LIBOR 6M + 2,00% - 3,75% a.a. / 4,20% a.a.	789,2	4,4%
Outros	Pré fixado	16,49% a.a.	2,4	0,0%
Total			17.802,6	100,0%

Composição da Dívida (R\$ MM) - Com Hedge	Indexador	Custo Médio ao ano	Set/18	%
BNDES	TJLP	TJLP + 2,0% - 4,00% a.a.	4.366,1	24,5%
Debêntures, CCB e outros	CDI	88,75% - 120,00% do CDI, CDI + 0,60% - 2,30% a.a.	10.019,7	56,4%
Debêntures	IPCA	IPCA + 4,4963% - 7,34% a.a.	2.625,3	14,7%
USD	USD	LIBOR 3M + 2,30% - 2,45% a.a. / LIBOR 6M + 2,00% - 3,75% a.a. / 4,20% a.a.	789,2	4,4%
Outros	Pré fixado	6,7665% - 16,49% a.a.	2,3	0,0%
Total			17.802,6	100,0%

1 - Os valores não estão reduzidos dos custos de transação e não estão mensurados a valor justo.

Como informação adicional, em 30 de setembro de 2018, a exposição líquida pró-forma em dólar era de US\$ 7,9 milhões, referente aos fornecimentos de ViaQuatro (100%) e Metrô Bahia. Neste mesmo período, a dívida bruta pró-forma era de R\$ 18,8 bilhões.

Comentário do Desempenho

Calendário de Amortização da Dívida¹

Calendário de Amortização da Dívida		
Período	R\$ MM	% Total
2018	1.576,4	9%
2019	2.380,4	13%
2020	3.485,1	20%
2021	2.801,4	16%
A partir de 2022	7.559,3	42%
Total	17.802,6	100%

¹ Os valores não estão reduzidos dos custos de transação e não estão mensurados a valor justo.

Investimentos e Manutenção

R\$ MM (100%)	Ativo Imobilizado e Intangível						Manutenção Realizada		Ativo Financeiro ¹		Total	
	Obras de Melhorias		Equipamentos e Outros		Total		Custo com Manutenção		3T18	9M18	3T18	9M18
	3T18	9M18	3T18	9M18	3T18	9M18	3T18	9M18	3T18	9M18	3T18	9M18
NovaDutra	26,9	79,5	5,0	14,8	31,9	94,3	44,8	105,3	0,0	0,0	76,7	199,6
ViaLagos	1,0	1,6	0,7	1,7	1,7	3,3	0,1	0,3	0,0	0,0	1,8	3,6
RodoNorte	99,6	291,9	1,6	4,3	101,2	296,2	17,9	62,1	0,0	0,0	119,1	358,3
AutoBAn	12,7	59,8	2,6	8,2	15,3	68,0	0,4	4,1	0,0	0,0	15,7	72,1
ViaOeste	2,2	19,7	1,6	6,5	3,8	26,2	2,3	28,1	0,0	0,0	6,1	54,3
ViaQuatro	2,2	75,2	1,8	6,0	4,0	81,2	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	81,2
RodoAnel Oeste	4,2	15,1	1,8	5,4	6,0	20,5	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0	20,5
Samm	0,0	2,0	4,5	7,5	4,5	9,5	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	9,5
SPVias	12,5	25,5	4,1	6,8	16,6	32,3	35,5	44,7	0,0	0,0	52,1	77,0
CAP	14,7	41,3	0,0	0,0	14,7	41,3	0,0	0,0	0,0	0,0	14,7	41,3
Barcas	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
Metrô Bahia	26,8	244,4	0,2	2,3	27,0	246,7	0,0	0,0	14,5	134,7	41,5	381,4
BH Airport	14,4	34,4	1,1	4,1	15,5	38,5	0,0	0,0	0,0	0,0	15,5	38,5
MSVia	28,1	137,0	0,3	2,8	28,4	139,8	0,0	0,0	0,0	0,0	28,4	139,8
TAS	2,4	2,6	4,2	14,3	6,6	16,9	0,0	0,0	0,0	0,0	6,6	16,9
ViaMobilidade	13,4	28,7	5,4	7,7	18,8	36,4	0,0	0,0	0,0	0,0	18,8	36,4
Outras ²	(1,9)	(6,4)	2,9	10,9	1,0	4,5	(1,1)	(4,3)	0,0	0,0	(0,1)	0,2
Consolidado	259,2	1.052,3	37,9	103,5	297,1	1.155,8	99,9	240,3	14,5	134,7	411,5	1.530,8

SPCP³ 0,0 0,0 0,0 65,2 0,0 65,2 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 65,2

1 - Os investimentos realizados pela Companhia, que serão recebidos dos Poderes Concedentes como contraprestação pecuniária ou aporte, compõem o ativo financeiro.

2 - Inclui CCR, CPC e Eliminações.

3 - Pagamento de parcelas da compra do terreno nos municípios de Cajamar e Caieiras, conforme anunciado no Fato Relevante de 5 de fevereiro de 2016.

Os investimentos da RodoNorte focaram-se em duplicações e obras de restauração em múltiplos trechos. Na NovaDutra foram realizadas obras em diversas pontes e viadutos. A SPVias investiu em recapeamentos e duplicações de diferentes trechos. Os investimentos no Metrô Bahia concentraram-se nas obras civis, material rodante e sistemas.

No 3T18, houve recebimento de R\$ 107,1 milhões, no Metrô Bahia, referente a aportes e contraprestações (R\$ 52,0 milhões R\$ 55,1 milhões, respectivamente) do Poder Concedente.

Como informação adicional, os investimentos nas controladas em conjunto foram realizados conforme tabela a seguir:

Comentário do Desempenho

R\$ MM	Ativo Imobilizado e Intangível - Controladas em Conjunto						Manutenção Realizada - Controladas em Conjunto		Ativo Financeiro ¹ Controladas em Conjunto		Total	
	Obras de Melhorias		Equipamentos e Outros		Total		Custo com Manutenção		3T18	9M18	3T18	9M18
	3T18	9M18	3T18	9M18	3T18	9M18	3T18	9M18				
Renovias (40%)	0,1	0,0	0,2	1,3	0,3	1,3	0,6	3,6	0,0	0,0	0,9	4,9
ViaRio (66,66%)	0,1	0,5	0,7	1,3	0,8	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	1,8
VLT (24,93%)	(0,2)	1,7	0,0	0,1	(0,2)	1,8	0,0	0,0	10,9	20,1	10,7	21,9
Quito - Quiport (50%)	9,6	30,7	2,3	2,3	11,9	33,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,9	33,0
San José - Aeris (48,75%)	21,8	53,2	0,2	0,4	22,0	53,6	0,0	0,0	0,0	0,0	22,0	53,6
Total	31,4	86,1	3,4	5,4	34,8	91,5	0,6	3,6	10,9	20,1	46,3	115,2

1 - Os investimentos realizados, que serão recebidos dos poderes concedentes como contraprestação pecuniária ou aporte, compõem o ativo financeiro.

Os investimentos das controladas em conjunto, somados à manutenção, totalizaram R\$ 46,3 milhões no 3T18.

No 3T18, houve o recebimento de R\$ 2,7 milhões referentes a aportes e contraprestações (R\$ 0,7 milhão e R\$ 2,0 milhões, respectivamente) no VLT, proporcionalmente à participação da CCR, de 24,93%.

Seguem os valores estimados de investimentos e manutenção para o ano de 2018. Os valores incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviços e casos em discussão para reequilíbrio.

2018 (E) - R\$ MM	Investimentos Estimados			Manutenção Estimada
	Total	Contribuições Poderes Concedentes	Total Líquido	Custo com Manutenção
Metrô Bahia	595,6	248,9	346,7	0,0
RodoNorte (100%)	473,3	0,0	473,3	121,5
ViaQuatro (100%)	264,8	0,0	264,8	0,0
NovaDutra	171,7	0,0	171,7	85,5
MSVia	145,5	0,0	145,5	0,0
BH Airport (100%)	124,1	0,0	124,1	0,0
AutoBAn	111,6	0,0	111,6	8,9
Quito - Quiport (50%)	83,4	0,0	83,4	0,0
ViaOeste	52,1	0,0	52,1	34,1
SPVias	52,1	0,0	52,1	112,2
RodoAnel Oeste (100%)	48,7	0,0	48,7	0,0
VLT (24,93%)	48,5	41,5	7,0	0,0
SAMM	44,6	0,0	44,6	0,0
San José - Aeris (48,75%)	40,9	0,0	40,9	0,0
Curaçao - CAP (100%)	36,4	0,0	36,4	0,0
CCR Actua	22,5	0,0	22,5	0,0
ViaLagos	11,0	0,0	11,0	4,4
Renovias (40%)	7,3	0,0	7,3	5,4
ViaRio (66,66%)	6,9	0,0	6,9	0,0
TAS (100%)	4,4	0,0	4,4	0,0
Outros*	65,8	0,0	65,8	(4,5)
Total	2.411,1	290,4	2.120,7	367,6

* Inclui CCR, CPC, SPCP, Barcas e eliminações.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2018

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A CCR é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&F Bovespa (B3 ou B3 - Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla “CCRO3”.

Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto para o abaixo descrito:

CCR

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado, divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a Companhia divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a Companhia recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação seria o dia 14 de maio de 2018. Porém, no curso desta solicitação, foram requeridos novos esclarecimentos, tornando o prazo acima prejudicado. Em seguida, antes de cumpridas as referidas solicitações, o Ministério Público do Estado de São Paulo decretou o sigilo do procedimento.

Em 20 de maio de 2018, foi veiculada matéria sob título “*MP aponta caixa 2 da CCR para a campanha de Alckmin*”. Conforme comunicado ao mercado, datado de 24 de maio de 2018, a Companhia, respondendo a Ofício da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, esclareceu que, em 28 de fevereiro de 2018, tão logo tomou conhecimento de reportagens publicadas na imprensa acerca de suposta prática de atos ilícitos envolvendo a Companhia, foi constituído Comitê Independente para conduzir investigações relacionadas aos eventos citados nas reportagens e conexos. Ademais, a Companhia ressaltou também que os trabalhos do Comitê ainda não haviam se encerrado, e que, portanto, as investigações conduzidas sob sua supervisão não haviam sido concluídas.

Em 26 de setembro de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em decorrência da 55ª fase da Lava Jato – Operação Integração – conduzida pela Polícia Federal, foram realizadas busca e apreensão de documentos na sede da Companhia, na sede de sua controlada RodoNorte, bem como na residência de ex-executivo e executivos do Grupo, dentre eles, o ex-Diretor Presidente da

Notas Explicativas

RodoNorte e o Diretor Operacional da RodoNorte, sendo estes dois últimos detidos temporariamente naquela data, porém, já liberados, sendo que o primeiro por decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o segundo por decisão do Supremo Tribunal Federal. Ambos renunciaram formalmente aos cargos de Diretoria que ocupavam na RodoNorte em 26 de abril de 2018 e em 27 de setembro de 2018, respectivamente.

Em 04 de outubro de 2018, a Companhia divulgou dois Fatos Relevantes informando que, naquela data, o Governo do Estado do Paraná publicou, no Diário Oficial do Estado, o Decreto nº 11.243/18 (“Decreto”), que declarou a intervenção do Governo do Estado do Paraná no Contrato de Concessão nº 75/1997 (“Contrato”), celebrado pela RodoNorte, por intermédio do DER/PR. O Decreto entrou em vigor na data de sua publicação, sendo que a intervenção tem prazo de duração inicial limitado a 180 dias, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, e não estão compreendidos nos poderes atribuídos ao interventor o exercício de atos de gestão da RodoNorte. Dentre as motivações para a decretação da intervenção no Contrato, constou a deflagração da 55ª fase da Lava Jato e os fatos que estão sendo por ela apurados.

Em 09 de outubro de 2018, a RodoNorte recebeu o Ofício nº 005/2018-PA, por meio do qual a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná informou a instauração de Processo Administrativo nº 15.417.882-1/2018, com fundamento na Lei nº 12.846/2013 e art. 4º do Decreto nº 10.271/2014, para apuração da conduta e eventuais responsabilidades da RodoNorte e das outras concessionárias de rodovias do Estado, em face dos fatos que estão sendo apurados pela 55ª Fase da Operação Lava Jato. O referido Ofício não abriu prazo para a apresentação de informações ou de defesa. Estão sendo adotadas as medidas necessárias à defesa dos interesses e direitos contratualmente assegurados da CCR e da RodoNorte.

Em 11 de outubro de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, o Juízo da 1ª Vara Federal do Paraná proferiu decisão, nos autos da Ação de Procedimento Comum nº 5045805-58.2018.4.04.7000 proposta pela RodoNorte contra o Governo do Estado do Paraná e outros, deferindo liminar para fins de, relativamente ao Decreto nº 11.243/18 do Governo do Estado do Paraná, determinar que onde está escrito “intervenção” leia-se “inspeção”, onde está escrito “interventor” leia-se “inspetor”. A liminar concedida baseou-se no fato de que a motivação do decreto de intervenção demonstra que a finalidade daquela norma não seria a assunção da gestão da concessão para garantir cumprimento do contrato e da lei, conforme preceitua o art. 32 da Lei 8.987/95, mas somente a garantia da inspeção e fiscalização das concessionárias. Assim sendo, a Companhia esclareceu, no Fato Relevante, que, por força da referida liminar, não há intervenção na concessão administrada pela RodoNorte. Há, tão somente, a “inspeção”, que atribui ao Poder Concedente apenas o poder de fiscalização da concessão (poder este que desde sempre foi garantido ao Poder Concedente pela cláusula XXIII, alínea “a” do Contrato de Concessão). A gestão da concessão permanece sob a responsabilidade da RodoNorte.

Em 15 de outubro de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante citando que segue no firme propósito de contribuir com as autoridades para que a investigação em curso elucide os fatos veiculados recentemente na mídia, sendo certo que o Comitê Independente segue coordenando e supervisionando o trabalho de investigação e que o mesmo reportará os resultados ao Conselho de Administração tão logo este processo seja concluído.

A Companhia e suas investidas estão sujeitas à Lei 12.846/13 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, eventuais penalidades poderão ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia e suas investidas. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto nestas informações trimestrais.

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia e, com base nos elementos que possui até o momento, a Companhia, em conjunto com

Notas Explicativas

seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações financeiras trimestrais e concluiu que os fatos conhecidos veiculados e os valores correspondentes, considerados isoladamente (ou seja, sem que sejam levadas em conta eventuais penalidades, descritas no parágrafo anterior), se de fato configurarem ilícitos, não trariam efeitos materiais às mesmas.

ViaMobilidade

Em 05 de abril de 2018, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaMobilidade) e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, firmaram o Contrato de Concessão nº 03/2018, cujo objeto consiste na concessão onerosa da prestação de serviço público de transporte de passageiros das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro da rede metroviária de São Paulo, no qual a CCR e RuasInvest Participações S.A., na qualidade de acionistas da concessionária, figuram como intervenientes-anuentes.

A concessão tem prazo de 20 anos, contados a partir da data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial da Linha 5 – Lilás, o que ocorreu em 04 de agosto de 2018.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Controladora e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), para o Consolidado, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 - Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Destaca-se que existe diferença entre os resultados e os patrimônios líquidos da controladora e consolidado pois, para fins das ITRs consolidadas, o saldo do ativo diferido foi integralmente baixado enquanto que, para fins da controladora e conforme permitido pela Lei nº 11.638/07, isso ocorrerá por meio de amortização.

Em 24 de outubro de 2018, o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas ITRs e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 25 de outubro de 2018.

3. Principais práticas contábeis

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Controladora

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	17.755	17.755
Mútuos - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	632.845	632.845
Partes relacionadas - AFAC	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	577.862	577.862
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	76.130	76.130

Notas Explicativas

Consolidado

Ativos e Passivos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.597.051	2.597.051
Adiantamento a fornecedor	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	88.275	88.275
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	5.334	5.334
Mútuos - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	427.533	427.533
Partes relacionadas - AFAC	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	764	764
Contas a receber - operações com derivativos	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado abrangente (a)	7.018	7.018
Contas a pagar - operações com derivativos	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado abrangente (a)	(2.845)	(2.845)

(a) As alterações nas classificações referem-se apenas a modificações nas nomenclaturas das categorias dos instrumentos financeiros, sem efeito na classificação e mensuração contábil, pois os mesmos já eram tratados no resultado abrangente, conforme permitido pela contabilidade de *hedge* (*hedge* de fluxo de caixa).

ii. *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional relevante nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

iii. *Contabilidade de hedge*

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A aplicação da contabilidade de *hedge* de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

4. Determinação dos valores justos

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixas e bancos	140	154	436.074	161.084
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos e CDB	887.943	2.341.348	1.377.068	2.674.142
	<u>888.083</u>	<u>2.341.502</u>	<u>1.813.142</u>	<u>2.835.226</u>
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos e CDB	1.068.346	1.163.766	2.890.914	1.979.607
	<u>1.068.346</u>	<u>1.163.766</u>	<u>2.890.914</u>	<u>1.979.607</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,34% do CDI, equivalente a 6,46% ao ano (99,27% do CDI, equivalente a 9,82% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber - Consolidado

	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		
Recebíveis de aeroportos (a)	97.202	79.719
Receitas acessórias (b)	25.362	25.483
Pedágio eletrônico (c)	379.126	357.323
Receitas aquaviárias (d)	4.968	4.716
Receitas com multimídia (e)	18.353	17.350
Receitas tarifárias (f)	20.115	11.445
Poder Concedente - Metrô Bahia (i)	297.915	413.656
	<u>843.041</u>	<u>909.692</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (g)	<u>(19.557)</u>	<u>(10.415)</u>
	<u>823.484</u>	<u>899.277</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias (b)	2.503	2.118
Receitas com multimídia (e)	20.198	24.047
Poder Concedente - Barcas (h)	53.440	48.598
Poder Concedente - Metrô Bahia (i)	1.694.196	1.625.129
	<u>1.770.337</u>	<u>1.699.892</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (g)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>1.768.219</u>	<u>1.697.774</u>

Notas Explicativas**Idade de Vencimentos dos Títulos**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos a vencer	2.579.298	2.577.731
Créditos vencidos até 60 dias	5.207	4.974
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	7.198	14.346
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	14.932	5.065
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>6.743</u>	<u>7.468</u>
	<u>2.613.378</u>	<u>2.609.584</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos de receitas acessórias como aluguel de espaços e tarifa de estacionamentos;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) Créditos a receber de pedágio eletrônico (AVI e vale pedágio), decorrentes de tarifas de pedágio que serão recebidos em um prazo médio de 30 dias;
- (d) Créditos a receber do cartão RioCard, decorrentes de serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas aquaviárias;
- (e) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de multimídia, prestados a terceiros pela controlada Samm;
- (f) Créditos a receber da Companhia do Metropolitano de São Paulo, da SPTrans e da Companhia Metropolitana da Bahia decorrentes de serviços prestados aos usuários das controladas ViaQuatro, Metrô Bahia e ViaMobilidade;
- (g) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada para cada negócio da Companhia;
- (h) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao Poder Concedente em troca de melhorias na infraestrutura, no momento da reversão de bens, ao término do contrato de concessão; e
- (i) Refere-se ao direito contratual de receber aporte público e contraprestação pecuniária do Poder Concedente, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura pela controlada, sendo que os valores são registrados pelo seu valor presente, calculados pela taxa interna de retorno do contrato, à medida da evolução física das melhorias efetuadas.

O quadro a seguir demonstra o direito de receber caixa do Poder Concedente - Metrô Bahia:

	<u>31/12/2017</u>		<u>30/09/2018</u>				Outros	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferência			
Circulante								
Aporte público	254.869	92.356	(239.852)	6.460	-	-	113.833	
Contraprestação pecuniária	<u>158.787</u>	<u>21.058</u>	<u>(180.250)</u>	-	144.995	39.492 (a)	<u>184.082</u>	
	<u>413.656</u>	<u>113.414</u>	<u>(420.102)</u>	6.460	144.995	39.492	<u>297.915</u>	
Não circulante								
Contraprestação pecuniária	<u>1.625.129</u>	<u>46.131</u>	-	171.749	(144.995)	(3.818) (b)	<u>1.694.196</u>	

Notas Explicativas

Cronograma de recebimento - não circulante

2019	42.161
2020	160.812
2021	144.995
2022	130.986
2023	118.681
2024 em diante	<u>1.096.561</u>
	<u><u>1.694.196</u></u>

- (a) Refere-se ao valor de desapropriação e reassentamento, com base no disposto na subcláusula 8.8.4 do Contrato de Concessão; e
- (b) Em 04 de junho de 2018, foi assinado o Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão, o qual promoveu diversas alterações em relação às contraprestações anuais marginais de nºs 4, 5 e 6.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	344.915	1.051.168	463.983	1.606.543
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(117.271)	(357.397)	(157.754)	(546.225)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial (a)	143.556	407.520	169.181	386.927
Despesas indedutíveis (b)	(613)	(777)	(2.071)	(2.233)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(5.786)	(10.895)	(713)	(5.946)
Incentivo relativo ao imposto de renda	(303)	51	-	-
Custos de transação na emissão de ações	-	87	50	24.735
Outros ajustes tributários (b)	<u>(687)</u>	<u>(4.578)</u>	<u>(1.876)</u>	<u>(5)</u>
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>18.896</u>	<u>34.011</u>	<u>6.817</u>	<u>(142.747)</u>
Impostos correntes	7.934	(706)	(8)	(8)
Impostos diferidos	<u>10.962</u>	<u>34.717</u>	<u>6.825</u>	<u>(142.739)</u>
	<u>18.896</u>	<u>34.011</u>	<u>6.817</u>	<u>(142.747)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>-5,48%</u>	<u>-3,24%</u>	<u>-1,47%</u>	<u>8,89%</u>

- (a) Os valores estão líquidos da amortização do direito de concessão gerado na aquisição de participação adicional na ViaQuatro; e
- (b) O valor inclui os efeitos do pagamento de R\$ 1.360 a título de IR e CS (incluindo multa e juros) sobre serviços contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017 (Reclassificado) (a)	01/01/2017 a 30/09/2017 (Reclassificado) (a)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	540.295	1.635.445	729.082	2.156.877
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(183.700)	(556.051)	(247.888)	(733.338)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	17.296	42.953	9.690	33.734
Despesas indedutíveis (b)	(5.032)	(8.483)	(3.972)	(8.132)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(8.923)	(18.365)	(1.614)	(12.018)
Incentivo relativo ao imposto de renda	5.083	9.722	2.514	7.392
Custos de transação na emissão de ações	-	103	50	24.735
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(6.453)	(18.727)	(4.942)	(22.697)
Outros ajustes tributários (b)	(7.458)	(24.954)	696	15.555
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(189.187)	(573.802)	(245.466)	(694.769)
Impostos correntes	(192.165)	(587.407)	(251.633)	(626.755)
Impostos diferidos	2.978	13.605	6.167	(68.014)
	(189.187)	(573.802)	(245.466)	(694.769)
Alíquota efetiva de impostos	35,02%	35,09%	33,67%	32,21%

(a) Refere-se a abertura/reclassificação entre linhas para melhor apresentação; e

(b) O valor inclui os efeitos do pagamento de R\$ 10.703 a título de IR e CS (incluindo multa e juros) sobre serviços contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora				
	31/12/2017	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	18.731	4.131	22.862	22.862	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.676	(975)	3.701	3.701	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	139	2	141	141	-
Variação cambial	(21.153)	21.153	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	(6.246)	6.246	-	-	-
Cessão de crédito	3.675	(1.485)	2.190	2.190	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (b)	(2.282)	(353)	(2.635)	247	(2.882)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(168.231)	5.538	(162.693)	-	(162.693)
Outros	6	460	466	466	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(183.078)	34.717	(148.361)	29.607	(177.968)
Compensação de imposto	-	-	-	(29.607)	29.607
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(183.078)	34.717	(148.361)	-	(148.361)

Notas Explicativas

Controladora					
Saldo em 30/09/2017					
	31/12/2016	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	-	34.916	34.916	34.916	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.114	(608)	3.506	3.506	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	155	(17)	138	138	-
Variação cambial	(45.853)	20.216	(25.637)	-	(25.637)
Resultado de operações com derivativos	18.882	(19.968)	(1.086)	-	(1.086)
Cessão de crédito	-	4.165	4.165	4.165	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (b)	(430)	1.120	690	2.308	(1.618)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	-	(12.393)	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	-	(170.170)	(170.170)	-	(170.170)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(23.132)	(142.739)	(165.871)	45.033	(210.904)
Compensação de imposto	-	-	-	(45.033)	45.033
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(23.132)	(142.739)	(165.871)	-	(165.871)

Consolidado						
Saldo em 30/09/2018						
	31/12/2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	1.093.985	169.967	-	1.263.952	1.263.952	-
Variação cambial	(63.582)	54.884	-	(8.698)	-	(8.698)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	18.279	(3.256)	-	15.023	15.023	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	3.425	(106)	-	3.319	3.319	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	24.792	535	-	25.327	25.327	-
Constituição da provisão de manutenção	207.747	(18.418)	-	189.329	189.329	-
Resultado de operações com derivativos	(48.921)	(41.356)	3.411	(86.866)	25.291	(112.157)
Cessão de crédito	3.675	(1.485)	-	2.190	2.190	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (b)	(571.110)	(120.626)	-	(691.736)	517.681	(1.209.417)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	-	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(168.231)	5.538	-	(162.693)	-	(162.693)
Receita de remuneração de ativos financeiros	(188.838)	(51.727)	-	(240.565)	-	(240.565)
Amortização do custo de transação	-	(2.209)	-	(2.209)	-	(2.209)
Pré operacionalidade	-	1.309	-	1.309	1.309	-
Outros	19.344	20.555	-	39.899	43.032	(3.133)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	318.172	13.605	3.411	335.188	2.086.453	(1.751.265)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(1.254.367)	1.254.367
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	318.172	13.605	3.411	335.188	832.086	(496.898)

Consolidado							
Saldo em 30/09/2017							
	31/12/2016	Aquisição de participação na ViaQuatro	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	788.466	6.498	252.297	-	1.047.261	1.047.261	-
Variação cambial	(90.957)	(44.287)	28.551	-	(106.693)	-	(106.693)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	16.289	2.334	(4.911)	-	13.712	13.712	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	3.081	32	948	-	4.061	4.061	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	23.091	-	3.314	-	26.405	26.405	-
Constituição da provisão de manutenção	213.337	-	17.482	-	230.819	230.819	-
Resultado de operações com derivativos	(20.600)	62.900	(34.670)	(10.112)	(2.482)	64.019	(66.501)
Cessão de crédito	-	-	4.165	-	4.165	4.165	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (b)	(363.881)	(73.119)	(112.588)	-	(549.588)	540.810	(1.090.398)
Lucros auferidos no exterior	(4.158)	-	4.158	-	-	-	-
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	-	-	(12.393)	-	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	-	-	(170.170)	-	(170.170)	-	(170.170)
Receita de remuneração de ativos financeiros	(104.125)	311	(59.381)	-	(163.195)	-	(163.195)
Outros	1.493	578	15.184	-	17.255	24.726	(7.471)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	462.036	(44.753)	(68.014)	(10.112)	339.157	1.955.978	(1.616.821)
Compensação de imposto	-	-	-	-	-	(1.123.372)	1.123.372
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	462.036	(44.753)	(68.014)	(10.112)	339.157	832.606	(493.449)

- (a) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	-	9.682
2019	-	26.543
2020	-	37.869
2021	-	45.196
2022	-	58.445
de 2023 a 2025	-	231.743
de 2026 em diante	<u>22.862</u>	<u>854.474</u>
	<u>22.862</u>	<u>1.263.952</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

Algumas empresas do Grupo CCR, principalmente a CPC e a Barcas (parcialmente), não registraram o ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais (R\$ 632.714) e bases negativas (R\$ 655.277), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro. Caso fossem registrados, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 217.154 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 198.968 em 31 de dezembro de 2017).

c. Amortização de ágio - SPVias

Em 15 de dezembro de 2017, a SPVias foi notificada da lavratura de auto de infração por meio do qual a Receita Federal do Brasil exige diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, no valor total histórico de R\$ 353.395, oriundas de (a) amortização de ágio, (b) despesas financeiras incorridas com a emissão de debêntures, e (c) multas isoladas relativas às diferenças no cálculo das estimativas mensais. Em 16 de janeiro de 2018, a SPVias apresentou a impugnação, na qual informou que os débitos referentes à amortização do ágio foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (Lei nº 13.496/2017) - PERT (vide nota explicativa nº 25), a ser oportunamente consolidado, tendo contestado a parcela referente à glosa das despesas financeiras e multas isoladas. Aguarda-se o cálculo do desmembramento dos valores exigidos pelo auto de infração, para individualização dos montantes atribuídos a cada acusação fiscal, e posterior encaminhamento para o julgamento em 1ª instância administrativa.

Em 21 de novembro de 2017, a SPVias ajuizou medida cautelar nº 5003802-06.2017.4.03.6110, perante a 1ª Vara Federal de Sorocaba – SP, contra a União Federal, para oferecer garantia (seguro judicial) relativamente a supostos débitos de IRPJ e CSLL, oriundos da amortização de despesas ágio nos anos-calendário 2014 a 2017. A liminar foi concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 12 de janeiro de 2018, referente à aceitação da garantia bancária. Em 07 de março de 2018, a SPVias ajuizou ação pleiteando a anulação dos referidos débitos tributários, bem como a declaração do direito à amortização fiscal das referidas despesas. Aguarda-se a contestação da União Federal. Ademais, referente à parcela controvertida do IRPJ e CSLL, a SPVias vem procedendo com os depósitos judiciais pertinentes a partir de 2018, no montante acumulado de R\$ 9.591.

Notas Explicativas

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão – Consolidado

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante						
ViaLagos	233	430	-	-	233	430
AutoBAn	4.585	4.585	155.274	98.843	159.859	103.428
ViaOeste	3.297	3.297	41.658	30.494	44.955	33.791
RodoAnel Oeste	73.578	73.578	-	-	73.578	73.578
	<u>81.693</u>	<u>81.890</u>	<u>196.932</u>	<u>129.337</u>	<u>278.625</u>	<u>211.227</u>
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Não Circulante						
ViaLagos	7.801	7.780	-	-	7.801	7.780
AutoBAn	34.767	38.206	1.177.500	1.235.534	1.212.267	1.273.740
ViaOeste	10.715	13.188	135.391	166.024	146.106	179.212
RodoAnel Oeste	1.373.456	1.428.639	-	-	1.373.456	1.428.639
	<u>1.426.739</u>	<u>1.487.813</u>	<u>1.312.891</u>	<u>1.401.558</u>	<u>2.739.630</u>	<u>2.889.371</u>

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2018, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 150.269 (R\$ 61.418 no mesmo período de 2017)

- (1) Os pagamentos antecipados feitos no início da concessão ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e indenizações de contratos sub-rogados nas controladas, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa nas controladas em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original das concessões e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

a. Controladora

	Transações					
	01/07/2018 a 30/09/2018			01/01/2018 a 30/09/2018		
	Serviços prestados	Receitas brutas	Receitas financeiras	Serviços prestados	Receitas brutas	Receitas financeiras
Controladas						
Ponte	-	-	-	-	-	2 (j)
NovaDutra	-	5.124 (a)	247 (e)	-	15.371 (a)	736 (e)
ViaLagos	-	659 (a)	-	-	1.978 (a)	-
RodoNorte	-	1.452 (a)	-	-	4.355 (a)	-
AutoBAN	-	5.350 (a)	4.555 (e)	-	16.050 (a)	13.588 (e)
ViaOeste	-	3.146 (a)	671 (e)	-	9.437 (a)	2.000 (e)
ViaQuatro	-	1.171 (a)	-	-	3.507 (a)	-
RodoAnel Oeste	-	61 (a)	1.942 (e) (i)	-	184 (a)	5.466 (e) (i)
CPC	64 (f)	255 (a)	-	190 (f)	764 (a)	-
Samm	142 (k)	204 (a)	-	418 (k)	610 (a)	-
SPVias	-	633 (a)	404 (g)	-	1.899 (a)	1.723 (g)
Barcas	-	930 (a)	1.464 (a)	-	2.791 (a)	1.464 (a)
Metrô Bahia	-	704 (a)	-	-	2.111 (a)	178 (b)
BH Airport	-	1.979 (a)	-	-	5.822 (a)	-
MSVia	-	876 (a)	-	-	2.630 (a)	-
ViaMobilidade	-	860 (a)	-	-	1.719 (a)	-
Controladas em conjunto						
ViaRio	-	762 (a)	3.924 (c)	-	1.880 (a)	10.802 (c)
VLT Carioca	-	591 (a)	-	-	1.986 (a)	-
Renovias	-	523 (a)	-	-	1.539 (a)	-
Outras partes relacionadas						
Companhia Operadora de Rodovias	-	224 (a)	-	-	673 (a)	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	886 (a)	-	-	2.660 (a)	-
Total	206	26.390	13.207	608	77.966	35.959

	Transações							
	01/07/2017 a 30/09/2017				01/01/2017 a 30/09/2017			
	Serviços prestados	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Serviços prestados	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladas								
Ponte	-	-	-	(1.125)	-	-	-	325 (l)
NovaDutra	-	4.953 (a)	354 (e)	-	-	14.860 (a)	609 (e)	-
ViaLagos	-	649 (a)	-	-	-	1.945 (a)	-	-
RodoNorte	-	1.419 (a)	-	-	-	4.256 (a)	-	-
AutoBAN	-	5.249 (a)	6.536 (e)	-	-	15.746 (a)	11.252 (e)	-
ViaOeste	-	3.104 (a)	962 (e)	-	-	9.312 (a)	1.656 (e)	-
RodoAnel Oeste	-	59 (a)	2.001 (e)	-	-	177 (a)	2.001 (e)	-
CPC	60 (f)	240 (a)	-	-	179 (f)	721 (a)	-	-
Samm	-	191 (a)	-	-	-	575 (a)	-	-
SPVias	-	597 (a)	-	-	-	1.792 (a)	-	-
Barcas	-	1.171 (a)	-	-	-	2.634 (a)	-	-
Metrô Bahia	-	689 (a)	15.378 (b)	-	-	2.067 (a)	36.623 (b)	-
BH Airport	-	3.223 (a)	-	-	-	6.965 (a)	-	-
MSVia	-	874 (a)	-	-	-	2.622 (a)	-	-
ViaQuatro	-	1.245 (a)	-	-	-	3.448 (a)	-	-
Controladas em conjunto								
ViaRio	-	406 (a)	2.404 (c)	-	-	1.095 (a)	7.390 (c)	-
VLT Carioca	-	774 (a)	-	-	-	1.948 (a)	-	-
Renovias	-	514 (a)	-	-	-	1.528 (a)	-	-
Outras partes relacionadas								
Companhia Operadora de Rodovias	-	218 (a)	-	-	-	651 (a)	-	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	857 (a)	-	-	-	2.568 (a)	-	-
Total	60	26.432	27.635	(1.125)	179	74.910	59.531	325

Notas Explicativas

	SalDOS				
	30/09/2018				
	Ativo			Passivo	
Contas a receber	AFAC	Mútuos e cessão onerosa	AFAC	Fornecedores e contas a pagar	
Controladoras					
Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura	-	-	-	720 (d)	12
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	720 (d)	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	287 (d)	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	189 (d)	-
Controladas					
CIIS	-	-	-	-	-
RodoNorte	454 (a)	-	-	-	-
ViaOeste	1.260 (a)	-	40.091 (e)	-	4 (h)
RodoAnel Oeste	19 (a)	742.862 (d)	20.444 (i)	-	-
NovaDutra	1.603 (a)	-	14.753 (e)	-	-
ViaLagos	206 (a)	-	-	-	-
AutoBAn	1.705 (a)	-	272.402 (e)	-	14 (h)
CPC	82 (a)	-	-	-	150 (f)
SPVias	198 (a)	-	-	-	4 (h)
Samm	66 (a)	-	-	-	80 (h) (k)
Barcas	10.371 (a)	-	-	-	-
MSVia	412 (a)	-	-	-	3 (h)
Metrô Bahia	220 (a)	-	-	-	-
BH Airport	655 (a)	-	-	-	-
ViaQuatro	366 (a)	-	-	-	-
ViaMobilidade	270 (a)	-	-	-	-
Controladas em conjunto					
VLT Carioca	1.902 (a)	-	-	-	-
ViaRio	239 (a)	-	173.502 (c)	-	-
Renovias	164 (a)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas					
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	277 (a)	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	70 (a)	-	-	-	-
Total circulante, 30 de setembro de 2018	20.539	-	-	-	267
Total não circulante, 30 de setembro de 2018	-	742.862	521.192	1.916	-
Total, 30 de setembro de 2018	20.539	742.862	521.192	1.916	267

	SalDOS				
	31/12/2017				
	Ativo			Passivo	
Contas a receber	AFAC	Mútuos e cessão onerosa	AFAC	Fornecedores e contas a pagar	
Controladoras					
Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura	-	-	-	720 (d)	12
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	720 (d)	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	287 (d)	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	189 (d)	-
Controladas					
RodoNorte	447 (a)	-	-	-	12 (h)
ViaOeste	971 (a)	-	38.900 (e)	-	-
RodoAnel Oeste	18 (a)	577.862 (d)	-	-	-
NovaDutra	1.551 (a)	-	14.315 (e)	-	13 (h)
ViaLagos	203 (a)	-	-	-	-
AutoBAn	1.642 (a)	-	264.321 (e)	-	6 (h)
CPC	108 (a)	-	-	-	326 (f)
SPVias	187 (a)	-	35.209 (g)	-	3 (h)
Samm	60 (a)	-	-	-	6 (h)
Barcas	6.579 (a)	-	-	-	-
MSVia	273 (a)	-	-	-	-
Metrô Bahia	216 (a)	-	172.287 (b)	-	-
BH Airport	601 (a)	-	-	-	-
ViaQuatro	406 (a)	-	-	-	-
Controladas em conjunto					
VLT Carioca	3.888 (a)	-	-	-	-
ViaRio	108 (a)	-	107.813 (c)	-	-
Renovias	161 (a)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas					
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	268 (a)	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	68 (a)	-	-	-	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	17.755	-	-	-	378
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	-	577.862	632.845	1.916	-
Total, 31 de dezembro de 2017	17.755	577.862	632.845	1.916	378

Notas Explicativas

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR, através de sua Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de mútuo, remunerado à variação de 127,67% do CDI. O vencimento do contrato ocorre em 31 de dezembro de 2020. Em 04 de janeiro de 2018, o contrato foi liquidado antecipadamente;
- (c) Contratos de mútuo, sendo 4 contratos remunerados a 130% do CDI e 2 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 16 de janeiro de 2034 e 01 remunerado a CDI + 2,90% a.a., com vencimento em 1º de junho de 2028;
- (d) Adiantamentos para futuro aumento de capital;
- (e) Refere-se à cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória - MP nº 651/14, convertida para Lei nº 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, estão sendo pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação que deve ocorrer em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal desta operação. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;
- (f) Contrato de prestação exclusiva de serviços de informática e manutenção executados pela CPC através de sua Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (g) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 117,49% do CDI e com vencimento original em 22 de outubro de 2018. Em 22 de agosto de 2018, ocorreu a liquidação antecipada do contrato;
- (h) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (i) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 110,7% do CDI, com vencimentos em 30 de novembro de 2018 e 27 de dezembro de 2018;
- (j) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 110,7% do CDI. O vencimento do contrato foi em 29 de junho de 2018, data em que ocorreu a liquidação do mesmo;
- (k) Prestação de serviços de transmissão de dados; e
- (l) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 125,87% do CDI. O vencimento do contrato era 6 de julho de 2017. Contudo, na mesma data, ocorreu a prorrogação do prazo para 6 de julho de 2018. Em 1º de dezembro de 2017, ocorreu a liquidação antecipada do contrato.

Notas Explicativas

b. Consolidado

	Transações											
	01/07/2018 a 30/09/2018					01/01/2018 a 30/09/2018						
	Custos de construção	Serviços Prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Custos de construção	Serviços Prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladoras												
Camargo Corrêa	915 (a)	-	4.811 (b)	-	-	-	22.399 (a)	-	21.817 (b)	37 (l)	-	-
Andrade Gutierrez	915 (a)	-	-	-	-	-	22.399 (a)	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa Desenv. Imobiliário (CCDI)	-	-	-	31 (l)	-	-	-	-	-	69 (l)	-	-
Odebrecht Mobilidade S/A	-	-	-	(199) (l)	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas												
MTH Houdster em Maritiem	-	-	-	-	429	674 (s)	-	-	-	-	429	1.475 (s)
Alba Concessions	-	-	-	-	576 (s)	1.117 (s)	-	-	-	-	5.187 (s)	8.931 (s)
CAI	-	-	-	-	11	7	-	-	-	-	11	7
TAS	-	-	-	-	138 (c)	-	-	-	-	439 (c)	-	-
ViaQuatro	-	-	-	-	182 (c)	247 (s)	-	-	-	182 (c)	3.179 (s)	1.812 (s)
Controladas em conjunto												
Aeris Holding	-	169 (l)	-	1.996 (c)	-	55 (s)	-	-	-	1.996 (c)	-	61 (s)
Renovias	-	-	-	617 (c)	-	-	-	475 (l)	-	1.817 (c)	-	-
ViaRio	-	-	-	1.239 (c)	3.926 (d)	-	-	-	-	3.082 (c)	10.802 (d)	-
VLT Carioca	-	-	-	591 (c)	2.867 (e)	-	-	-	-	1.986 (c)	7.598 (e)	-
Corporación Quiport	-	-	-	2.548 (c)	1.972 (f)	142 (s)	-	-	-	2.548 (c)	5.334 (f)	142 (s)
IBSA	-	-	-	-	2.753 (g)	-	-	-	-	-	7.443 (g)	-
Outras partes relacionadas												
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	90.761 (h)	-	1.787 (c)	-	-	-	265.443 (h)	-	5.364 (c)	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	239 (c)	-	-	-	-	-	719 (c)	-	-
Jack Holding Inc	-	-	-	-	-	5 (w)	-	-	-	-	-	13 (w)
JCA Holding Participações	-	-	-	-	41 (p)	-	-	-	-	-	-	120 (p)
Zurich Airport	-	3.717 (t)	-	-	-	-	-	3.899 (t)	-	-	-	-
Infraero	-	283 (v)	-	-	-	-	-	1.082 (v)	-	-	-	92 (p)
RIOPAR Participações S.A	-	-	-	-	-	31 (p)	-	-	-	-	-	-
Encalco Construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J.Maltecell Construtora de Obras	-	-	53.997 (i)	-	-	-	-	-	123.867 (i)	-	-	-
Serveng - Civilian S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	-	27.412 (j)	-	-	-	-	-	78.183 (j)	-	-	-
Consórcio Nova Rodovia do Café	-	-	11.634 (s)	-	-	-	-	-	11.634 (s)	-	-	-
Interement Brasil	-	-	55 (k)	-	-	-	-	-	763 (k)	-	-	-
Consórcio Rodó Avare	-	-	5.816 (l)	-	-	-	-	-	14.703 (l)	-	-	-
Total	1.820	94.930	103.725	9.169	13.014	2.319	44.798	270.899	18.239	39.983	12.653	

Notas Explicativas

	Transações										
	01/07/2017 a 30/09/2017					01/01/2017 a 30/09/2017					
	Custos de construção	Serviços Prestados	Imobilizado/Intangível	Receitas brutas	Despesas financeiras	Custos de construção	Serviços Prestados	Imobilizado/Intangível	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladoras											
Camargo Corrêa	71.427 (a)	-	16.555 (b)	-	-	265.145 (a)	-	57.214 (b)	-	-	-
Andrade Gutierrez	71.427 (a)	-	-	-	-	265.145 (a)	-	-	-	-	-
Controladas											
Alfa Concessions	-	-	-	4.549 (s)	646 (s)	-	-	-	-	15.772 (s)	2.989 (s)
CCR España Emprendimientos	-	-	-	43	271 (s)	-	-	-	-	179 (s)	1.128 (s)
TAS	-	-	-	215 (s)	1.369 (s)	-	-	-	-	938 (s)	4.645 (s)
Green Airports	-	-	-	393 (s)	157 (s)	-	-	-	-	1.339 (s)	741 (s)
ViaQuatro	-	-	-	-	-	-	-	-	1.871 (c)	-	-
Controladas em conjunto											
Renovias	-	-	-	583 (c)	-	-	-	-	1.732 (c)	-	-
ViaRio	-	-	-	406 (c)	-	-	-	-	1.095 (c)	7.390 (d)	-
VLT Caribca	-	-	-	774 (c)	2.162 (e)	-	-	-	1.948 (c)	4.600 (e)	-
Corporación Quiport	-	-	-	1.578 (f)	-	-	-	-	4.700 (f)	-	-
Aeris Holding	-	-	-	309 (c)	-	-	-	-	1.191 (c)	-	-
IBSA	-	-	-	2.202 (g)	-	-	-	-	-	6.714 (g)	-
Outras partes relacionadas											
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	84.785 (h)	-	1.547 (c)	-	-	250.915 (h)	-	4.639 (c)	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	233 (c)	-	-	-	-	695 (c)	-	-
JCA Holding Participações	-	-	-	-	52 (p)	-	-	-	-	-	179 (p)
RIOPAR Participações S.A	-	-	-	-	41 (p)	-	-	-	-	-	137 (p)
Encaslo Construções	-	-	-	-	499 (u)	-	-	-	-	-	5.841 (u)
J.Maltecell Construtora de Obras	-	-	47.129 (i)	-	-	-	-	102.931 (i)	-	-	-
Serveng - Civiklan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	-	4.084 (j)	-	-	-	-	7.798 (j)	-	-	-
Consórcio Nova Rodovia do Café	-	-	13.017 (s)	-	-	-	-	17.303 (s)	-	-	-
Interement Brasil	-	-	13 (k)	-	-	-	-	4.413 (k)	-	-	-
Consórcio Rodo Avareé	-	-	20.788 (l)	-	-	-	-	37.318 (l)	-	-	-
Total	154.854	84.785	101.586	3.852	13.547	530.290	250.915	226.977	13.171	41.632	15.660

Notas Explicativas

	Saldo					
	30/09/2018			30/09/2018		
	Ativo			Passivo		
	Contas a Receber	AFAC	Mútuos	AFAC	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladoras						
Andrade Gutierrez Engenharia	-	-	-	720	-	3.061 (a)
Construções e Comércio Camargo Corrêa	-	-	-	-	-	3.061 (a)
Camargo Corrêa Infra Construções	-	-	-	-	-	6.086 (b)
Camargo Corrêa Transportes	-	-	-	720	-	12
Soares Penido Concessões	-	-	-	287	-	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	189	-	-
Controladas						
Sociedade Paulista Infra S.A	-	-	-	1	-	-
Infra Latinoamericana S.A	-	-	-	1	-	-
Companhia Infraestrutura Mobilidade	-	-	-	1	-	-
CAI	9	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto						
Corporación Quiport	861	-	161.757 (f)	-	-	-
Icaros	349	-	-	-	-	-
Quiport Holdings	357	-	-	-	-	-
IBSA	-	942	143.700 (g)	-	-	-
ViaRio	638 (c)	-	173.502 (d)	-	-	240 (n)
VLT Carioca	1.902 (c)	-	110.237 (e)	-	-	-
Renovias	186 (c)	-	-	-	-	16
Outras partes relacionadas						
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	559 (c)	-	-	-	-	35.624 (h)
Companhia Operadora de Rodovias	174 (c)	-	-	-	-	28
Rodomar Admimist e Partic.	-	-	-	-	-	2.458 (o)
RIOPAR Participações S.A	-	-	-	21.400 (q)	1.530 (p)	-
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	-	-	-	-	8.228 (j)
Auto Viação 1001	-	-	-	-	-	39.824 (o)
JCA Holding Participações	-	-	-	21.400 (q)	1.998 (p)	-
Consórcio Nova Rodovia do Café	-	-	-	-	-	1.168 (x)
J.Malacelli Construtora de Obras	-	-	-	-	-	18.564 (i)
Consórcio Rodo Avaré	-	-	-	-	-	629 (l)
Total circulante, 30 de setembro de 2018	5.035	-	-	-	3.528	118.999
Total não circulante, 30 de setembro de 2018	-	942	589.196	44.719	-	-
Total, 30 de setembro de 2018	5.035	942	589.196	44.719	3.528	118.999

Notas Explicativas

	Saldos					
	31/12/2017			31/12/2017		
	Ativo			Passivo		
	Contas a Receber	AFAC	Mútuos	AFAC	Mútuos	Forneecedores e contas a pagar
Controladoras						
Andrade Gutierrez Concessões	-	-	-	-	-	1.291 (m)
Camargo Corrêa	-	-	-	-	-	6.430 (m) (b)
Camargo Corrêa Transportes	-	-	-	720	-	-
Andrade Gutierrez Engenharia	-	-	-	720	-	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	287	-	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	189	-	-
Controladas						
CAI	7	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto						
Corporación Quiport	-	-	128.746 (f)	-	-	-
Icaros	289	-	-	-	-	-
Quiport Holdings	295	-	-	-	-	-
IBSA	-	764	111.893 (g)	-	-	-
ViaRio	108 (c)	-	107.813 (d)	-	-	-
VLT Carioca	3.888 (c)	-	79.081 (e)	-	-	-
Renovias	183 (c)	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	484 (c)	-	-	-	-	27.212 (h)
Companhia Operadora de Rodovias	80 (c)	-	-	-	-	4
Infraero	-	-	-	-	-	2.922 (v)
Rodomar Administ e Partic.	-	-	-	-	-	2.362 (o)
RIOPAR Participações S.A	-	-	-	21.400 (q)	1.449 (p)	-
Zurich Airport	-	-	-	-	-	3.222 (r)
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	-	-	-	-	33.033 (j)
Auto Viação 1001	-	-	-	-	-	38.254 (o)
JCA Holding Participações	-	-	-	21.400 (q)	1.893 (p)	-
Cesbe	-	-	-	-	-	97
J. Malucelli Construtora de Obras	-	-	-	-	-	32.106 (i)
Consórcio Rodo Avaré	-	-	-	-	-	463 (l)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	5.334	-	-	-	3.342	144.358
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	-	764	427.533	44.716	-	3.038
Total, 31 de dezembro de 2017	5.334	764	427.533	44.716	3.342	147.396

Notas Explicativas

d. Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Remuneração dos administradores (y)	10.702	13.233	25.480	30.731

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 16 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e diretoria da Companhia no montante de R\$ 71.100, no caso de cumprimento integral das metas fixadas, podendo chegar até R\$ 82.000 no caso de superação das metas. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros b, c e d:

- (a) Refere-se ao contrato por administração sob regime de aliança para a prestação de serviços de obras de construção e melhorias no Metrô Bahia, celebrado entre a CCR Metrô Bahia e construtoras parceiras a preço global, visando atender aos prazos necessários para a entrega das duas linhas previstas no Sistema Metroviário Salvador-Lauro de Freitas, com máxima eficiência no processo construtivo, mediante a redução dos custos e a diminuição dos riscos.

O principal diferencial do Contrato de Aliança é configurar uma parceria em que, em vez de apenas serem contratadas para as obras, as construtoras contribuem para a definição do orçamento de forma participativa e transparente - incluindo a predeterminação do lucro esperado. Os construtores poderão obter uma bonificação financeira em percentual sobre o valor do lucro acordado se o resultado for melhor o que o projetado, ou serem penalizados até o limite de sua remuneração se houver perdas ou frustração dos resultados e cronogramas.

Em atenção às melhores práticas de governança priorizadas pelo Novo Mercado e às práticas internas do próprio Grupo CCR, foram contratadas: (i) empresa independente para avaliar o processo de previsão dos custos de modo a assegurar que os valores do orçamento são compatíveis com os preços de mercado; e (ii) empresa de assessoria específica, com experiência comprovada, para acompanhar o andamento das obras e sua aderência ao cronograma e orçamento, visando assegurar a performance esperada do Contrato de Aliança;

- (b) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Jundiá (AutoBAn), com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (c) Receitas e contas a receber referentes à prestação de serviços administrativos pela CCR - Divisão Actua e de serviços de informática e manutenção executados pela CPC - Divisão EngelogTec às suas investidas diretas e indiretas;
- (d) Contratos de mútuo, sendo 4 contratos remunerados a 130% do CDI e 2 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 16 de janeiro de 2034 e 1 remunerado a CDI + 2,90% a.a. com vencimento em 1º de junho de 2028;
- (e) Contratos de mútuo feito pela CIIS ao VLT Carioca, sendo 10 contratos remunerados à variação acumulada do CDI + 5% a.a., 4 contratos com vencimento em 31 de dezembro de 2018, 2 contratos com vencimento em 31 de dezembro de 2020, 3 contratos com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e 1 contrato com vencimento em 30 de dezembro de 2024;
- (f) Contratos de mútuos entre a Quiport e seus acionistas e outras partes relacionadas, remunerados em até 9,36% a.a., com vencimentos entre 2037 e 2040;

Notas Explicativas

- (g) Contratos de mútuo entre a Aeris e outras partes relacionadas, remunerados a 9,89% a.a., com vencimentos de principal entre 2018 e 2023;
- (h) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da rodovia Presidente Dutra, com vigência até fevereiro de 2021;
- (i) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de duplicação da rodovia BR-376, compreendendo a construção de nova pista e recuperação da pista existente (RodoNorte), com vigência até a 25 de junho de 2021;
- (j) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos encabeçamentos e capeamentos, distribuídos em vários pontos da Rodovia Presidente Dutra, com vigência de 23 de janeiro de 2014 a 21 de julho de 2017. Em 06 de junho de 2017, foi assinado novo contrato de prestação de serviços com o mesmo objeto, porém, para novos trechos da rodovia, com vigência de 06 de junho de 2017 a 02 de dezembro de 2020;
- (k) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na MSVia, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (l) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a execução de trevos, obras de arte especiais e passarelas para a duplicação de trechos da Rodovia João Mellão (SPVias), no valor total de R\$ 114.550, com vigência de 13 de junho de 2016 a 31 de janeiro de 2019. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor. O consórcio Rodo Avaré é constituído pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Andrade Gutierrez Construções e Serviços S.A.;
- (m) Retenção de parte das verbas de mobilização das empresas que foram responsáveis pela execução das obras de recuperação inicial, em função da postergação dos investimentos no cronograma contratual;
- (n) Contrato de prestação exclusiva de serviços de informática e manutenção executados pela CPC – Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (o) Refere-se à parcela do preço, retida no contrato de compra e venda entre a CPC e os antigos acionistas da Barcas;
- (p) Contrato de mútuo firmado em 4 de outubro de 2016, entre a Barcas e suas acionistas, remunerado a 127,9% do CDI, e com vencimento em 03 de dezembro de 2016. Na data do vencimento, o prazo foi prorrogado. Na última prorrogação de prazo, o vencimento passou para 31 de janeiro de 2019;
- (q) Adiantamentos para futuro aumento de capital na Barcas;
- (r) Contrato de consultoria de operação e gerenciamento do Aeroporto entre Zurich e BH Airport, firmado em 02 de dezembro de 2014;
- (s) Refere-se a variação cambial decorrente de transações entre partes relacionadas com moedas funcionais diferentes;
- (t) Prestação de serviços de transmissão de dados;

Notas Explicativas

- (u) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre o RodoAnel e sua acionista Encalso, com vencimento previsto em 15 de novembro de 2024. Em 14 de julho de 2017, este mútuo foi cedido para um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC);
- (v) Os valores referem-se, substancialmente, a custos com mão de obra da Infraero alocada no Aeroporto Internacional de Confins, conforme previsto na cláusula 2.23.3 do Contrato de Concessão, os quais são reembolsados mensalmente de acordo com a prestação de serviço;
- (w) Contrato de mútuo remunerado à variação de LIBOR + 1,9% a.m., com vencimento previsto para 02 de agosto de 2018, data em que ocorreu a liquidação;
- (x) Contrato de prestação de serviço por empreitada a preço estimado para execução de obra de recuperação da pista existente na BR-376, com vigência até 29 de maio de 2019. O Consórcio é constituído pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia e AG Construções e Serviços; e
- (y) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros do conselho fiscal e da administração (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária), compreendendo no total 27 membros.

11. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

a) Investimentos em controladas - Controladora

Controladas	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação	
			30/09/2018	31/12/2017
AutoBAn	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
CCR México	Concessão rodoviária	México / EUA	(a)	100,00%
CCR Mobilidade	Holding	Brasil (SP)	99,99%	99,99%
CIIS	Serviços	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%
CPC	Holding	América Latina e Espanha	99,00%	99,00%
CCR Lam Vias	Holding	Brasil (SP)	99,99%	99,99%
NovaDutra	Concessão rodoviária	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%
Parques	Serviços	Brasil	85,92%	85,92%
Ponte	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%
RodoAnel Oeste	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	99,0391%	99,0391%
RodoNorte	Concessão rodoviária	Brasil (PR)	85,92%	85,92%
Samm	Serviços	Brasil (SP / RJ)	99,90%	99,90%
CCR Infra SP	Holding	Brasil (SP)	99,99%	99,99%
SPCP	Holding	Brasil (RJ)	65,5171%	65,5171%
ViaLagos	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%
ViaMobilidade	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	83,34%	-
ViaOeste	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
ViaQuatro	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	75,00%	75,00%

(a) Empresa liquidada.

Notas Explicativas

a.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido da provisão para passivo a descoberto - Controladora

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das investidas		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do exercício das investidas		Resultado de equivalência patrimonial	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
AutoBAn (a)	805.066	484.836	805.066	484.836	508.955	508.133	508.955	508.133
CCR México (a)	-	453	-	453	-	(76)	-	(76)
CCR Mobilidade	1	-	-	-	-	-	-	-
CIIS	223.870	167.016	223.869	166.918	7.485	4.472	7.485	4.471
CPC	4.078.409	3.213.633	4.035.168	3.169.330	124.831	77.549	123.583	76.147
CCR Lam Vias	1	-	-	-	-	-	-	-
NovaDutra (a)	562.054	478.860	562.054	478.860	137.276	133.763	137.276	133.763
Parques	(97)	(83)	(83)	(71)	(14)	(79)	(12)	(68)
Ponte (a)	7.307	4.801	7.307	4.801	(224)	(1.115)	(224)	(1.115)
RodoAnel Oeste	566.274	567.741	565.162	569.607	(1.467)	(60.683)	(4.445)	(51.703)
RodoNorte	371.207	244.249	317.476	208.983	150.957	177.650	129.115	152.636
RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	4.009	4.885	-	-	(876)	(840)
Samm	55.792	52.547	55.736	52.495	3.245	(1.464)	3.241	(1.462)
CCR Infra SP	1	-	-	-	-	-	-	-
SPCP	393.434	325.789	257.765	213.446	(1.355)	(3.818)	(888)	(2.502)
ViaLagos (a)	38.675	28.393	38.675	28.393	21.291	20.013	21.291	20.013
ViaMobilidade	39.582	-	32.988	-	(19.318)	-	(16.099)	-
ViaOeste	396.973	258.282	396.973	258.282	226.580	250.244	226.580	250.244
ViaQuatro	283.110	339.226	212.335	226.162	106.906	123.661	80.180	86.637
ViaQuatro (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	599.775	620.188	-	-	(20.413)	(14.058)
ViaRio	132.393	149.985	87.532	99.980	(17.592)	(65.348)	(12.448)	(33.400)
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	7.954.052	6.315.728	8.201.807	6.587.548	1.247.556	1.162.902	1.182.301	1.126.820

- (a) Existe participação irrelevante de acionistas não controladores, a qual não impacta o cálculo de equivalência patrimonial na controladora.

a.2) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto - Controladora

	Saldo inicial 31/12/2017	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros	Saldo final 30/09/2018
AutoBAn	484.836	508.955	-	(188.725)	-	-	805.066
CCR México	453	-	-	-	57	(510)	-
CIIS	166.918	7.485	46.700	-	2.668	98	223.869
CPC	3.169.330	123.583	496.980	-	235.566	9.709	4.035.168
NovaDutra	478.860	137.276	-	(54.082)	-	-	562.054
Parques	(71)	(12)	-	-	-	-	(83)
Ponte	4.801	(224)	2.730	-	-	-	7.307
RodoAnel Oeste	569.607	(4.445)	-	-	-	-	565.162
RodoNorte	208.983	129.115	-	(20.622)	-	-	317.476
RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição)	4.885	(876)	-	-	-	-	4.009
Samm	52.495	3.241	-	-	-	-	55.736
SPCP	213.446	(888)	45.207	-	-	-	257.765
ViaLagos	28.393	21.291	-	(11.009)	-	-	38.675
ViaMobilidade	-	(16.099)	49.087	-	-	-	32.988
ViaOeste	258.282	226.580	-	(87.889)	-	-	396.973
ViaQuatro	226.162	80.180	-	(98.728)	4.721	-	212.335
ViaQuatro (Dir. concessão gerado na aquisição)	620.188	(20.413)	-	-	-	-	599.775
ViaRio	99.980	(12.448)	-	-	-	-	87.532
Total	6.587.548	1.182.301	640.704	(461.055)	243.012	9.297	8.201.807

Notas Explicativas

a.3) Informações financeiras resumidas das controladas - Controladora e Consolidado

	30/09/2018			31/12/2017			30/09/2017		
	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	
Alba Concessions	287.959	-	-	6.122	232.294	-	-	5.446	
Alba Participations	2.541	573	-	(4.471)	10.124	4.395	-	(4.828)	
ATP	4.243	20.846	5.283	(2.267)	4.905	19.241	5.153	(1.693)	
AutoBAN	4.628.008	3.822.942	1.682.663	508.955	4.071.649	3.586.813	1.704.225	508.133	
Barcas	267.310	412.014	94.879	(56.055)	280.871	369.520	94.156	(61.648)	
BH Airport	2.509.236	2.090.446	260.581	(86.230)	2.434.568	2.074.548	287.033	(48.872)	
CAI	111.215	8.916	-	(12.124)	103.374	7.365	-	(1.508)	
CAP	320.293	209.082	130.909	(12.124)	251.595	148.224	123.629	(1.508)	
CARE	3	4.887	-	-	3	4.038	-	-	
CCR Costa Rica	16.016	1.444	-	6.055	13.232	7.561	-	(3.392)	
CCR España	448.614	263.859	-	(10.900)	175.841	8.109	-	(10.202)	
CCR España Emprendimientos	1.177.597	410.552	-	60.591	906.686	333.759	-	83.233	
CCR México	-	-	-	-	453	-	-	(76)	
CCR USA	143.777	43.853	-	(16.703)	125.093	26.419	-	(6.992)	
CCR Mobilidade	1	-	-	-	-	-	-	-	
CIIS	224.245	375	-	7.485	167.295	279	-	4.472	
CIP	73	1	-	(28)	10	-	-	-	
CPA	79.624	3.872	-	(8.176)	78.217	3.681	-	(1.897)	
CPC	4.276.459	198.050	123.492	124.831	3.452.297	238.664	124.471	77.549	
Green Airports	146.735	970	-	7.325	114.434	726	-	6.626	
CCR Lam Vias	1	-	-	-	-	-	-	-	
Inovap5	899	34	-	(70)	715	80	-	137	
Metrô Bahia	5.151.436	4.295.986	816.645	57.038	4.711.569	4.161.667	981.625	(24.019)	
MSVia	1.914.454	969.545	356.372	23.999	1.783.444	937.341	408.110	27.383	
MTH	34.424	8	2.434	(2.370)	31.603	67	2.126	(2.197)	
NovaDutra	1.419.869	857.815	1.086.460	137.276	1.446.768	967.908	1.038.140	133.763	
Parques	97	194	-	(14)	99	182	-	(79)	
Ponte	8.541	1.234	-	(224)	7.202	2.401	-	(1.115)	
RodoAnel Oeste	2.274.682	1.708.408	211.648	(1.467)	2.343.703	1.775.962	242.338	(60.683)	
RodoNorte	1.357.988	986.781	822.244	150.957	1.156.740	912.491	812.064	177.650	
Samm	206.587	150.795	74.634	3.245	228.403	175.856	70.968	(1.464)	
CCR Infra SP	1	-	-	-	-	-	-	-	
SPAC	214.131	6	-	(44.477)	183.685	10	-	(25.172)	
SPCP	404.673	11.239	-	(1.355)	400.913	75.124	-	(3.818)	
SPVias	1.911.393	1.692.429	504.253	41.640	1.872.666	1.695.342	533.405	41.849	
TAS	100.181	159.510	216.409	(14.126)	61.270	96.449	164.250	(25.148)	
ViaLagos	283.941	245.266	90.662	21.291	299.744	268.925	90.833	20.013	
ViaMobilidade	669.646	630.064	36.063	(19.318)	-	-	-	-	
ViaOeste	1.403.372	1.006.399	775.480	226.580	1.467.685	1.209.403	837.623	250.244	
ViaQuatro	1.754.916	1.471.806	509.609	106.906	1.570.209	1.268.652	272.510	82.935	
Subtotal	33.755.181	21.680.201	7.800.720	1.197.797	29.989.359	20.381.202	7.792.659	1.133.122	
Controladora	11.669.506	2.274.435	77.966	1.085.179	11.660.096	3.494.265	74.910	1.463.796	
Baixa do ativo diferido para fins de consolidação	(1.538)	-	-	4.617	-	-	-	4.617	
Eliminações	(13.512.645)	(1.807.822)	(196.485)	(1.225.950)	(11.037.247)	(1.755.706)	(198.710)	(1.139.427)	
Consolidado	31.910.504	22.146.814	7.682.201	1.061.643	30.612.208	22.119.761	7.668.859	1.462.108	

O Metrô Bahia, ATP, Barcas, Inovap5, SPVias, Green Airports, CCR España, CCR España Emprendimientos, Alba Concessions, MSVia e SPAC são investidas da CPC. A CAI, CAP, CARE, CCR Costa Rica, CPA e a MTH são consolidadas na CCR España. A BH Airport é investida da SPAC. A TAS é investida na CCR USA que, por sua vez, é investida da CCR España Emprendimientos.

b) Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto - Consolidado

Empreendimentos controlados em conjunto (a)	Local de constituição e operação	Percentual de participação		Atividade principal
		30/09/2018	31/12/2017	
Quiport Holdings	Uruguai	50,0%	50,0%	Holding
Quiama	Ilhas Virgens Britânicas	50,0%	50,0%	Investimentos
Aeropuertos	Costa Rica	48,767%	48,767%	Holding - Aeroportos
Desarrollos	Costa Rica	51,0%	51,0%	Holding - Aeroportos
Terminal	Costa Rica	50,0%	50,0%	Holding - Aeroportos
IBSA	Ilhas Virgens Britânicas	50,0%	50,0%	Holding - Aeroportos
ViaRio	Brasil (RJ)	66,66%	66,66%	Concessão rodoviária
Renovias	Brasil (SP)	40,0%	40,0%	Concessão rodoviária
Controlar	Brasil (SP)	49,5747%	49,5747%	Serviços
VLT Carioca	Brasil (RJ)	24,932%	24,932%	Concessão de transporte de passageiros

Notas Explicativas

(a) A mensuração dos investimentos é feita pelo método de equivalência patrimonial.

b.1) Composição dos investimentos em controladas em conjunto – Consolidado

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas em conjunto		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do exercício das controladas em conjunto		Resultado de equivalência patrimonial	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
ViaQuatro (a)	-	-	-	-	-	-	-	24.436
Quiport Holdings	1.750.250	1.273.236	872.164	635.826	189.460	141.694	92.565	70.847
Quiama	31.932	19.100	15.968	9.550	16.766	14.010	8.382	7.005
Aeropuertos	(1.259)	(6.593)	(616)	(3.217)	5.278	(2.957)	2.574	(1.676)
Desarrollos	(1.553)	(8.127)	(794)	(4.147)	6.508	(3.645)	3.319	(2.133)
Terminal	31.956	26.060	(38)	(202)	322	(180)	162	(104)
IBSA	(1.940)	(1.452)	(970)	(725)	(160)	(136)	(79)	(67)
ViaRio	132.393	149.985	87.774	99.983	(17.592)	(65.348)	(12.209)	(33.400)
VLT Carioca	217.680	210.948	54.272	52.594	5.573	3.381	1.389	810
Renovias	121.048	104.250	48.418	41.699	122.763	123.195	49.105	49.278
Controlar	(2.675)	(1.866)	(1.302)	(925)	(764)	2.316	(377)	1.143
Total	2.277.832	1.765.541	1.074.876	830.436	328.154	212.330	144.831	116.139
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	-	-	221.053	224.585	-	-	(18.500)	(16.921)
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	2.277.832	1.765.541	1.295.929	1.055.021	328.154	212.330	126.331	99.218

(a) O valor do resultado de equivalência de 2017, refere-se ao período em que a investida era controlada em conjunto. A partir de 20 de abril de 2017, com a aquisição de controle, a participação da Companhia na ViaQuatro passou a ser demonstrada no quadro 11a desta nota explicativa.

b.2) Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - Consolidado

	Saldo inicial	Resultado de	Dividendos e	Ajuste de	Saldo final
	31/12/2017	equivalência patrimonial	juros sobre capital próprio	avaliação patrimonial	
	30/09/2018				
Quiport Holdings	635.826	92.565	-	143.773	872.164
Quiama	9.550	8.382	(4.672)	2.708	15.968
Aeropuertos	(3.217)	2.574	-	27	(616)
Desarrollos	(4.147)	3.319	-	34	(794)
Terminal	(202)	162	-	2	(38)
IBSA	(725)	(79)	-	(166)	(970)
ViaRio	99.983	(12.209)	-	-	87.774
VLT Carioca	52.594	1.389	-	289	54.272
Renovias	41.699	49.105	(42.386)	-	48.418
Controlar	(925)	(377)	-	-	(1.302)
Total	830.436	144.831	(47.058)	146.667	1.074.876
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	224.585	(18.500)	-	14.968	221.053
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	1.055.021	126.331	(47.058)	161.635	1.295.929

b.3) Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

A seguir estão apresentadas as informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto que são registrados utilizando o método de equivalência patrimonial. Os valores apresentados não consideram a participação da CCR, ou seja, referem-se a 100% das informações financeiras das empresas.

Notas Explicativas

Balanco patrimonial resumido

	30/09/2018											Outros investimentos (2)	
	Corporación Quiport	Ícaros	Quiport Holdings	Quiama	Quiama Ecuador	Aeris	IBSA Finance	IBSA	ViaRio	VLT Carioca	Renovias		Controlar
Ativo													
Ativo circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	372.687	1.407	1.172	1.566	6.382	110.644	-	274	1.092	265	2.208	3.015	-
Outros ativos	69.141	70	26	32.538	9.802	78.706	-	156	43.555	273.424	113.623	1.226	-
Total do ativo circulante	441.828	1.477	1.198	34.104	16.184	189.350	-	430	44.647	273.689	115.831	4.241	-
Ativo não circulante	2.976.116	518.538	1.749.846	356	-	789.571	287.040	287.316	977.988	1.353.955	160.273	197	32.032
Total ativo	3.417.944	520.015	1.751.044	34.460	16.184	978.921	287.040	287.746	1.022.635	1.627.644	276.104	4.438	32.032
Passivo													
Passivo circulante													
Passivos financeiros (1)	190.765	-	-	-	-	13.823	-	-	13.489	24.190	51.483	-	-
Outros passivos	140.038	590	802	2.526	11.118	103.708	66.708	66.600	8.322	193.732	48.260	6.402	-
Total do passivo circulante	330.803	590	802	2.526	11.118	117.531	66.708	66.600	21.811	217.922	99.743	6.402	-
Passivo não circulante													
Passivos financeiros (1)	168.021	-	-	-	-	497.184	-	-	599.446	831.967	49.868	-	-
Outros passivos	1.278.246	-	-	-	4.702	335.138	220.762	223.086	268.987	360.071	5.445	711	2.890
Total do passivo não circulante	1.446.267	-	-	-	4.702	832.322	220.762	223.086	868.433	1.192.038	55.313	711	2.890
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.640.874	519.425	1.750.242	31.934	364	29.068	(430)	(1.940)	132.391	217.684	121.048	(2.675)	29.142
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	3.417.944	520.015	1.751.044	34.460	16.184	978.921	287.040	287.746	1.022.635	1.627.644	276.104	4.438	32.032

Notas Explicativas

	31/12/2017											Outros investimentos (2)	
	Corporación Quiport	Ícaros	Quiport Holdings	Quiama	Quiama Ecuador	Aeris	IBSA Finance	IBSA	ViaRio	VLT Carioca	Renovias	Controlar	
Ativo													
Ativo circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	149.643	1.387	1.290	9.354	2.158	97.128	-	322	9.436	47.997	40.635	4.648	-
Outros ativos	87.067	36	2	9.522	7.648	64.200	-	122	10.383	195.466	26.035	611	-
Total do ativo circulante	236.710	1.423	1.292	18.876	9.806	161.328	-	444	19.819	243.463	66.670	5.259	-
Ativo não circulante	2.487.703	382.602	1.272.536	296	-	611.579	223.492	223.720	986.318	1.260.246	331.011	204	26.464
Total ativo	2.724.413	384.025	1.273.828	19.172	9.806	772.907	223.492	224.164	1.006.137	1.503.709	397.681	5.463	26.464
Passivo													
Passivo circulante													
Passivos financeiros (1)	148.091	-	-	-	-	3.807	-	-	678.921	22.116	31.987	-	-
Outros passivos	75.338	464	594	74	9.516	75.477	41.474	41.364	10.119	201.575	59.693	6.657	-
Total do passivo circulante	223.429	464	594	74	9.516	79.284	41.474	41.364	689.040	223.691	91.680	6.657	-
Passivo não circulante													
Passivos financeiros (1)	212.463	-	-	-	-	409.985	-	-	-	825.971	74.602	-	-
Outros passivos	1.102.988	8	-	-	-	272.686	182.348	184.252	167.112	243.099	35.435	708	15.124
Total do passivo não circulante	1.315.451	8	-	-	-	682.671	182.348	184.252	167.112	1.069.070	110.037	708	15.124
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.185.533	383.553	1.273.234	19.098	290	10.952	(330)	(1.452)	149.985	210.948	195.964	(1.902)	11.340
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.724.413	384.025	1.273.828	19.172	9.806	772.907	223.492	224.164	1.006.137	1.503.709	397.681	5.463	26.464

(1) Refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil.

(2) Contempla as investidas Aeropuertos, Desarrollhos e Terminal.

Notas Explicativas

c) Outras informações relevantes

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Abaixo listamos os principais processos que tiveram andamento em 2018:

a) RodoNorte

i. Tutela Antecipada Antecedente nº 5044495-17.2018.4.04.7000

No dia 30 de setembro de 2018, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram ação de tutela antecipada antecedente (Processo nº 5044495-17.2018.4.04.7000 – 1ª Vara da Justiça Federal de Curitiba - Seção Judiciária do Paraná) em face das Concessionárias de Rodovias do Anel de Integração do Paraná e de seus controladores, sendo que dentre as rés foram incluídas a RodoNorte e a CCR.

Na ação proposta pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR alega-se que as concessionárias de rodovias teriam agido de forma lesiva à política tarifária praticada nos contratos de concessão, causando supostos danos aos usuários.

Em seu pedido liminar, o Estado do Paraná e o DER/PR requereram: (i) a indisponibilidade dos bens, direitos ou valores das rés, necessários à garantia do pagamento da multa e/ou reparação integral dos alegados danos causados; (ii) reduzir em 25% o valor das tarifas dos pedágios ou, alternativamente, em 8%, excluindo integralmente o valor da TIR; e (iii) quebrar o sigilo bancário e fiscal das empresas rés.

Os pedidos finais pleiteados pelos autores são: (i) aplicação cumulativa das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), tais como: (i.1) declaração da perda dos bens, direitos e valores que, supostamente, representem vantagens ou proveito direto ou indireto originado de condutas abusivas, ilícitas ou lesivas; (i.2) suspensão das atividades executadas e dissolução compulsória das pessoas jurídicas das rés; (i.3) proibição de receber empréstimos de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público; (ii) revisão tarifária retroativa nos contratos de concessão; (iii) condenação em dano moral coletivo; (iv) imposição de aumento do capital social das concessionárias, com a finalidade de assegurar os eventuais prejuízos que impactem sobre o Estado do Paraná; (v) afastamento dos diretores estatutários que tenham atuado nos períodos dos eventos narrados na inicial; (vi) condenação das rés ao pagamento de indenização condizente com as supostas vantagens auferidas.

Tão logo recebeu a inicial, o Juiz da 1ª Vara Federal de Curitiba decidiu que o pedido liminar somente seria apreciado depois de intimar as rés para que se manifestassem sobre a contemporaneidade da urgência alegada pelos autores.

Diante da intimação, tanto a RodoNorte quanto a CCR apresentaram suas manifestações em 05 de outubro de 2018.

Em 09 de outubro de 2018, foi proferida decisão indeferindo a liminar pleiteada pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR, tendo em vista que ausentes provas e narrativas suficientes para justificar a pretensão dos autores. Na mesma decisão, foi determinado aos autores que emendem a petição inicial, corrigindo os vícios apontados pelo juiz até o dia 21 de janeiro de 2019. Até que os autores cumpram a determinação de emenda da petição inicial, o processo deverá permanecer suspenso.

Notas Explicativas

ii. **Ação de Procedimento Comum nº 5045805-58.2018.4.04.7000 (distribuída por dependência à Tutela Antecipada Antecedente nº 5044495-17.2018.4.04.7000 item “I” acima)**

Em 04 de outubro de 2018, a RodoNorte ajuizou Ação de Procedimento Comum em face do Estado do Paraná, do DER/PR, da União Federal, da ANTT e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), pleiteando a concessão de tutela de urgência de natureza antecipada para que seja suspensa a eficácia do decreto de intervenção no Contrato de Concessão nº 75/1997 (Decreto 11.243/18), e, ao final, a prolação sentença de mérito declarando, na forma do art. 19, I, do CPC (Código de Processo Civil), a nulidade do decreto de intervenção pela ausência dos requisitos necessários a sua expedição.

Em 11 de outubro de 2018, o MM. Juízo da 1ª Vara Federal do Paraná proferiu decisão deferindo liminar para fins de, relativamente ao decreto de intervenção, determinar que onde está escrito “intervenção” leia-se “inspeção”, onde está escrito “interventor” leia-se “inspetor”. Por força da referida liminar, portanto, não há intervenção na concessão administrada pela RodoNorte. Há, tão somente, a “inspeção”, que atribui ao Poder Concedente apenas o poder de fiscalização da concessão (poder este que desde sempre foi garantido ao Poder Concedente pela Cláusula XXIII, alínea “a” do Contrato de Concessão). A gestão da concessão permanece sob a responsabilidade da RodoNorte.

b) **ViaOeste**

i. **Termo Aditivo Modificativo nº 12/06**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à Concessionária. Em 05 de junho de 2017, o juiz indeferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre as ações conexas. Em 12 de julho de 2017, o perito apresentou manifestação confirmando a similitude das questões tratadas nas ações e informando que a perícia já realizada poderia ser aproveitada em ambas as ações. Após manifestação da ViaOeste, em 12 de setembro de 2017, concordando com o laudo pericial, o juiz, em 07 de novembro de 2017, declarou encerrada a fase de instrução do processo. Na sequência, as partes apresentaram alegações finais. Em 03 de maio de 2018, foi proferida decisão convertendo o julgamento em

Notas Explicativas

diligência para requerer ao perito manifestação sobre sete novos quesitos propostos pela juíza. Em 02 de julho de 2018, foi juntado laudo complementar do perito reafirmando suas conclusões anteriores, em resposta aos quesitos formulados pela juíza. Aguarda-se prolação da sentença.

A ViaOeste propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a ViaOeste interpôs recurso de apelação ao qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou provimento em 19 de março de 2018. Em 18 de maio de 2018, a ViaOeste protocolou os embargos de declaração contra o acórdão que julgou a apelação.

Em 30 de julho de 2018, os embargos de declaração foram rejeitados por unanimidade. Em 12 de setembro de 2018, a ViaOeste interpôs recurso especial e recurso extraordinário, que aguardam juízo de admissibilidade.

ii. Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a ViaOeste propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato, com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, a ARTESP e Estado de São Paulo interpuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A ViaOeste opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. A ViaOeste interpôs recursos especial e extraordinário em dezembro de 2016. Em 31 de maio de 2017, ambos os recursos foram inadmitidos.

Em 28 de junho de 2017, a ViaOeste interpôs agravos em recurso especial e recurso extraordinário. Em 24 de setembro de 2018, foi publicada a decisão monocrática que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial. Contra essa decisão, a ViaOeste interporá agravo interno.

c) Controlar

- i. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo (MP/SP) em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar S/A, sequestro de bens dos requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito. O juiz de 1º grau concedeu em parte a liminar requerida, determinando (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar, e (ii) a indisponibilidade de veículos e imóveis de todos os requeridos.

Notas Explicativas

A referida liminar foi parcialmente suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 11 de janeiro de 2012, em decisão confirmada pela corte especial do mesmo tribunal, em 18 de abril de 2012. O juízo de 1º grau, em razão da decisão do STJ, retirou a indisponibilidade de bens de todos os requeridos.

Em 26 de junho de 2012, foram julgados pelo TJSP recursos anteriores, da CCR, Controlar e outros, interpostos contra a mesma liminar, que foram acatados para cassar a parte restante da liminar, relativa à realização de nova licitação. Em 27 de junho de 2012, o juízo de 1º grau proferiu decisão reafirmando o desbloqueio dos bens de todos os requeridos.

O novo juiz designado para processar e julgar o feito, em 29 de julho de 2014 proferiu decisão revigorando a determinação de bloqueio dos bens dos requeridos. Em 15 de agosto de 2014, o TJSP suspendeu referida decisão, mantendo o desbloqueio dos bens dos requeridos.

Em 1º de setembro de 2017, foi proferida decisão deferindo a averbação da existência desta demanda nos registros dos imóveis pertencentes aos requeridos. Contra essa decisão, foram apresentados recursos de agravo, nos quais foram concedidas novas liminares para suspender a aludida averbação. Todavia o TJSP, negou provimento aos recursos dos requeridos. Contra a decisão foi manejado recurso especial, o qual foi inadmitido, em decisão publicada em 24 de agosto de 2018. Diante disso, em 18 de setembro de 2018, foi interposto agravo em recurso especial, que aguarda julgamento.

Em 1ª instância, após a intimação de todos os requeridos, em 04 de junho de 2018, foi proferida decisão que determinou a abertura do prazo de defesa prévia. As partes apresentaram defesas prévias, que aguardam apreciação.

d) AutoBAn

i. Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0), ajuizada em 28 de agosto de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) contra a AutoBAn e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAn, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAn foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAn apresentou recursos aos tribunais superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a AutoBAn apresentou contestação em 10 julho de 2014. Em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação. Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação, que aguarda julgamento.

ii. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela AutoBAn, solicitação da ARTESP para apresentação de defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a AutoBAn foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAn apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a

Notas Explicativas

controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAN pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAN ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAN. Contra essa sentença, a AutoBAN apresentou embargos de declaração que foram rejeitados. A AutoBAN apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao TJSP após o cumprimento das duas providências anteriores.

O recurso de apelação seria julgado em 06 de fevereiro de 2017, porém, em 31 de janeiro de 2017, a AutoBAN apresentou pedido de tutela de urgência ao STJ para suspender o julgamento de tal recurso de apelação até que se decidisse a questão sobre provas pelos tribunais superiores. Em 03 de fevereiro de 2017, o STJ deferiu parcialmente o pedido liminar, determinando a suspensão do julgamento da apelação da AutoBAN. Em 06 de fevereiro de 2017, a 5ª Câmara de Direito Público do TJSP acatou tal decisão proferida pelo STJ e não julgou o mérito. Por outro lado, na mesma ocasião, a 5ª Câmara declinou de sua competência para julgar a apelação da AutoBAN, determinando a remessa do recurso à 3ª Câmara de Direito Público do TJSP. Contra essa decisão, a AutoBAN e o Estado de São Paulo apresentaram embargos de declaração requerendo o reconhecimento da competência da 5ª Câmara para processar e julgar o recurso de apelação.

Os embargos de declaração apresentados pelas partes foram rejeitados em 30 de maio de 2017. Em 06 de junho de 2017, a AutoBAN apresentou incidente de dúvida de competência perante a Turma Especial de Direito Público do TJSP, que foram julgados em 15 de setembro de 2017, tendo sido reconhecida a competência da 5ª Câmara de Direito Público para julgar o mérito da apelação da AutoBAN.

No STJ, em 27 de fevereiro de 2018, iniciou-se o julgamento colegiado do pedido de tutela provisória e do recurso que trata da necessidade da realização de prova pericial. O relator votou no sentido de dar provimento parcial ao recurso da AutoBAN para fins de declarar a nulidade da sentença de primeira instância. Por essa razão, entendeu que o pedido de tutela provisória restaria prejudicado. O julgamento foi, então, suspenso em razão de pedido de vista, situação essa que permanece a mesma até a presente data.

A AutoBAN propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro de 2014 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de

Notas Explicativas

mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a AutoBAN interpôs recurso de apelação, que teve o seu provimento negado em acórdão publicado em 31 de maio de 2016. Ambas as partes interpuseram recursos às instâncias superiores. Os recursos especial e extraordinário interpostos pela AutoBAN foram inadmitidos e, em 06 de abril de 2017, a AutoBAN interpôs agravos contra a inadmissão do recurso especial e do recurso extraordinário, que aguardam julgamento.

e) SPVias

i. Termo Aditivo Modificativo nº 14/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela SPVias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a SPVias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 02 de dezembro de 2013, a SPVias apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a SPVias apresentou suas alegações finais. Em 25 de março de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1013617-60.2014.8.26.0053 contra a SPVias pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 14/06. A petição inicial da ação foi indeferida de plano, tendo sido, portanto, julgada extinta pelo juiz da 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Contra essa sentença, o Estado e a ARTESP apresentaram recurso de apelação, que foi provida pelo TJSP, em 28 de abril de 2016, para determinar o prosseguimento da ação com citação da SPVias.

A SPVias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1014593-67.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e contra a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 14/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de julho de 2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela SPVias. Em 03 de agosto de 2017, a SPVias opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 06 de setembro de 2017. Em 29 de setembro de 2017, a SPVias apresentou recurso de apelação que aguarda julgamento pelo TJSP.

A SPVias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019926-51.2013.8.26.0053, visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de abril de 2014, foi proferida sentença de improcedência da ação. Em 15 de setembro de 2014, a Concessionária interpôs recurso de apelação, e, em 24 de setembro de 2014, o Estado de São Paulo e a ARTESP também interpuseram recurso de apelação. Os recursos de apelação foram levados a julgamento em 07 de junho de 2016, tendo sido decretada a extinção da ação, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual, prejudicando o exame dos recursos. Em 06 de outubro de 2016, foi publicado o acórdão que negou seguimento aos embargos de declaração opostos pela SPVias. As partes interpuseram recursos especial e extraordinário. Em 19 de dezembro de 2016, o TJSP inadmitiu os recursos interpostos pela Concessionária. Em 22 de fevereiro de 2017, a SPVias protocolou os agravos denegatórios de recurso especial e recurso extraordinário.

Notas Explicativas

Em 05 de junho de 2018, foi publicada decisão monocrática negando provimento ao agravo em curso perante o STJ. Em 26 de junho de 2018, a SPVias apresentou agravo interno, que aguarda julgamento.

ii. Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a SPVias propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026966-33.2014.8.26.0053, visando a regularidade do contrato com a aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela SPVias, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela SPVias foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à suspensão de liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de São Paulo. Em junho de 2015, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação. O recurso de apelação do Estado de São Paulo e da ARTESP foi distribuído à 8ª Câmara de Direito Público que, em julgamento ocorrido no dia 27 de abril de 2016, negou provimento ao referido recurso por unanimidade. Em 3 de julho de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP opuseram embargos de declaração que foram rejeitados em 27 de julho de 2016. Em 30 de agosto de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos especial e extraordinário. Em 19 de dezembro de 2016, foram proferidas decisões inadmitindo os recursos, publicadas em 10 de maio de 2017. Contra essa decisão, o Estado de São Paulo apresentou agravos em recurso especial e recurso extraordinário.

Em 28 de setembro de 2018, foi proferida decisão não conhecendo do agravo em recurso especial interposto pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP.

f) Renovias

i. Termo Aditivo Modificativo nº 13/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Renovias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 13/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Renovias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso, por decisão da ARTESP, até que, com a retomada da fluência do prazo, a Renovias, em 13 de maio de 2013, apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 09 de janeiro de 2014, a Renovias apresentou suas alegações finais. Em 19 de fevereiro de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia, que tramitam sob sigilo de justiça.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Renovias pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 13/06. A Renovias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 13/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas

Notas Explicativas

as ações, o perito designado pelo juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo apresentou, em 27 de setembro de 2016, laudo pericial favorável às alegações da Concessionária. Em 14 de março de 2017, a Renovias apresentou alegações finais. Em 18 de julho de 2017 foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Renovias. Em 02 de agosto de 2017, a Renovias opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 29 de agosto de 2017. O Estado de São Paulo e a ARTESP também apresentaram embargos de declaração, em 10 de agosto de 2017, os quais foram acolhidos, em 29 de agosto de 2017, para corrigir pequeno erro material. Em 18 de setembro de 2017, a Renovias apresentou recurso de apelação.

Em 21 de maio de 2018, o Estado de São Paulo e a ARTESP requereram a concessão de tutela provisória de urgência para que seja permitida a realização dos atos necessários para a preparação e conclusão de certame licitatório para a exploração de serviço público da malha rodoviária atualmente explorada pela Renovias. Em 08 de junho de 2018, a Renovias apresentou seus argumentos contra o referido pedido de tutela de urgência pleiteado pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP, que aguarda apreciação.

A Renovias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019867-63.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente. Em 26 de janeiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação. O Estado de São Paulo e a ARTESP, em 29 de abril de 2015, também interpuseram recurso de apelação. Em 26 de junho de 2018, na sessão de julgamento, foi negado provimento à apelação da Renovias. Aguarda-se a publicação do acórdão para a interposição de recurso aos tribunais superiores.

ii. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 5 de janeiro de 2013, a CCR divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, os Termos Aditivos Modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão entre a ARTESP e as controladas, quais sejam: (i) AutoBAN – Contrato de Concessão nº 005/CR/1998 e TAM nº 25/2011; (ii) ViaOeste – Contrato de Concessão nº 003/CR/1998 e TAM nº 22/2011; (iii) SPVias – Contrato de Concessão nº 010/CR/2000 e TAM nº 18/2011; e (iv) Renovias – Contrato de Concessão nº 004/CR/1998 e TAM nº 19/2011.

Referidos TAMs tinham como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, de Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA).

Em 29 de junho de 2015, foram celebrados Termos de Retirratificação aos TAMs celebrados, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração.

Notas Explicativas

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação.

O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio deve ser realizado, tendo em vista os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano.

Ante a demora da ARTESP na instauração e implementação do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Renovias, em 12 de maio de 2017, ajuizou Ação de Procedimento Ordinário nº 1018929-12.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

Em 25 de junho de 2018, foi proferida sentença de extinção do processo sem julgamento de mérito. Contra essa sentença, a Renovias apresentou recurso de apelação em 26 de setembro de 2018, que aguarda julgamento.

g) Barcas

- i. Ação Popular nº 0120322-27.2012.8.19.0001, ajuizada por Fernando Otávio de Freitas Peregrino em 28 de março de 2012, em face do Estado do Rio de Janeiro, CCR, CPC, Barcas e outros, requerendo: a) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; b) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS, c) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da Concessionária e abertura de nova licitação; d) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 14 de julho de 2015, foi prolatada sentença de procedência parcial dos pedidos para (i) declarar nulos os decretos estaduais 43.441/2012 e 42.897/2012, mantidos os reajustes para reposições inflacionárias verificadas entre o aumento anterior e o ora impugnado, retornando-se à alíquota do ICMS anteriormente praticada; (ii) declarar nulos os atos de ressarcimento das gratuidades já previstas na data de celebração do contrato, quais sejam, maiores de 65 anos, detentores de passe especial, portadores de doenças crônicas que exijam tratamento continuado, sem interrupção sob risco de morte, deficientes com dificuldade de locomoção e acompanhantes; e (iii) condenar a Barcas a ressarcir aos cofres do Estado do Rio de Janeiro os valores que deixaram de ser recolhidos em razão da redução ilegal da alíquota do ICMS, bem como o montante recebido a título de custeio das gratuidades supra indicadas, que já eram previstas à época da celebração do contrato, tudo a ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento. Contra a sentença foram opostos embargos de declaração pela Barcas, os quais foram parcialmente acolhidos para excluir da sentença a declaração de nulidade do Decreto 42.897 e a consequente condenação da Barcas de ressarcir ao Estado do Rio de Janeiro os valores de ICMS relativos ao referido Decreto, por ter sido tal pleito excluído dos pedidos inicialmente deduzidos. As rés Barcas, CCR e CPC interpuseram recursos de apelação, cujo julgamento teve início em 29 de novembro de 2017, tendo os desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, após apreciar as questões preliminares, determinado a suspensão do julgamento do mérito dos recursos até a eventual lavratura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), objeto de tratativas nos autos da ação civil pública nº 0082365-89.2012.8.19.0001.

Notas Explicativas

Contra a parte do julgamento que apreciou as questões preliminares, foram opostos embargos de declaração pelas rés Barcas, CCR e CPC, os quais foram julgados em 28 de março de 2018, tendo sido acolhidos para eliminar da sentença o capítulo que declarou nulos os atos de ressarcimento das gratuidades já previstas na data de celebração do contrato, mantendo a ordem de suspensão do processo até eventual lavratura de TAC na ação civil pública nº 0082365-89.2012.8.19.0001. Aguarda-se o prosseguimento do julgamento com a análise do mérito dos recursos de apelação.

- ii. Ação Civil Pública movida pela Associação Brasileira de Consumidor e Trabalhador (Abrecont) nº 0082365-89.2012.8.19.0001, ajuizada em 15 de março de 2012, visando a suspensão da cobrança do acréscimo de tarifa no trecho Praça XV - Arariboia - Praça XV, decorrente do reequilíbrio do contrato de concessão, conforme Decreto 43.441 de 30 de abril de 2012, retornando ao valor anterior ou, alternativamente, que a tarifa seja reajustada em 6%, índice aplicado ao salário mínimo vigente no país. O pedido de liminar foi indeferido. A autora interpôs agravo de instrumento que teve provimento negado. Em abril de 2016, foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução do mérito. O Ministério Público apresentou recurso de apelação. Em 17 de abril de 2018, o Ministério Público peticionou nos autos pela perda superveniente do interesse de recorrer e, por conseguinte, requereu pelo não conhecimento do recurso, por entender que esse processo não possui existência própria em relação ao feito n.º 0000838-96.2004.8.19.0001. Em 03 de maio de 2018, foi homologado o pedido de desistência formulado pelo órgão ministerial, por consequência, não conhecendo o recurso de apelação do Ministério Público. Em 27 de julho de 2018, foi certificado o trânsito em julgado do processo.

h) MSVia

i. Suspensão da cobrança de pedágio

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB/MS ajuizou tutela cautelar antecipatória, processo nº 0004181-71.2017.403.6000, em face da MSVia, ANTT e União Federal, alegando o descumprimento do Contrato de Concessão por parte da MSVia e pleiteando a suspensão da cobrança de pedágio.

Na audiência de 20 de junho de 2017, o juiz determinou que a ANTT se manifestasse sobre o pedido de revisão contratual efetuado pela MSVia.

Em 09 de outubro 2017, a ANTT apresentou petição informando que as obras de duplicação da rodovia foram retomadas pela MSVia, de modo que tornou -se desnecessário o pedido de revisão contratual. Em 26 de outubro de 2017, a MSVia apresentou sua manifestação, concordando com a ANTT e requerendo a extinção do processo.

Em 24 de novembro de 2017, a União apresentou petição reiterando o seu pedido de exclusão da lide. A OAB/MS apresentou petição requerendo nova audiência de conciliação e que fossem julgados procedentes os pedidos. Após, a ANTT também se manifestou requerendo a extinção da ação, por falta de interesse processual da OAB/MS, tendo em vista que restou demonstrado que a MSVia já havia retomado as obras de duplicação da rodovia. Em 19 de abril de 2018, foi proferido despacho determinando a manifestação das partes sobre a perda superveniente do interesse processual alegada na manifestação da ANTT. Em 23 de abril de 2018, a MSVia apresentou petição concordando com a manifestação da ANTT, bem como requerendo a extinção do processo. Em 26 de abril de 2018, a OAB/MS requereu prazo adicional para se manifestar sobre as petições da ANTT e da MSVia, que solicitaram a extinção do feito e, na sequência, apresentou petição requerendo a rejeição dos pedidos de extinção do feito e reforçando o seu pedido de concessão da tutela de urgência.

Notas Explicativas

Em 24 de setembro de 2018, foi proferida decisão indeferindo a antecipação de tutela requerida pela OAB/MS.

Foi determinada, ainda, a citação das rés e a exclusão da União do polo passivo da ação.

ii. Revisão contratual extraordinária

Em 06 de abril de 2017, a MSVia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à MSVia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 03 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à MSVia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do Contrato de Concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela MSVia seriam riscos que teriam sido, no Contrato de Concessão, alocados à MSVia.

Dessa forma, não restou outra opção à MSVia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União, para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a MSVia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do Contrato de Concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do Contrato de Concessão.

Em 28 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a MSVia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a MSVia apresentou sua manifestação em 04 de julho de 2018.

Em 17 de outubro de 2018, foi realizada audiência de conciliação na qual as partes acordaram de suspender o processo por 90 dias, para que sejam realizadas tratativas administrativas, a fim de concretizar um possível acordo. Findo o referido prazo, as partes deverão informar acerca da conclusão das tratativas.

O processo, portanto, encontra-se atualmente suspenso, aguardando as tratativas das partes em torno de um eventual acordo.

Os acionistas controladores e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As informações contábeis intermediárias das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

Notas Explicativas

12. Ativo Imobilizado - Consolidado

Movimentação do custo

	31/12/2017		30/09/2018				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Variação cambial	Saldo final
Móveis e utensílios	60.582	1.841	(728)	7.903	(567)	1.922	70.953
Máquinas e equipamentos	362.596	12.453	(13.833)	64.222	(1.601)	9.749	433.586
Veículos	146.420	-	(7.091)	12.294	(1.939)	-	149.684
Instalações e edificações	43.022	-	(82)	(21.163)	-	985	22.762
Terrenos	387.415	-	-	21.546	-	-	408.961
Equipamentos operacionais	614.103	-	(4.976)	34.473	(900)	-	642.700
Embarcações	35.364	-	-	-	-	6.104	41.468
Fibra óptica	15.252	-	-	201	(40)	-	15.413
Imobilizações em andamento	158.344	103.103	-	(109.677)	2.444	-	154.214
	<u>1.823.098</u>	<u>117.397</u>	<u>(26.710)</u>	<u>9.799</u>	<u>(2.603)</u>	<u>18.760</u>	<u>1.939.741</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 13.819, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 11.745 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017). A taxa média de capitalização no período de nove meses findo em 2018, foi de 0,60% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e de 0,72% a.m. no período de nove meses findo em 2017.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2017		30/09/2018			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Variação cambial	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(25.001)	(4.723)	641	(1.069)	(5)	(30.157)
Máquinas e equipamentos	11	(180.087)	(36.809)	12.683	(29.043)	(8.140)	(241.396)
Veículos	25	(98.558)	(19.536)	5.948	(4)	-	(112.150)
Instalações e edificações	9	(6.761)	(1.132)	71	-	(71)	(7.893)
Equipamentos operacionais	14	(420.842)	(45.267)	4.763	164	-	(461.182)
Embarcações	2	(10.093)	(4.591)	-	-	(2.128)	(16.812)
Fibra óptica	5	(3.286)	(579)	-	-	-	(3.865)
		<u>(744.628)</u>	<u>(112.637)</u>	<u>24.106</u>	<u>(29.952)</u>	<u>(10.344)</u>	<u>(873.455)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
 (b) O valor de R\$ 2.603 refere-se, principalmente, a crédito de PIS e Cofins na empresa BH Airport no montante de R\$ 1.680.

13. Intangível - Consolidado

Movimentação do custo

	31/12/2017		30/09/2018				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Variação cambial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	17.765.288	1.408.314	(2)	12.474	13.617	84.731	19.284.422
Direitos de uso de sistemas informatizados	174.208	1.418	(1.244)	11.430	(2.250)	131	183.693
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	37.328	-	-	(201)	-	-	37.127
Cessão de fibra óptica e conectividade	63.618	955	-	-	(1.247)	-	63.326
Direito de concessão	1.060.271	554.268	-	-	-	-	1.614.539
Transmissão de dados de radiofrequência	1.908	1.085	-	-	(16)	-	2.977
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios							
ViaQuatro (b)	641.484	-	-	-	-	-	641.484
RodoNorte (b)	14.988	-	-	-	-	-	14.988
SPVias (b)	1.177.136	-	-	-	-	-	1.177.136
ViaOeste (b)	251.709	-	-	-	-	-	251.709
Barcas (c)	11.382	-	-	-	-	-	11.382
Aeroporto Internacional de Curaçao (c)	80.122	-	-	-	-	6.488	86.610
TAS (d)	67.753	-	-	-	-	14.254	82.007
	<u>21.347.195</u>	<u>1.966.040</u>	<u>(1.246)</u>	<u>23.703</u>	<u>10.104</u>	<u>105.604</u>	<u>23.451.400</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 385.236 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 316.133 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017). A taxa média de capitalização no período de nove meses findo em 2018 foi de

Notas Explicativas

0,60% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,72% a.m. no período de nove meses findo em 2017.

Foram diminuídos dos ativos intangíveis ganhos de *hedge accounting* no montante de R\$ 17.431 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (acrescidas despesas R\$ 40.492 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2017		30/09/2018			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Variação cambial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(4.994.527)	(795.570)	1	(3.522)	(41.909)	(5.835.527)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(121.890)	(20.697)	44	(27)	-	(142.570)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(32.307)	(1.635)	-	(1)	-	(33.943)
Cessão de fibra óptica e conectividade	(f)	(24.380)	(7.006)	-	-	-	(31.386)
Direito de concessão	(b)	(50.348)	(15.023)	-	-	-	(65.371)
Transmissão de dados de radiofrequência	20	(1.460)	(730)	-	-	-	(2.190)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios							
ViaQuatro (b)		(21.297)	(20.413)	-	-	-	(41.710)
RodoNorte (b)		(10.103)	(876)	-	-	-	(10.979)
SPVias (b)		(342.936)	(45.132)	-	-	-	(388.068)
ViaOeste (b)		(151.284)	(13.331)	-	-	-	(164.615)
Barcas (c)		(5.828)	(807)	-	-	-	(6.635)
Aeroporto Internacional de Curaçao (c)		(24.407)	(2.459)	-	-	(2.010)	(28.876)
		<u>(5.780.767)</u>	<u>(923.679)</u>	<u>45</u>	<u>(3.550)</u>	<u>(43.919)</u>	<u>(6.751.870)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (c) Amortização linear;
- (d) Não amortizado. Vida útil indefinida;
- (e) O valor de R\$ 10.104 refere-se a adiantamentos a fornecedores do Metrô Bahia, reclassificados do ativo não circulante, no montante de R\$ 34.013, menos: (i) R\$ 3.464 referentes a ressarcimento do Poder Concedente na CAP; (ii) R\$ 19.182 referentes a crédito de PIS e Cofins na BH Airport e; (iii) R\$ 1.263 referentes a reajustes de contratos na Samm; e
- (f) Amortização linear conforme prazo dos contratos.

Notas Explicativas

14. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/09/2018	Vencimento final	30/09/2018	31/12/2017
	Em moeda nacional							
SPVias	BNDDES - FINEM III	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2019	9.697	35.489 (c)
MSV/ia	BNDDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	14.310	Março de 2039	665.646	662.088 (e) (h)
MSV/ia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1877% (a)	2.541	2.206	Março de 2039	127.102	126.515 (e) (h)
MSV/ia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	2.324	Março de 2039	51.534	51.179 (e) (h)
Metró Bahia	BNDDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (a)	43.108	36.140	Outubro de 2042	2.393.471	2.341.835 (e) (g)
2a	Metró Bahia	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (a)	13.085	12.402	Outubro de 2042	629.701	400.417 (e) (g)
BHAirport	BNDDES - TJLP (SubCrédito A)	TJLP + 3,91% a.a.	4,9438% (a)	1.279	283	Novembro de 2018	162.549	161.806 (d)
BHAirport	BNDDES - TJLP (SubCrédito B)	TJLP + 2,40% a.a.	3,8960% (a)	2.372	386	Novembro de 2018	204.234	202.632 (c)
BHAirport	BNDDES - TJLP (SubCrédito C)	TJLP + 2,66% a.a.	3,6789% (a)	426	94	Novembro de 2018	54.052	53.806 (f)
CPC	SG Leasing	16,49624% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	1.399	2.118
CPC	SG Leasing	16,49653% a.a.	N/I	-	68.145	Outubro de 2019	866	1.309
	Subtotal em moeda nacional						4.300.251	4.039.194
	Em moeda estrangeira							
1a	CCR	HSBC BANK USA NA (b)	N/I	-	-	Março de 2019	-	405.771 (f)
	Subtotal Controladora						-	405.771
5a	AutoBAN	Bank of America NA	N/I	-	-	Abril de 2018	-	167.294 (f)
4a	ViaOeste	Bank of Tokyo (b)	N/I	-	-	Janeiro de 2019	-	154.608 (d)
6a	ViaQuatro	BID - A Loan	3,1244% (a)	3.168	-	Fevereiro de 2023	-	120.462 (e)
6a	ViaQuatro	BID - B Loan	3,8467% (a)	11.231	-	Fevereiro de 2020	-	266.931 (e)
	CAP	Maduro and Curriel's Bank	N/I	-	-	Abril de 2026	158.237	99.859 (e)
	CCR España Empreendimentos	Banco Santander	N/I	-	-	Outubro de 2022	287.558	232.342 (c)
	TAS	Atlas Toyota	N/I	-	-	Março de 2022	930	811 (e)
3a	TAS	HSBC	N/I	-	-	Janeiro de 2019	7.249	- (h)
3b	TAS	HSBC	N/I	-	-	Fevereiro de 2019	40.257	33.307 (h)
3c	TAS	Banco Santander	N/I	-	-	Agosto de 2019	32.310	- (e)
3d	TAS	GSE Logistics Inc.	N/I	-	-	Julho de 2021	400	- (e)
7a	CCR España	ITAU BBA International PLC	N/I	-	-	Setembro de 2020	262.302	- (d)
	Subtotal em moeda estrangeira						789.243	1.481.385
	Total geral				68.145		5.089.494	5.520.579
	Controladora							
	Consolidado							
						31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante								
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						15.906	577.268	1.075.678
Custos de transação						-	(5.820)	(7.621)
						15.906	571.448	1.068.057
Não Circulante								
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						389.865	4.580.371	4.516.629
Custos de transação						-	(62.325)	(64.107)
						389.865	4.518.046	4.452.522

Notas Explicativas

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.
- (b) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, esta operação era mensurada ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 22 para maiores detalhes).

Garantias:

- (c) Fiança bancária.
- (d) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.
- (e) Garantia real.
- (f) Não existem garantias.
- (g) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement - ESA*) e fiança da CCR até o *completion*.
- (h) 100% aval / fiança corporativa da CCR.
- (i) Aval / fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção da participação acionária direta/indireta dele.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2018
	Consolidado
2019	10.410
2020	373.951
2021	317.503
2022	199.566
2023 em diante	3.678.941
Total	<u>4.580.371</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, ocorreram as seguintes operações abaixo descritas:

1. CCR

- a. Em 16 de janeiro de 2018, ocorreu a liquidação antecipada do contrato de financiamento com o HSBC Bank USA, com recursos da 11ª emissão de debêntures.

2. Metrô Bahia

- a. Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado contrato de financiamento com o BNDES, no valor nominal total de R\$ 640.000, com vencimento em 15 de outubro de 2042 e com subcrédito único.

Os recursos são remunerados pela TJLP + 4% a.a.. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de agosto de 2019 e 15 de outubro de 2042. Os juros serão pagos trimestralmente até 15 de julho de 2019 e mensalmente a partir de 15 de agosto de 2019.

Notas Explicativas

As liberações já efetuadas do empréstimo ocorreram conforme demonstrado abaixo:

Nº da liberação	Data da liberação	Valor
1ª	27/12/2017	R\$ 409.600
2ª	21/02/2018	R\$ 147.500
3ª	09/05/2018	R\$ 40.395

3. TAS

- a. Em 31 de janeiro de 2018, a TAS celebrou contrato de empréstimo com o HSBC Bank USA, no montante total de USD 5.000 mil, com remuneração de Libor 3m + 2,45% a.a. ou de US Prime Rate (4,5% a.a.), taxas definidas no momento dos desembolsos financeiros. O empréstimo será amortizado em parcela única no vencimento da operação, em janeiro de 2019, e o pagamento de juros ocorrerá trimestralmente. Até o momento foram desembolsados USD 1.800 mil, sendo USD 1.000 mil remunerados à US Prime Rate e USD 800 mil remunerados à Libor 3m + 2,45% a.a..
- b. Em 13 de fevereiro de 2018, o empréstimo com o HSBC Bank USA, no montante de USD 10.000 mil, foi renegociado, tendo seu prazo de vencimento estendido para 13 de fevereiro de 2019 e a remuneração alterada de Libor 3m + 2,05% a.a. para Libor 3m + 2,30% a.a..
- c. Em 17 de julho de 2018, foi contratado empréstimo com o Banco Santander Brasil S.A., filial de Luxemburgo, no montante de total USD 8.000 mil. O desembolso total foi realizado em 20 de julho de 2018. A remuneração é de Libor 6 meses + 2% a.a.. A amortização do principal será na data de vencimento, em 1º de agosto de 2019. Este empréstimo está garantindo com notas promissórias, avalizadas pela da CCR.
- d. Em 1º de agosto de 2018, foi contratado *leasing* com GSE Logistics Inc., no montante total de USD 113 mil. A remuneração é 6% a.a., a ser pago em 34 parcelas, com vencimento final em 1º de maio de 2021.

4. ViaOeste

- a. Em 05 de janeiro de 2018, ocorreu a liquidação antecipada do contrato de financiamento com o Banco de Tokyo, com recursos da 7ª emissão de debêntures.

5. AutoBAn

- a. Em 24 de abril de 2018, ocorreu a liquidação do contrato de empréstimo com o Bank of America NA.

6. ViaQuatro

- a. Em 03 de abril de 2018, foi liquidado antecipadamente o financiamento com o BID, no valor de USD 98.471 mil, equivalentes na data a R\$ 327.366.

7. CCR Espanha

- a. Em 05 de setembro de 2018, a CCR Espanha contratou um *facility agreement* junto ao Itaú BBA, no montante de USD 65.000 mil, para fazer frente a aquisição indireta de 48,40% do capital social da Aeris e de 49,64% do capital social da IBSA, detidos pela Airports Worldwide Holding B.V. O prazo desta operação é de 2 anos, com remuneração de Libor 6m + 2,70% a.a., sendo que os juros serão pagos semestralmente e o principal no vencimento da operação, em 05 de setembro de 2020. O financiamento conta com aval corporativo da CCR de 120% do total da dívida.

Notas Explicativas

Para maiores detalhes sobre os demais empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros, vide nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

15. Debêntures e notas promissórias

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/09/2018	Vencimento final	30/09/2018	31/12/2017
1a CCR	2a Emissão (Notas Promissórias)	124,10% do CDI	0,3282% (b)	902	-	Fevereiro de 2019	-	113.635 (e)
1a CCR	8a Emissão - Série única	124,10% do CDI	0,2759% (b)	3.292	-	Dezembro de 2018	-	400.083 (e)
CCR	10a Emissão - Série única	107,50% do CDI	0,1306% (b)	1.140	685	Junho de 2020	305.240	299.791 (e)
CCR	11a Emissão - Série 1	CDI + 0,60% a.a.	0,7707% (a)	2.302	1.715	Novembro de 2020	480.636	469.407 (e)
CCR	11a Emissão - Série 2	CDI + 0,95% a.a.	1,0644% (a)	3.249	2.707	Novembro de 2022	678.813	662.464 (e)
CCR	11a Emissão - Série 3	CDI + 1,50% a.a.	1,5812% (a)	1.910	1.697	Novembro de 2024	399.825	389.589 (e)
CCR	11a Emissão - Série 4	IPCA + 6% a.a.	6,096% (a)	866	781	Novembro de 2024	185.947	176.746 (e)
	Subtotal Controladora				7.585		2.050.461	2.511.715
AutoBAN	5a Emissão (Notas promissórias)	106,75% do CDI	0,2246% (b)	4.629	3.219	Outubro de 2020	735.694	698.450 (e)
AutoBAN	5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	5,3598% (a)	9.147	-	Outubro de 2018	623.728	601.993 (e)
AutoBAN	6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	5,7635% (a)	7.650	-	Outubro de 2019	496.738	478.918 (e)
AutoBAN	6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	220.265	210.705 (e)
AutoBAN	8a Emissão - Série única	IPCA + 5,4705% a.a.	5,8694% (a)	11.925	9.445	Julho de 2022	747.672	731.268 (e)
AutoBAN	9a Emissão - Série única	109,50% do CDI	0,2096% (b)	274	259	Agosto de 2021	301.848	- (f)
8a Metrô Bahia	2a Emissão - Série única	CDI + 2,20% a.a.	2,3889% (a)	3.615	994	Outubro de 2019	518.820	508.013 (f)
4a Metrô Bahia	3a Emissão - Série única	CDI + 3,95% a.a.	4,7293% (a)	2.965	-	Maiço de 2018	-	216.145 (f)
Metrô Bahia	4a Emissão - Série única	120% do CDI	0,3095% (b)	1.603	600	Maiço de 2020	127.877	252.062 (f)
4b Metrô Bahia	5a Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	2,0763% (a)	2.990	2.250	Novembro de 2019	410.383	- (f)
NovaDutra	4a Emissão - Série única (c)	IPCA + 6,4035% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2020	430.581	500.036 (g)
7a RodoAnel Oeste	4a Emissão - Série única	108% do CDI	0,0986% (b)	1.353	-	Maiço de 2018	-	277.930 (f)
RodoAnel Oeste	6a Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (b)	3.171	2.667	Abril de 2024	823.228	804.800 (f)

Notas Explicativas

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/09/2018	Vencimento final	30/09/2018	31/12/2017
							30/09/2018	31/12/2017
RodoNorte	4a Emissão - Série 1	IPCA + 5,691% a.a.	5,8502% (a)	1.254	303	Outubro de 2019	168.574	160.942 (e)
RodoNorte	5a Emissão - Série 1	IPCA + 6,06% a.a.	6,3483% (a)	1.185	793	Novembro de 2021	107.962	102.891 (g)
RodoNorte	6a Emissão - Série 1	106,50% do CDI	0,2462% (b)	1.661	1.169	Novembro de 2020	224.430	221.386 (g)
RodoNorte	6a Emissão - Série 2	IPCA + 4,4963% a.a.	4,6905% (a)	1.284	1.037	Novembro de 2021	182.780	171.323 (g)
9a RodoNorte	7a Emissão - Série 1	112,50% do CDI	0,2299% (b)	1.030	973	Julho de 2021	150.444	- (e)
3a Samm	9a Emissão (Notas promissórias)	112,5% do CDI	0,5656% (b)	309	-	Abril de 2018	-	59.154 (f)
3b Samm	10a Emissão (Notas promissórias)	114% do CDI	0,5341% (b)	287	144	Abril de 2019	55.671	- (f)
SPVias	4a Emissão - Série única (c)	IPCA + 6,38% a.a.	6,6684% (a)	2.265	-	Abril de 2020	242.778	234.924 (f)
10a SPVias	5a Emissão - Série única	129,30% do CDI	0,5815% (b)	24.365	-	Mai de 2021	-	1.074.997 (f)(g)
10b SPVias	6a Emissão - Série única	115% do CDI	0,0434% (b)	1.218	1.207	Agosto de 2022	1.108.475	- (f)
ViaLagos	2a Emissão - Série única	IPCA + 7,34% a.a.	7,6594% (a)	1.870	778	Julho de 2020	176.796	174.110 (e)
5b ViaLagos	3a Emissão - Série única	118% do CDI	0,5407% (b)	697	-	Abril de 2018	-	66.043 (e)
5a ViaLagos	4a Emissão - Série única	113% do CDI	0,6073% (b)	555	453	Julho de 2020	41.155	- (e)
2b ViaQuatro	1a Emissão - Série de 1 a 4	CDI + 2,90% a.a.	3,4802% (a)	2.912	-	Mai de 2019	-	204.872 (h)
2b ViaQuatro	2a Emissão - Série de 1 a 4	CDI + 2,90% a.a.	3,3902% (a)	1.046	-	Mai de 2019	-	80.755 (h)
2b ViaQuatro	3a Emissão - Série de 1 a 4	CDI + 2,90% a.a.	3,3771% (a)	1.236	-	Mai de 2019	-	93.010 (h)
2b ViaQuatro	4a Emissão - Série de 1 a 3	CDI + 2,90% a.a.	3,5917% (a)	1.604	-	Mai de 2019	-	146.695 (h)
2a ViaQuatro	5a Emissão - Série 1	CDI + 2,30% a.a.	2,5373% (a)	10.072	9.378	Março de 2028	721.142	- (i)(j)
2a ViaQuatro	5a Emissão - Série 2	IPCA + 7,0737% a.a.	7,2943% (a)	5.534	5.200	Março de 2028	523.386	- (i)(j)
ViaOeste	5a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 5,67% a.a.	5,8865% (a)	1.334	-	Setembro de 2019	194.915	193.822 (e)
ViaOeste	6a Emissão - Série única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313% (a)	3.706	2.476	Novembro de 2021	291.084	277.166 (e)
ViaOeste	7a Emissão - Série única	106,25% do CDI	0,0593% (b)	587	516	Novembro de 2020	336.892	330.543 (g)
6a ViaMobilidade	1a Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	2,148% (a)	6.680	5.942	Abril de 2021	612.263	- (f)
Total geral							12.626.042	11.384.668
Controladora							Consolidado	
30/09/2018							30/09/2018	31/12/2017
Circulante							Circulante	
Debêntures e notas promissórias							1.802.197	2.469.249
Custos de transação							(18.769)	(22.469)
							1.783.428	2.446.780
Não Circulante							Não Circulante	
Debêntures e notas promissórias							10.881.233	8.980.671
Custos de transação							(38.619)	(42.783)
							10.842.614	8.937.888

Notas Explicativas

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 22.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

Garantias:

- (e) Não existem garantias.
- (f) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.
- (g) Garantia real.
- (h) Garantia proporcional dos acionistas.
- (i) Alienação fiduciária.
- (j) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2018	
	Controladora	Consolidado
2019	-	1.604.029
2020	770.030	3.112.539
2021	331.617	2.483.898
2022 em diante	904.186	3.680.767
Total	<u>2.005.833</u>	<u>10.881.233</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Nestes períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, ocorreram as seguintes operações abaixo descritas:

1. CCR

- a. Em 03 de janeiro de 2018, ocorreu a liquidação total antecipada da 8ª emissão de debêntures e das 4ª e 6ª séries da 2ª emissão de notas promissórias, com recursos da 11ª emissão de debêntures.

2. ViaQuatro

- a. Em 15 de março de 2018, ocorreu a 5ª emissão de debêntures, distribuída em duas séries, no total de 1.200.000 debêntures, sendo 700.000 debêntures na 1ª série e 500.000 debêntures na 2ª série, todas integralizadas em 29 de março de 2018, totalizando um valor nominal de R\$ 1.200.000, com vencimento em 15 de março de 2028. A remuneração da 1ª série é de CDI +

Notas Explicativas

2,3% a.a. e da 2ª série é de IPCA + 7,0737% a.a.. As debêntures contam com as seguintes garantias (i) alienação fiduciária de ações e (ii) cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Adicionalmente, a concessionária obriga-se a não contratar novos endividamentos, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4, e o ICSD seja igual ou inferior a 1,10. Além disso, compromete-se a não distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4 e o ICSD seja igual ou inferior a 1,30. A concessionária pode optar pela contratação de fiança bancária ou depósito em conta reserva, caso deseje contratar novas dívidas ou distribuir dividendos com os índices abaixo dos números descritos acima.

- b. Em 06 de abril de 2018, foram integralmente liquidadas antecipadamente as debêntures da 1ª a 4ª emissão, com recursos da 5ª emissão de debêntures.

3. Samm

- a. Em 22 de março de 2018, foi prorrogado o prazo de vencimento da dívida, passando de 24 de março de 2018 para 13 de abril de 2018, data esta em que as notas foram liquidadas com recursos da 10ª emissão de notas promissórias.
- b. Em 12 de abril de 2018, foi realizada a 10ª emissão de notas promissórias, no valor nominal total de R\$ 54.000, em série única e com remuneração de 114% do CDI. A emissão conta com aval da CCR e será amortizada juntamente com o pagamento de juros, em 12 de abril de 2019, podendo ser resgatada antecipadamente, a qualquer momento, sem pagamento de prêmio.

Não há *covenants* financeiros para esta emissão, porém há cláusulas de vencimento antecipado definidas na cartula de emissão.

4. Metrô Bahia

- a. Em 7 de maio de 2018, foram liquidadas as debêntures da 3ª emissão, em sua data de vencimento.
- b. Em 7 de maio de 2018, foram integralizadas as debêntures da 5ª emissão, em série única, no valor nominal total de R\$ 400.000, com vencimento em 04 de novembro de 2019. A remuneração será de CDI + 1,50% a.a., sendo que os juros serão pagos semestralmente a partir de 04 de novembro de 2018 e o principal será pago no vencimento. A emissão conta com garantia fidejussória prestada pela CCR na forma de fiança corporativa para 100% das obrigações garantidas.

Como cláusulas restritivas desta emissão, a CCR não poderá distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida / EBITDA seja superior a 4, exceto se apresentar carta de fiança bancária no valor do saldo devedor da emissão.

Esta emissão deverá ser obrigatoriamente resgatada ou amortizada antecipadamente em caso de contratação e desembolso de dívida de longo prazo para financiamento dos investimentos.

5. ViaLagos

- a. Em 11 de abril de 2018, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 41.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, sem qualquer tipo de garantia, para pagamento dos valores devidos no âmbito da 3ª emissão de debêntures da investida, na respectiva data de vencimento. O vencimento final será em 15 de julho de 2020.

Notas Explicativas

Os juros são de 113% do CDI e serão pagos em parcelas semestrais, nos meses de julho e janeiro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2018.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4. A concessionária poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio caso contrate e apresente ao agente fiduciário, carta de fiança bancária no valor correspondente ao saldo devedor das debêntures em circulação, emitida por banco de primeira linha com atuação no Brasil e aprovação da Assembleia Geral de Debenturistas.

- b. Em 11 de abril de 2018, ocorreu a quitação da 3ª emissão de debêntures.

6. ViaMobilidade

- a. Em 16 de maio de 2018, foram integralizadas as debêntures da 1ª emissão de debêntures, em série única, no valor nominal total de R\$ 600.000, com vencimento em 03 de abril de 2021. A remuneração é de CDI + 1,75% a.a., sendo que os juros serão pagos anualmente, no mês de abril e o principal será pago no vencimento. A emissão conta com garantia fidejussória prestada pelas acionistas na proporção de suas participações no capital.

Como cláusulas restritivas desta emissão, a ViaMobilidade não poderá distribuir dividendos e não poderá contratar endividamento adicional com terceiros em montante superior a R\$ 180.000.

Esta emissão deverá ser obrigatoriamente resgatada ou amortizada antecipadamente em caso de contratação e desembolso de dívida de longo prazo para financiamento da outorga e/ou investimentos.

7. RodoAnel Oeste

- a. Em 04 de maio de 2018, ocorreu a quitação da 4ª emissão de debêntures.

8. AutoBAN

- a. Em 17 de agosto de 2018, foi realizada a 9ª emissão de debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, no valor nominal de R\$ 300.000. A remuneração é de 109,50% do CDI, sendo os juros pagos e o principal amortizado na data do vencimento, em 20 de agosto de 2021.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória com condição suspensiva. A condição suspensiva entrará automaticamente em vigor na hipótese de término do prazo de concessão referente ao contrato de concessão celebrado com o DER/SP, em data anterior à data de vencimento destas debêntures, em razão de decisão judicial exequível desfavorável à AutoBAN proferida no âmbito de qualquer das seguintes ações: (i) 0019925-66.2013.8.26.0053; e (ii) 1030436-72.2014.8.26.0053, ambas movidas pela AutoBAN contra o Estado de São Paulo e a ARTESP; ou (iii) 1040370-54.2014.8.26.0053, movida pelo Estado de São Paulo e a ARTESP contra a AutoBAN ou, ainda, no âmbito de qualquer outra ação judicial que seja considerada conexa com as ações acima mencionadas.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo

Notas Explicativas

obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da AutoBAn seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures a qualquer momento, considerando um prêmio 0,3% ao ano, aplicado de forma pro rata, pelo prazo a decorrer da data do resgate até a data de vencimento, incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures.

9. RodoNorte

- a. Em 25 de julho de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, no valor nominal de R\$ 150.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e com o vencimento final em 25 de julho de 2021. A remuneração é de 112,50% do CDI, paga em parcelas semestrais, sempre no dia 25 dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 25 de janeiro de 2019 e o último na data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado semestralmente, a partir do 24º mês contado da data de emissão, em parcelas semestrais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 25 de julho de 2020 e o último, na data de vencimento.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da RodoNorte seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures a qualquer momento, considerando um prêmio 0,25% ao ano, aplicado de forma pro rata, pelo prazo a decorrer da data do resgate até a data de vencimento, incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures.

10. SPVias

- a. Em 28 de agosto de 2018, ocorreu a quitação da 5ª emissão de debêntures.
- b. Em 07 de agosto de 2018, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 1.100.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos.

As debêntures serão remuneradas à taxa de 115% do CDI. Na hipótese da SPVias, durante a vigência das debêntures, obter o registro de companhia aberta perante a CVM, os juros remuneratórios serão reduzidos para 113% do CDI.

O principal será amortizado em 8 parcelas semestrais e consecutivas, sempre no dia 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de fevereiro de 2019 e o último na data de vencimento em 15 de agosto de 2022, conforme percentual definido na escritura de emissão. Os juros serão pagos nas mesmas datas de amortização do principal, até a data de vencimento.

Notas Explicativas

A emissão conta com garantia adicional fidejussória com condição suspensiva. A condição suspensiva entrará automaticamente em vigor nas seguintes hipóteses: (a) término do prazo de concessão referente ao contrato de concessão, em data anterior à data de vencimento das debêntures; (b) em razão de decisão judicial exequível desfavorável à emissora proferida no âmbito de qualquer das seguintes ações: (i) Ação Declaratória nº 1013617-60.2014.8.26.0053, ajuizada pelo Estado de São Paulo e pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP”) contra a emissora, visando a anulação do Termo Aditivo e Modificativo nº 14 do Contrato de Concessão; ou (ii) Ação Declaratória nº 1014593-67.2014.8.26.0053, ajuizada pela Emissora contra o Estado de São Paulo e a ARTESP visando a declaração de validade, eficácia e existência do referido termo; ou, ainda, (c) no âmbito de qualquer outra ação judicial que seja considerada conexa em relação as ações acima mencionadas, caso em que as debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da SPVias seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures a qualquer momento, considerando um prêmio 0,3% ao ano, aplicado de forma pro rata, pelo prazo a decorrer da data do resgate até a data de vencimento, incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures.

Para maiores detalhes sobre as demais debêntures e notas promissórias, vide nota explicativa nº 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários - Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2017		30/09/2018		Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Cíveis e administrativos	51.537	19.909	(10.084)	(24.227)	3.981	41.116
Trabalhistas e previdenciários	49.891	14.891	(2.354)	(10.981)	3.901	55.348
Tributários	29.325	2.207	-	-	10.531	42.063
	<u>130.753</u>	<u>37.007</u>	<u>(12.438)</u>	<u>(35.208)</u>	<u>18.413</u>	<u>138.527</u>

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

Notas Explicativas

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis e administrativos	140.512	122.629
Trabalhistas e previdenciários	11.670	9.019
Tributários (a)	<u>19.723</u>	<u>341.166</u>
	<u>171.905</u>	<u>472.814</u>

- (a) Em setembro de 2013, foi recebida pela SPVias notificação de lançamento por meio da qual a Receita Federal considerou desnecessárias as despesas relativas ao pagamento por determinados serviços contratados entre 2008 e 2010, tendo glosado seus efeitos na apuração de IRPJ e CSLL, o que resultou na cobrança de tributos e acréscimos no total de aproximadamente R\$ 316 milhões (Data-Base: 12/2017). Também houve intimação para que a SPVias procedesse à retificação dos saldos de determinadas contas de ativo imobilizado para fins fiscais. Em sua defesa, a SPVias interpôs os recursos administrativos cabíveis perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que foram julgados favoravelmente aos seus interesses. Em 02 de abril de 2018, a SPVias foi intimada do trânsito definitivo em julgado administrativo. Diante do encerramento definitivo favorável, este processo não está reportado nos saldos de 30 de setembro de 2018.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 128.984 (R\$ 125.819 em 31 de dezembro de 2017).

17. Provisão de manutenção - Consolidado

	<u>31/12/2017</u>		<u>30/09/2018</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição / reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	297.972	55.488	21.123	(240.237)	140.287	274.633
Não circulante	<u>313.042</u>	<u>81.398</u>	<u>28.059</u>	<u>-</u>	<u>(140.287)</u>	<u>282.212</u>
	<u>611.014</u>	<u>136.886</u>	<u>49.182</u>	<u>(240.237)</u>	<u>-</u>	<u>556.845</u>

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, são de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

18. Impostos e contribuições federais e ISS parcelados - Consolidado

	<u>31/12/2017</u>		<u>30/09/2018</u>			
	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante						
CCR	17.509	634	-	-	-	18.143
SPVias (a)	123.950	-	4.530	-	-	128.480
Barcas	172	-	4	(132)	132	176
Samm	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>8</u>	<u>11</u>
	<u>141.642</u>	<u>634</u>	<u>4.534</u>	<u>(140)</u>	<u>140</u>	<u>146.810</u>
Não circulante						
Barcas	1.016	-	25	-	(132)	909
Samm	<u>91</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>83</u>
	<u>1.107</u>	<u>-</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>(140)</u>	<u>992</u>

Notas Explicativas

- (a) Em 10 de novembro de 2017, a SPVias aderiu ao PERT, incluindo neste programa as diferenças de IRPJ e de CSLL relativas à amortização de ágio nos anos-calendário 2012 e 2013. Tais diferenças decorrem da adição à base de cálculo das despesas incorridas no valor total de R\$ 147.561. O débito foi posteriormente formalizado por meio de lançamento tributário, com o acréscimo de juros e multas, mas o valor final a ser consolidado ainda depende de apuração final a ser efetivada pela Receita Federal em procedimento próprio. No ano-calendário 2017, foram efetivados desembolsos no valor total de R\$ 23.611. O saldo deverá ser liquidado mediante a utilização de créditos fiscais de partes relacionadas, conforme cronograma de consolidação a ser estabelecido pela Receita Federal.

19. Patrimônio líquido

a. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	Controladora			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Numerador				
Lucro líquido	363.811	1.085.179	470.800	1.463.796
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.020.000	2.020.000	2.020.000	1.976.200
Lucro por ação - básico e diluído	0,18010	0,53722	0,23307	0,74071
	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Numerador				
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	365.347	1.089.795	472.336	1.468.412
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.020.000	2.020.000	2.020.000	1.976.200
Lucro por ação - básico e diluído	0,18086	0,53950	0,23383	0,74305

b. Dividendos

Em 16 de abril de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), o pagamento de dividendos à conta de dividendos adicionais propostos de 2017, no montante de R\$ 100.177, correspondente a R\$ 0,049592528391 por ação ordinária. O pagamento dos dividendos foi realizado a partir de 30 de abril de 2018. A partir da mesma data iniciou-se o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios destacados em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 299.823, totalizando R\$ 400.000 em dividendos.

Notas Explicativas

20. Receitas

Controladora				
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	26.390	77.966	26.432	74.910
Receita bruta	26.390	77.966	26.432	74.910
Impostos sobre receitas	(3.263)	(9.639)	(3.587)	(9.576)
Deduções das receitas brutas	(3.263)	(9.639)	(3.587)	(9.576)
Receita líquida	23.127	68.327	22.845	65.334

Consolidado				
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receitas de pedágio	1.698.779	4.858.779	1.706.052	4.830.607
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	306.099	1.235.921	448.750	1.651.116
Receitas administrativas	2.108	5.238	1.108	3.838
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	9.169	18.239	3.852	13.171
Receita de serviços de fibra óptica	23.992	71.134	21.331	68.079
Receitas aeroportuárias	199.772	539.390	157.703	449.546
Receitas de remuneração de ativo financeiro	67.307	200.161	65.526	185.498
Receitas acessórias	37.160	111.034	32.809	86.618
Receitas aquaviárias	32.507	92.798	31.616	92.126
Receitas metroviárias	211.516	549.507	144.636	288.260
Receita bruta	2.588.409	7.682.201	2.613.383	7.668.859
Impostos sobre receitas	(177.063)	(501.697)	(168.947)	(469.432)
Abatimentos	(14.965)	(41.322)	(12.549)	(31.656)
Deduções das receitas brutas	(192.028)	(543.019)	(181.496)	(501.088)
Receita líquida	2.396.381	7.139.182	2.431.887	7.167.771

21. Resultado financeiro

Controladora				
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(36.740)	(111.481)	(52.382)	(166.728)
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.070)	(6.344)	-	-
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(5.028)	(38.722)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	-	1.125	(325)
Perda com operações de derivativos	-	(20.537)	(21.281)	(91.537)
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (<i>fair value option e hedge accounting</i>)	-	-	(168)	(12.411)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(71)	(94)	-	(6)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.686)	(6.232)	(14.202)	(19.622)
	(41.567)	(144.688)	(91.936)	(329.351)
Receitas Financeiras				
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	10.152	18.204	69.287
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	785	816	-	-
Juros e variações monetárias sobre mútuos	13.207	35.959	27.635	59.531
Ganho com operações de derivativos	-	10.565	3.264	26.067
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (<i>fair value option e hedge accounting</i>)	-	6.142	1.709	5.103
Rendimento sobre aplicações financeiras	28.998	101.175	46.359	189.112
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	12	34	-	4
Juros e outras receitas financeiras	179	4.127	1.019	5.339
	43.181	168.970	98.190	354.443
Resultado financeiro líquido	1.614	24.282	6.254	25.092

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(344.151)	(978.399)	(318.296)	(1.083.390)
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(81.030)	(170.761)	(30.912)	(104.596)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	(37.978)	(18.993)	(122.410)
Varição monetária sobre obrigações com Poder Concedente	(33.588)	(73.589)	(4.489)	(42.633)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(2.319)	(12.653)	(3.035)	(15.660)
Perda com operações de derivativos	(36.970)	(210.158)	(122.891)	(380.517)
Varição cambial sobre operações com derivativos	(3.951)	(6.427)	(3.019)	(3.019)
Juros sobre impostos parcelados	(1.395)	(4.559)	(17)	(59)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(14.914)	(49.182)	(16.896)	(51.402)
Capitalização de custos dos empréstimos	130.477	399.055	122.432	327.878
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (<i>fair value option e hedge accounting</i>)	(8.966)	(23.152)	(47.992)	(181.326)
Ajuste a valor presente de obrigações com Poder Concedente	(10.596)	(32.224)	(10.814)	(32.864)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(11.745)	(36.535)	(2.492)	(10.700)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(38.871)	(77.701)	(31.871)	(71.283)
	<u>(458.019)</u>	<u>(1.314.263)</u>	<u>(489.285)</u>	<u>(1.771.981)</u>
Receitas Financeiras				
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	1.794	49.169	77.418	184.213
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19.232	19.953	14.975	14.975
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	13.014	39.983	13.547	41.632
Ganho com operações de derivativos	45.681	219.638	88.803	292.937
Variações cambiais sobre operações com derivativos	6.470	18.263	634	3.012
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (<i>fair value option e hedge accounting</i>)	22.916	59.942	4.128	93.284
Rendimento sobre aplicações financeiras	54.179	158.844	71.717	276.510
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	8.102	15.094	9.435	10.169
Juros e outras receitas financeiras	10.577	30.673	9.521	34.144
	<u>181.965</u>	<u>611.559</u>	<u>290.178</u>	<u>950.876</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(276.054)</u>	<u>(702.704)</u>	<u>(199.107)</u>	<u>(821.105)</u>

22. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	1.956.289	-	-	3.505.114	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	2.109	-	-	20.112	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	20.539	-	-	17.755	-
Mútuos - partes relacionadas	-	521.192	-	-	632.845	-
Contas a receber - operações com derivativos	-	-	-	32.156	-	-
Partes relacionadas - AFAC	-	742.862	-	-	577.862	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	26.037	-	-	76.130	-
Passivos						
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	(405.771)	-	-
Debêntures (a)	-	-	(2.050.461)	-	-	(2.511.715)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(8.736)	-	-	(10.563)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(267)	-	-	(378)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.916)	-	-	(1.916)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(324)	-	-	(300.158)
Contas a pagar - operações com derivativos	-	-	-	(11.620)	-	-
	<u>1.958.398</u>	<u>1.310.630</u>	<u>(2.061.704)</u>	<u>3.139.991</u>	<u>1.304.592</u>	<u>(2.824.730)</u>

Notas Explicativas

	Consolidado							
	30/09/2018				31/12/2017			
	Valor justo através do resultado abrangente	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado abrangente	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos								
Aplicações financeiras	-	4.267.982	-	-	-	4.653.749	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	-	5.073	-	-	-	20.170	-	-
Contas a receber	-	-	2.591.703	-	-	-	2.597.051	-
Adiantamento a fornecedor (b)	-	-	54.141	-	-	-	88.275	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	5.035	-	-	-	5.334	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-	589.196	-	-	-	427.533	-
Partes relacionadas - AFAC	-	-	942	-	-	-	764	-
Contas a receber - operações com derivativos	18.015	367.947	-	-	7.018	377.414	-	-
Passivos								
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	-	(4.300.251)	-	-	-	(4.039.194)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (a)	-	-	-	(789.243)	-	(727.673)	-	(753.712)
Debêntures e notas promissórias (a)	-	(1.988.740)	-	(10.637.302)	-	(2.009.693)	-	(9.374.975)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(784.342)	-	-	-	(1.071.035)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	(3.528)	-	-	-	(3.342)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	(117.831)	-	-	-	(147.396)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	-	(44.719)	-	-	-	(44.716)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(324)	-	-	-	(313.220)
Contas a pagar - operações com derivativos	(7)	(2.765)	-	-	(2.845)	(97.485)	-	-
Obrigações com poder concedente	-	-	-	(1.621.795)	-	-	-	(1.597.987)
	18.008	2.649.497	3.241.017	(18.299.335)	4.173	2.216.482	3.118.957	(17.345.577)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

(b) Estes adiantamentos a fornecedor deverão ser convertidos em ativos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores, outras contas a pagar - partes relacionadas e mútuos - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. Com relação aos ativos financeiros a receber do Poder Concedente, consideram-se os valores contábeis equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Financiamentos em moeda nacional e estrangeira, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia e suas controladas captaram empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estes empréstimos

Notas Explicativas

fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 718.589 em 31 de dezembro de 2017.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2018		31/12/2017		30/09/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (a) (b)	2.058.046	2.114.382	2.522.241	2.603.708	10.694.690	10.890.373	9.433.818	9.768.059

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - Algumas controladas da Companhia captaram recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.950.249 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 1.949.904 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhado abaixo:

Empresa	Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
AutoBAn	5a Emissão - Série única	IPCA + 4,88% a.a.	88,75% do CDI	621.497
AutoBAn	6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	94,86% até 98,9% do CDI	485.878
ViaOeste	5a Emissão - Série 2	IPCA + 5,67% a.a.	99,9% até 100% do CDI	190.054
NovaDutra	4a Emissão - Série única	IPCA+ 6,4035% a.a.	100,1% até 101,2% do CDI	418.914
SPVias	4a Emissão - Série única	IPCA + 6,38% a.a.	101% do CDI	233.906
				1.950.249

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 15.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Nível 2:				
Aplicações financeiras e conta reserva	1.958.398	3.525.226	4.273.055	4.673.919
Derivativos a receber/(a pagar)	-	20.536	383.190	284.102
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	-	(405.771)	-	(727.673)
Debêntures	-	-	(1.988.740)	(2.009.693)

Notas Explicativas

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo valor justo por meio do resultado ou pelo valor justo por meio do resultado abrangente.

A ViaQuatro, visando cumprir as exigências de seu antigo contrato de financiamento com o BID, conforme descrito na nota explicativa nº 16 de 31 de dezembro de 2017 e visando a mitigação dos riscos de taxa de juros, contratou opções de compra da Libor com teto de 4,5% a.a. para todo o fluxo de juros de seu financiamento. Além disso, foram contratadas *NDFs* para proteger os fluxos de caixa de aquisição de equipamentos em moeda estrangeira para os próximos dois anos.

A AutoBAn contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

A ViaOeste contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 5ª emissão de debêntures.

O Metrô Bahia contratou *NDF's* para a proteção contra a variação cambial de futuras aquisições de equipamentos.

A NovaDutra contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

A SPVias contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:

Notas Explicativas

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nocional) (1)			
					Moeda estrangeira		Moeda local	
					30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
SWAP								
AutoBan								
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	-	-	514.070	514.070
Posição passiva				88,75% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	-	-	257.035	257.035
Posição passiva				Pré 6,7680%				
Posição ativa	Votorantim	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	-	-	257.035	257.035
Posição passiva				Pré 6,7650%				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	-	-	100.000	100.000
Posição passiva				98,90% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	-	-	100.000	100.000
Posição passiva				97,65% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	-	-	50.000	50.000
Posição passiva				97,85% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	-	-	130.106	130.106
Posição passiva				94,86% do CDI				
ViaOeste								
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	-	-	75.000	75.000
Posição passiva				100% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	-	-	75.000	75.000
Posição passiva				99,90% do CDI				
NovaDutra								
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	-	-	310.019	310.019
Posição passiva				101,20% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	-	-	310.019	310.019
Posição passiva				100,10% do CDI				
SPVias								
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (2)	IPCA + 6,38% a.a.	-	-	192.356	192.356
Posição passiva				101,00% do CDI				
NDFs								
Metrô Bahia								
Posição ativa	Merrill Lynch	28/03/2018	01/11/2018 (5)	USD	4.482	-	17.945	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,5692 e R\$ 3,5770				
Posição ativa	Itaú Unibanco	28/09/2018	01/02/2019 (5)	USD	1.362	6.000	5.453	19.848
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 4,0855				
Posição ativa	Merrill Lynch	29/03/2018	02/01/2019 (5)	EUR	4.926	2.015	22.928	7.998
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 4,1864 e R\$ 4,6590				
Posição ativa	Bradesco	29/06/2018	03/12/2018 (5)	EUR	2.450	-	11.404	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 4,6322				
ViaQuatro								
Posição ativa	Bradesco	28/02/2018	01/11/2018 (5)	USD	3.000	7.000	12.012	23.156
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3257				
Posição ativa	Votorantim	20/09/2017	01/02/2019 (5)	USD	6.400	9.710	25.625	32.121
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3003 e R\$ 3,3978				
Posição ativa	Merrill Lynch	20/09/2017	03/12/2018 (5)	USD	2.000	2.000	8.008	6.616
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3086				
Posição ativa	Bradesco	06/12/2017	01/03/2019 (5)	EUR	8.500	10.824	39.563	42.964
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 4,1050 e R\$ 4,2415				
Posição ativa	Votorantim	04/05/2018	03/12/2018 (5)	EUR	3.000	-	13.964	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 4,3670				
OPÇÕES DE COMPRA								
ViaQuatro								
Posição ativa	Vários (14)	20/07/2009	15/08/2022 (4)	Strike Call de Libor de 4,5% a.a.	77.649	116.238	310.899	384.515
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/2018							2.838.441	2.887.858

Notas Explicativas

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados	
					Moeda local		Moeda local	Recebidos/(Pagos)
					30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	30/09/2017
SWAP								
AutoBan								
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	623.727	603.691	(1.206)	(14.769)
Posição passiva				88,75% do CDI	(527.102)	(517.744)		
Posição ativa	Merrill Lynch	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	263.551	258.872	(744)	-
Posição passiva				Pré 6,7680%	(264.935)	(260.513)		
Posição ativa	Votorantim	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	263.551	258.872	(741)	-
Posição passiva				Pré 6,7650%	(264.932)	(260.506)		
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	132.463	128.527	(60)	(3.016)
Posição passiva				98,90% do CDI	(102.773)	(101.291)		
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	132.463	128.527	(18)	(2.935)
Posição passiva				97,65% do CDI	(102.638)	(101.112)		
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	66.232	64.264	(12)	(1.474)
Posição passiva				97,85% do CDI	(51.330)	(50.570)		
Posição ativa	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	164.816	159.919	(71)	(3.753)
Posição passiva				94,86% do CDI	(133.147)	(131.035)		
ViaOeste								
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	97.653	97.131	233	(3.584)
Posição passiva				100% do CDI	(75.161)	(76.549)		
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	97.458	97.170	227	(3.584)
Posição passiva				99,90% do CDI	(75.166)	(76.560)		
NovaDutra								
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	215.370	250.110	5.805	(3.462)
Posição passiva				101,20% do CDI	(177.438)	(209.979)		
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	215.094	249.842	5.880	(3.264)
Posição passiva				100,10% do CDI	(177.233)	(209.697)		
SPVias								
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (2)	IPCA + 6,38% a.a.	242.780	236.057	334	(5.480)
Posição passiva				101,00% do CDI	(198.212)	(195.499)		
NDEs								
Metrô Bahia								
Posição ativa	Merrill Lynch	28/03/2018	01/11/2018 (5)	USD	2.025	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,5692 e R\$ 3,5770				
Posição ativa	Itaú Unibanco	28/09/2018	01/02/2019 (5)	USD	(7)	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 4,0855				
Posição ativa	Merrill Lynch	29/03/2018	02/01/2019 (5)	EUR	1.397	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,1864 e R\$ 4,6590				
Posição ativa	Bradesco	29/06/2018	03/12/2018 (5)	EUR	249	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,6322				
ViaQuatro								
Posição ativa	Bradesco	28/02/2018	01/11/2018 (5)	USD	2.156	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3257				
Posição ativa	Votorantim	20/09/2017	01/02/2019 (5)	USD	4.424	423	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3003 e R\$ 3,3978				
Posição ativa	Merrill Lynch	20/09/2017	03/12/2018 (5)	USD	1.483	222	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3086				
Posição ativa	Bradesco	06/12/2017	01/03/2019 (5)	EUR	5.188	479	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,1050 e R\$ 4,2415				
Posição ativa	Votorantim	04/05/2018	03/12/2018 (5)	EUR	1.093	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,3670				
OPÇÕES DE COMPRA								
ViaQuatro								
Posição ativa	Vários (14)	20/07/2009	15/08/2022 (4)	Strike Call de Libor de 4,5% a.a.	91	47	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/2018					383.190	343.098	9.627	(45.321)
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017					-	(58.996)	(58.141)	(283.206)
TOTAL DAS OPERAÇÕES					383.190	284.102	(48.514)	(328.527)

Notas Explicativas

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Efeito acumulado			
					Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)	
					30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
SWAP								
AutoBAn								
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	96.625	85.947	-	-
Posição passiva				88,75% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	-	-	(1.384)	(1.641)
Posição passiva				Pré 6,7680%				
Posição ativa	Votorantim	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	-	-	(1.381)	(1.634)
Posição passiva				Pré 6,7650%				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	29.690	27.236	-	-
Posição passiva				98,90% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	29.825	27.415	-	-
Posição passiva				97,65% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	14.902	13.694	-	-
Posição passiva				97,85% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	31.669	28.893	-	(9)
Posição passiva				94,86% do CDI				
ViaOeste								
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	22.492	20.582	-	-
Posição passiva				100% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	22.292	20.610	-	-
Posição passiva				99,90% do CDI				
NovaDutra								
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	37.932	40.131	-	-
Posição passiva				101,20% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	37.861	40.145	-	-
Posição passiva				100,10% do CDI				
SP Vias								
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (2)	IPCA + 6,38% a.a.	44.568	40.558	-	-
Posição passiva				101,00% do CDI				
NDEs								
Metró Bahia								
Posição ativa	Merrill Lynch	28/03/2018	01/11/2018 (5)	USD	2.025	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,5692 e R\$ 3,5770				
Posição ativa	Itaú Unibanco	28/09/2018	01/02/2019 (5)	USD	-	69	(7)	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 4,0855				
Posição ativa	Merrill Lynch	29/03/2018	02/01/2019 (5)	EUR	1.397	203	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,1864 e R\$ 4,6590				
Posição ativa	Bradesco	29/06/2018	03/12/2018 (5)	EUR	249	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,6322				
ViaQuatro								
Posição ativa	Bradesco	28/02/2018	01/11/2018 (5)	USD	2.156	222	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3257				
Posição ativa	Votorantim	20/09/2017	01/02/2019 (5)	USD	4.424	423	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3003 e R\$ 3,3978				
Posição ativa	Merrill Lynch	20/09/2017	03/12/2018 (5)	USD	1.483	222	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3086				
Posição ativa	Bradesco	06/12/2017	01/03/2019 (5)	EUR	5.188	479	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,1050 e R\$ 4,2415				
Posição ativa	Votorantim	04/05/2018	03/12/2018 (5)	EUR	1.093	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,3670				
OPÇÕES DE COMPRA								
ViaQuatro								
Posição ativa	Vários (14)	20/07/2009	15/08/2022 (4)	Strike Call de Libor de 4,5% a.a.	91	47	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/2018					385.962	346.876	(2.772)	(3.284)
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017					-	37.556	-	(97.046)
TOTAL DAS OPERAÇÕES					385.962	384.432	(2.772)	(100.330)
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE					191.419	118.027	(2.772)	(73.126)
TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTE					194.543	266.405	-	(27.204)

Notas Explicativas

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Resultado			
					Ganho/(Perda) em resultado		Ganho/(Perda) em resultado abrangente	
					30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
SWAP								
AutoBAn								
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	9.472	8.401	-	-
Posição passiva				88,75% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	(487)	(934)	-	-
Posição passiva				Pré 6,7680%				
Posição ativa	Votorantim	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	(488)	(926)	-	-
Posição passiva				Pré 6,7650%				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	2.394	5.201	-	-
Posição passiva				98,90% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	2.392	5.161	-	-
Posição passiva				97,65% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	1.196	2.584	-	-
Posição passiva				97,85% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	2.714	5.860	-	-
Posição passiva				94,86% do CDI				
ViaOeste								
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	2.143	3.903	-	-
Posição passiva				100% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	1.909	3.784	-	-
Posição passiva				99,90% do CDI				
NovalDutra								
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	3.606	7.655	-	-
Posição passiva				101,20% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	3.596	7.575	-	-
Posição passiva				100,10% do CDI				
SPVias								
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (2)	IPCA + 6,38% a.a.	4.344	10.183	-	-
Posição passiva				101,00% do CDI				
NDEs								
Metrô Bahia								
Posição ativa	Merrill Lynch	28/03/2018	01/11/2018 (5)	USD	-	-	2.025	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,5692 e R\$ 3,5770				
Posição ativa	Itaú Unibanco	28/09/2018	01/02/2019 (5)	USD	-	-	(76)	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 4,0855				
Posição ativa	Merrill Lynch	29/03/2018	02/01/2019 (5)	EUR	-	-	1.194	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,1864 e R\$ 4,6590				
Posição ativa	Bradesco	29/06/2018	03/12/2018 (5)	EUR	-	-	249	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,6322				
ViaQuatro								
Posição ativa	Bradesco	28/02/2018	01/11/2018 (5)	USD	-	-	1.934	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3257				
Posição ativa	Votorantim	20/09/2017	01/02/2019 (5)	USD	-	-	4.001	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3003 e R\$ 3,3978				
Posição ativa	Merrill Lynch	20/09/2017	03/12/2018 (5)	USD	-	-	1.261	44
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3086				
Posição ativa	Bradesco	06/12/2017	01/03/2019 (5)	EUR	-	-	4.709	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,1050 e R\$ 4,2415				
Posição ativa	Votorantim	04/05/2018	03/12/2018 (5)	EUR	-	-	1.093	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,3670				
OPÇÕES DE COMPRA								
ViaQuatro								
Posição ativa	Vários (14)	20/07/2009	15/08/2022 (4)	Strike Call de Libor de 4,5% a.a.	44	(128)	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/2018					32.835	58.319	16.390	44
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017					(11.519)	(145.906)	12.868	(15.234)
TOTAL DAS OPERAÇÕES					21.316	(87.587)	29.258	(15.190)

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.
- (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.
- (3) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.
- (4) As opções de compra foram divididas em 54 tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com vencimentos semestrais entre agosto de 2009 e fevereiro de 2023.

Notas Explicativas

- (5) Refere-se a contratos que englobam várias *NDF's* com vencimentos e valores nominais distintos conforme indicado abaixo:

Empresas	Contraparte	Data de contratação	Vencimento	Nocional em US\$ mil	Taxa forward (R\$/US\$)
Metrô Bahia	Merrill Lynch	04/05/2018	01/10/2018	2.241	3,5692
Metrô Bahia	Merrill Lynch	04/05/2018	01/11/2018	2.241	3,5770
Metrô Bahia	Itaú Unibanco	28/09/2018	01/02/2019	1.362	4,0855
ViaQuatro	Bradesco	28/02/2018	01/11/2018	3.000	3,3257
ViaQuatro	Votorantim	20/09/2017	01/11/2018	2.000	3,3003
ViaQuatro	Votorantim	06/12/2017	01/02/2019	4.400	3,3978
ViaQuatro	Merrill Lynch	20/09/2017	03/12/2018	2.000	3,3086

	Contraparte	Data de contratação	Vencimento	Nocional em EUR mil	Taxa forward (R\$/EUR)
Metrô Bahia	Merrill Lynch	29/03/2018	01/10/2018	2.476	4,1864
Metrô Bahia	Merrill Lynch	29/06/2018	02/01/2019	2.450	4,6590
Metrô Bahia	Bradesco	29/06/2018	03/12/2018	2.450	4,6322
ViaQuatro	Bradesco	06/12/2017	02/01/2019	5.500	4,1050
ViaQuatro	Bradesco	28/02/2018	01/03/2019	3.000	4,2415
ViaQuatro	Votorantim	04/05/2018	03/12/2018	3.000	4,3670

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Riscos cambiais	(17.398)	(144.947)
Riscos de juros	38.714	57.360
Total	21.316	(87.587)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Notas Explicativas

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Metrô Bahia						
Compromissos em Dólar	Novembro de 2018	14.427	Aumento da cotação do USD	-	(4.452)	(8.059)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Novembro de 2018	(14.427)	Diminuição da cotação do USD	-	4.452	8.059
Compromissos em Euro	Janeiro de 2019	22.807	Aumento da cotação do Euro	-	(5.745)	(11.447)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Janeiro de 2019	(22.807)	Diminuição da cotação do Euro	-	5.745	11.447
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
ViaQuatro						
Compromissos em USD	Fevereiro de 2019	45.644	Aumento da cotação do USD	-	(18.910)	(30.321)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Fevereiro de 2019	(45.644)	Diminuição da cotação do USD	-	18.910	30.321
Compromissos em Euro	Março de 2019	53.527	Aumento da cotação do Euro	-	(18.505)	(31.887)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Março de 2019	(53.527)	Diminuição da cotação do Euro	-	18.505	31.887
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	-	-
Moedas em 28/09/2018:						
		Dólar (2)		4,0039	5,0049	6,0059
		Euro (2)		4,6545	5,8181	6,9818

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

(2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 28/09/2018, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$ (8)		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
				Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
Debêntures - 10ª Emissão	Aumento do CDI	Junho de 2020	CCR	305.925	(20.891)	(31.368)
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	Aumento do CDI	Novembro de 2020	CCR	482.351	(33.623)	(48.993)
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª Série	Aumento do CDI	Novembro de 2022	CCR	681.520	(50.023)	(71.815)
Debêntures - 11ª Emissão - 3ª Série	Aumento do CDI	Novembro de 2024	CCR	401.522	(31.801)	(44.709)
Debêntures - 11ª Emissão - 4ª Série	Aumento do IPCA	Novembro de 2024	CCR	186.728	(20.170)	(24.653)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)	Novembro de 2024	CCR	1.188.073	74.999	112.479
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (7)		CCR	244.897	15.826	23.743
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (7)		CCR	128.875	8.201	12.301
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (7)		CCR	394.445	25.102	37.651
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (7)		CCR	2.108	131	197
				(32.249)	(33.706)	(35.167)
				Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
				Exposição em R\$ (8)		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
				Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	621.497	(2.539)	(2.803)
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	AutoBAN	(72.054)	(80.485)	(88.916)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	AutoBAN	757.117	(77.592)	(86.635)
Debêntures - 8ª Emissão	Aumento do IPC-A	Julho de 2022	AutoBAN	302.107	(21.027)	(31.582)
Debêntures - 9ª Emissão	Aumento do CDI	Agosto de 2021	AutoBAN	738.913	(26.301)	(26.301)
Notas Promissórias - 5ª Emissão	Aumento do CDI	Outubro de 2020	AutoBAN	(621.497)	(62.648)	(75.211)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	AutoBAN	2.272	2.539	2.803
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	AutoBAN	323.919	33.052	36.920
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	AutoBAN	(161.213)	16.450	18.375
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	AutoBAN	527.244	(1.267)	(1.583)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	AutoBAN	257.098	(16.122)	(20.153)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	AutoBAN	133.673	(8.090)	(10.112)
Swap CDI x Prefixado (ponta ativa)	Diminuição do CDI	Outubro de 2018	AutoBAN	(527.244)	1.267	1.583
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)	Outubro de 2018	AutoBAN	791.894	62.482	74.971
				(145.489)	(168.557)	(191.647)
				Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
				Exposição em R\$ (8)		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
				Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	ViaOeste	190.054	(18.964)	(23.294)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	ViaOeste	293.560	(32.630)	(39.698)
Debêntures - 7ª Emissão	Aumento do CDI	Novembro de 2020	ViaOeste	337.408	(22.764)	(28.467)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	ViaOeste	(190.244)	18.983	21.151
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	ViaOeste	150.332	(9.562)	(11.952)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)	Setembro de 2019	ViaOeste	250.841	15.835	19.792
				(49.102)	(56.769)	(64.444)

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Exposição em R\$ (8)	Cenário provável	Cenário A 25%
Hedge (opções) de taxa de juros (6)				91	-	-
Debêntures: 5ª Emissão - 1ª Série	Aumento da Libor de 6 meses (4)	Fevereiro de 2023	Via Quatro	730.520	(64.022)	(87.690)
Debêntures: 5ª Emissão - 2ª Série	Aumento do CDI	Março de 2028	Via Quatro	528.586	(63.029)	(75.849)
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	Aumento do IPCA	Março de 2028	Via Quatro	101.671	6.334	9.497
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (7)		Via Quatro	215.079	13.581	20.369
Efeito líquido	Diminuição do CDI (7)		Via Quatro	(107.136)	(120.406)	(133.673)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do CDI	Abril de 2024	Rodo Anel Oeste	825.895	(63.201)	(95.076)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		Rodo Anel Oeste	32.728	2.066	3.099
Efeito líquido	Diminuição do CDI (7)		Rodo Anel Oeste	(61.135)	(76.534)	(91.977)
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	Rodo Norte	168.877	(17.696)	(21.739)
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	Rodo Norte	108.755	(11.816)	(14.428)
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série	Aumento do CDI	Novembro de 2020	Rodo Norte	225.599	(15.258)	(22.906)
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	Rodo Norte	183.817	(16.966)	(21.317)
Debêntures - 7ª Emissão	Aumento do CDI	Julho de 2021	Rodo Norte	151.417	(10.838)	(16.285)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		Rodo Norte	184.487	11.646	17.466
Efeito líquido	Diminuição do CDI (7)		Rodo Norte	(60.928)	(70.065)	(79.209)
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Agosto de 2020	Nova Dutra	418.914	(47.017)	(57.113)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	Nova Dutra	(209.534)	23.517	28.567
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	Nova Dutra	177.275	(11.468)	(17.202)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	Nova Dutra	(209.269)	23.487	28.531
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	Nova Dutra	177.219	(11.336)	(17.004)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		Nova Dutra	120.030	7.577	11.364
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (7)		Nova Dutra	48.670	2.986	4.476
Efeito líquido	Diminuição do CDI (7)		Nova Dutra	(12.254)	(15.317)	(18.381)

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado			
				Exposição em R\$ (8)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do CDI	Agosto de 2022	SPVias	1.109.682	(81.254)	(101.676)	(122.141)
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Abril de 2020	SPVias	233.906	(26.195)	(29.013)	(31.831)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Abril de 2020	SPVias	(233.906)	26.195	29.013	31.831
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2020	SPVias	197.976	(12.781)	(15.976)	(19.172)
BNDES	Aumento da TJLP	Janeiro de 2019	SPVias	9.697	(266)	(311)	(356)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁷⁾		SPVias	128.245	8.096	10.119	12.141
Efeito líquido				(86.205)	(107.844)	(129.528)	
Debêntures - 2ª Emissão	Aumento do CDI	Outubro de 2019	Metró Bahia	519.814	(45.007)	(53.421)	(61.833)
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do CDI	Mai de 2020	Metró Bahia	128.477	(9.832)	(12.307)	(14.790)
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do CDI	Novembro de 2019	Metró Bahia	412.633	(32.681)	(39.314)	(45.946)
BNDES	Aumento da TJLP	Outubro de 2042	Metró Bahia	3.071.714	(308.885)	(360.033)	(411.192)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁷⁾		Metró Bahia	66.484	4.197	5.246	6.294
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁷⁾		Metró Bahia	37.192	2.325	2.906	3.487
Efeito líquido				(389.883)	(456.923)	(523.980)	
Debêntures - 2ª Emissão	Aumento do IPC-A	Julho de 2020	ViaLagos	177.574	(21.669)	(23.827)	(25.986)
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do CDI	Julho de 2020	ViaLagos	41.608	(2.992)	(3.743)	(4.496)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁷⁾		ViaLagos	27.208	1.718	2.147	2.576
Notas Promissórias - 10ª Emissão	Aumento do CDI	Abril de 2019	Samm	55.815	(2.119)	(2.641)	(3.160)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁷⁾		Samm	17.379	1.097	1.371	1.645
BNDES	Aumento da TJLP	Março de 2039	MSVia	679.956	(59.047)	(70.367)	(81.690)
CEF (REPASSE BNDES)	Aumento da TJLP	Março de 2039	MSVia	53.858	(4.677)	(5.574)	(6.471)
CEF (REPASSE BNDES)	Aumento da TJLP	Março de 2039	MSVia	129.308	(11.229)	(13.382)	(15.535)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁷⁾		MSVia	10.720	677	846	1.015
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁷⁾		MSVia	5.288	341	426	511
Efeito líquido				(97.900)	(114.744)	(131.591)	

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado			
				Exposição em R\$ (8)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	Aumento da TJLP	Novembro de 2018	BH Airport	421.598	(5.171)	(6.018)	(6.853)
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	Diminuição do CDI (7)		BH Airport	106.496	6.634	8.291	9.947
Loan Facility Agreement	Aumento da Libor de 6 meses (4)	Outubro de 2022	CCR España Empreendimentos	287.558	(18.540)	(20.439)	(22.339)
Loan Facility Agreement	Aumento da Libor de 6 meses (4)	Setembro de 2020	CCR Espanha	262.302	(14.042)	(15.766)	(17.489)
Loan Facility Agreement	Aumento da Libor de 3 meses (5)	Fevereiro de 2019	TAS	40.257	(726)	(818)	(911)
Loan Facility Agreement	Aumento da Libor de 3 meses (5)	Janeiro de 2019	TAS	7.249	(122)	(137)	(152)
Loan Facility Agreement	Aumento da Libor de 3 meses (5)	Julho de 2019	TAS	32.310	(1.198)	(1.368)	(1.537)
Debêntures - 1ª Emissão	Aumento da Libor de 6 meses (4)	Abril de 2021	ViaMobilidade	618.205	(50.592)	(60.554)	(70.515)
Aplicação financeira (CDB)	Aumento do CDI		ViaMobilidade	60.741	3.865	4.832	5.798
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI (7)		CIP	72	4	6	7
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		Barcas	3.156	199	249	299
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		CIUS	15.473	977	1.221	1.465
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		CPC	64.629	4.080	5.099	6.119
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		SPCP	16.882	1.066	1.332	1.598
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		Inovap5	587	37	46	56
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		ATP	3.002	189	237	284
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		Ponte	1.291	81	102	122
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		CPA	913	52	65	78
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (7)		SPAC	535	33	42	50
				(73.174)		(83.578)	(93.973)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(1.115.455)		(1.304.443)	(1.493.570)
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos				(1.385.397)		(1.641.846)	(1.898.423)
Efeito sobre as aplicações financeiras				269.942		337.403	404.853
Total do efeito de ganho ou (perda)				(1.115.455)		(1.304.443)	(1.493.570)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :							
	CDI ⁽²⁾			6,39%		7,99%	9,59%
	IPC-A ⁽³⁾			4,69%		5,87%	7,04%
	LIBOR 6 meses ⁽⁴⁾			2,6039%		3,2549%	3,9058%
	LIBOR 3 meses ⁽⁵⁾			2,3984%		2,9980%	3,5976%
	TJLP ⁽⁶⁾			6,56%		8,20%	9,84%

Notas Explicativas

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (6) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 28/09/2018, divulgada pela B3/CETIP;
 (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
 (4) Refere-se às taxas Libor de 6 meses em 28/09/2018, divulgada pela Intercontinental Exchange (ICE);
 (5) Refere-se às taxas Libor de 3 meses em 28/09/2018, divulgada pela Intercontinental Exchange (ICE);
 (6) Refere-se à taxa de 28/09/2018, divulgada pelo BNDES;
 (7) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
 (8) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 28/09/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

23. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até fevereiro de 2018 para a ViaOeste e abril de 2018 para AutoBAn, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor Nominal		Valor Presente	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
AutoBAn	-	114.853	-	113.692
ViaOeste	-	11.774	-	11.703
	-	126.627	-	125.395

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 126.627, sendo R\$ 104.826 em caixa e R\$ 21.801 através de encontro de contas financeiro referente ao direito de outorga fixa (R\$ 308.187 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, sendo R\$ 244.734 em caixa e R\$ 63.453 através de encontro de contas financeiros).

A AutoBAn reteve 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

Notas Explicativas

Outorga variável - AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste e SPVias

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa 11c).

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 46.602 referente ao direito de outorga variável (R\$ 46.449 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017).

Outorga variável - Curaçao Airport

Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 16% sobre a receita aeronáutica e não aeronáutica.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 14.321 (R\$ 12.900 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017).

Outorga variável - BH Airport

Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da concessionária, deduzida do percentual de 26,4165% sobre as receitas tarifárias, referente a incorporação do ATAERO às receitas reguladas, líquido de PIS e Cofins.

A contribuição variável é paga anualmente no mês de maio. Em 11 de maio de 2018, foi pago o montante de R\$ 11.263 (R\$ 10.653 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017). Em 30 de setembro de 2018, o montante provisionado é de R\$ 9.323 (R\$ 11.260 em 31 de dezembro de 2017).

Outorga variável – ViaMobilidade

Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 1% sobre a receita operacional bruta.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 127.

b. Compromissos relativos às concessões

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário de cada concessionária:

Notas Explicativas

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
AutoBAn	30.756	72.713
NovaDutra	283.199	305.522
RodoAnel Oeste (a)	483.370	488.643
RodoNorte (a)	538.958	858.976
SPVias	173.011	244.456
ViaLagos	46.953	47.561
ViaOeste	315.227	325.983
MSVia	4.514.069	4.410.718
BH Airport (a) (b)	945.424	945.028
ViaQuatro (a)	232.025	327.172
ViaMobilidade (a) (b)	71.823	-
	<u>7.634.815</u>	<u>8.026.772</u>

(a) Os valores representam 100% da concessionária;

(b) Referem-se a melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pelas concessionárias, sem considerar gatilhos adicionais. Os valores estão atualizados pelo IPCA e IPC-Fipe, respectivamente, para BH Airport e a ViaMobilidade, até a data da última atualização da tarifa.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

c. Outorga Variável

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
AutoBAn	2.766	2.817
ViaOeste	1.241	1.372
RodoAnel Oeste	325	351
SPVias	896	930
Curaçao	-	338
BH Airport	9.323	11.259
ViaMobilidade	138	-
	<u>14.689</u>	<u>17.067</u>

d. Contribuição fixa - BH Airport

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

Notas Explicativas

	30/09/2018		31/12/2017	
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
Circulante	81.142	79.362	78.551	77.440
Não circulante	2.187.326	1.527.744	2.195.953	1.503.480
	<u>2.268.468</u>	<u>1.607.106</u>	<u>2.274.504</u>	<u>1.580.920</u>
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
2018	-	-	78.551	77.440
2019	81.142	79.362	78.551	74.828
2020	81.142	76.775	78.551	72.323
2021 em diante (a)	2.106.184	1.450.969	2.038.851	1.356.329
	<u>2.268.468</u>	<u>1.607.106</u>	<u>2.274.504</u>	<u>1.580.920</u>

- (a) Contemplam as parcelas vencidas em maio de 2016 e 2017, pagas via depósito judicial em 09 de maio de 2016 e 12 de maio de 2017, respectivamente. Os depósitos foram efetuados em decorrência de pleitos de reequilíbrios contratuais em favor da concessionária, no montante de R\$ 148.585.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão está sendo liquidado em 30 parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Em 04 de maio de 2018, foi pago o montante de R\$ 76.325 referente a parcela fixa anual.

Notas Explicativas

24. Segmentos Operacionais

	Concessões rodoviárias	Concessões de transporte de passageiros	Concessões aeroportuárias	Concessão de transporte marítimo	Não alocados	Consolidado
Informações relativas a 01/07/2018 a 30/09/2018						
Receitas de pedágio	1.698.779	-	-	-	-	1.698.779
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	195.127	83.563	27.409	-	-	306.099
Receitas administrativas	990	1.118	-	-	-	2.108
Receita de serviços de fibra óptica	-	-	-	-	23.992	23.992
Receitas aeroportuárias	-	-	116.801	-	82.971	199.772
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	67.307	-	-	-	67.307
Receitas acessórias	23.819	11.367	-	1.821	153	37.160
Receitas aquaviárias	-	-	-	32.507	-	32.507
Receitas metroviárias	-	211.516	-	-	-	211.516
Receitas de serviços entre partes relacionadas	-	-	-	-	9.169	9.169
Receitas financeiras	97.388	26.756	11.951	2.188	43.682	181.965
Despesas financeiras	(270.579)	(66.333)	(69.008)	(1.158)	(50.941)	(458.019)
Depreciação e amortização	(291.604)	(33.508)	(19.388)	(6.627)	(23.024)	(374.151)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	437.012	54.752	(322)	(16.246)	(124.088)	351.108
Imposto de renda e contribuição social	(203.658)	(25.880)	21.090	-	19.261	(189.187)
Resultado de equivalência patrimonial	9.294	3.252	38.324	-	(1)	50.869
Informações relativas a 01/01/2018 a 30/09/2018						
Receitas de pedágio	4.858.779	-	-	-	-	4.858.779
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	590.243	577.169	68.509	-	-	1.235.921
Receitas administrativas	3.292	1.946	-	-	-	5.238
Receita de serviços de fibra óptica	-	-	-	-	71.134	71.134
Receitas aeroportuárias	-	-	322.981	-	216.409	539.390
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	200.161	-	-	-	200.161
Receitas acessórias	71.991	33.373	-	5.283	387	111.034
Receitas aquaviárias	-	-	-	92.798	-	92.798
Receitas metroviárias	-	549.507	-	-	-	549.507
Receitas de serviços entre partes relacionadas	-	-	-	-	18.239	18.239
Receitas financeiras	268.043	126.885	48.888	5.677	162.066	611.559
Despesas financeiras	(715.216)	(244.675)	(182.897)	(2.417)	(169.058)	(1.314.263)
Depreciação e amortização	(810.476)	(82.175)	(52.364)	(19.488)	(71.813)	(1.036.316)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	1.271.070	158.742	(5.056)	(42.301)	(320.812)	1.061.643
Imposto de renda e contribuição social	(580.966)	(75.806)	48.992	1	33.977	(573.802)
Resultado de equivalência patrimonial	23.797	1.384	101.606	-	(456)	126.331
Informações relativas a 01/07/2017 a 30/09/2017						
Receitas de pedágio	1.706.052	-	-	-	-	1.706.052
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	247.744	172.200	28.806	-	-	448.750
Receitas administrativas	1.098	10	-	-	-	1.108
Receita de serviços de fibra óptica	-	-	-	-	21.331	21.331
Receitas aeroportuárias	-	-	98.950	-	58.753	157.703
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	65.526	-	-	-	65.526
Receitas acessórias	20.487	10.511	-	1.766	45	32.809
Receitas aquaviárias	-	-	-	31.616	-	31.616
Receitas metroviárias	-	144.636	-	-	-	144.636
Receitas de serviços entre partes relacionadas	(792)	-	-	-	4.644	3.852
Receitas financeiras	123.442	69.819	16.163	1.670	79.084	290.178
Despesas financeiras	(279.215)	(82.843)	(25.266)	(470)	(101.491)	(489.285)
Depreciação e amortização	(235.295)	(16.113)	(15.335)	(6.261)	(23.611)	(296.615)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	511.396	69.861	37.059	(9.744)	(124.956)	483.616
Imposto de renda e contribuição social	(234.084)	(25.055)	27.893	-	(14.220)	(245.466)
Resultado de equivalência patrimonial	614	(34)	26.464	-	1.456	28.500
Informações relativas a 01/01/2017 a 30/09/2017						
Receitas de pedágio	4.830.607	-	-	-	-	4.830.607
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	764.468	761.281	125.366	1	-	1.651.116
Receitas administrativas	3.815	23	-	-	-	3.838
Receita de serviços de fibra óptica	-	-	-	-	68.079	68.079
Receitas aeroportuárias	-	-	285.296	-	164.250	449.546
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	185.498	-	-	-	185.498
Receitas acessórias	62.362	18.968	-	5.153	135	86.618
Receitas aquaviárias	-	-	-	92.126	-	92.126
Receitas metroviárias	-	288.260	-	-	-	288.260
Receitas de serviços entre partes relacionadas	-	-	-	-	13.171	13.171
Receitas financeiras	476.688	96.146	56.625	5.048	316.369	950.876
Despesas financeiras	(1.120.715)	(184.407)	(102.886)	(17.038)	(346.935)	(1.771.981)
Depreciação e amortização	(679.840)	(30.918)	(41.109)	(18.827)	(67.422)	(838.116)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	1.255.322	104.822	64.491	(51.247)	88.720	1.462.108
Imposto de renda e contribuição social	(565.886)	(31.134)	48.338	1	(146.088)	(694.769)
Resultado de equivalência patrimonial	3.500	25.330	69.312	-	1.076	99.218

Notas Explicativas

	Concessões rodoviárias	Concessões de transporte de passageiros	Concessões aeroportuárias	Concessão de transporte marítimo	Não alocados	Consolidado
Informações relativas a 30 de setembro 2018						
Ativos dos segmentos divulgáveis	15.162.199	7.522.952	4.339.711	262.354	4.623.288	31.910.504
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	208.802	54.389	1.035.010	-	(2.272)	1.295.929
CAPEX	678.651	915.995	78.677	210	101.853	1.775.386
Passivos dos segmentos divulgáveis	(10.123.885)	(6.393.752)	(2.596.140)	(145.062)	(2.887.975)	(22.146.814)
Informações relativas a 31 de dezembro 2017						
Ativos dos segmentos divulgáveis	14.398.227	6.243.076	3.780.304	277.679	5.912.922	30.612.208
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	227.395	52.716	776.560	-	(1.650)	1.055.021
CAPEX	1.047.958	592.715	155.308	91	169.246	1.965.318
Passivos dos segmentos divulgáveis	(10.328.440)	(5.217.190)	(2.473.222)	(132.835)	(3.968.074)	(22.119.761)

25. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a.* Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Tributos a recuperar	(20.862)	-
Outras contas a pagar	65.247	93.669
Fornecedores - partes relacionadas	(2.098)	6.151
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	42.287	99.820
Adições do ativo imobilizado	(65.247)	(93.669)
Adições ao ativo intangível	2.098	(6.151)
Outros de ativo imobilizado e intangível	20.862	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(42.287)	(99.820)

- b.* A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

c. Reconciliação das atividades de financiamento

Controladora

	Empréstimos e Financiamento	Debêntures	Dividendos a pagar	Operações com derivativos	Aplicações financeira - conta reserva	Capital social	Total
Saldo Inicial	(405.771)	(2.511.715)	(300.158)	20.536	20.112	(6.023.198)	(9.200.194)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento							
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	187	-	-	-	-	187
Integralização de capital	-	-	-	-	-	256	256
Pagamentos de principal e juros	390.166	577.387	400.011	(10.564)	-	-	1.357.000
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	-	-	-	(18.003)	-	(18.003)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	390.166	577.574	400.011	(10.564)	(18.003)	256	1.339.440
Outras variações							
Despesas com juros, variação monetária e cambial	9.463	(116.320)	-	-	-	-	(106.857)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	6.142	-	-	(9.972)	-	-	(3.830)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(100.177)	-	-	-	(100.177)
Total das outras variações	15.605	(116.320)	(100.177)	(9,972)	-	-	(210.864)
Saldo Final	-	(2.050.461)	(324)	-	2.109	(6.022.942)	(8.071.618)

Notas Explicativas

Consolidado

	Empresísimos e Financiamento	Debêntures	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Participação dos acionistas não controladores	Operações com derivativos	AFA - partes relacionadas	Aplicações financeira - conta reserva	Capital social	Total
Saldo Inicial	(5.520.579)	(11.384.668)	(3.342)	(313.220)	(332.763)	284.102	(44.716)	20.170	(6.023.198)	(23.318.214)
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento										
Captações (líquidas dos custos de transação)	(547.490)	(4.415.274)	(1.200)	-	-	-	-	-	-	(4.963.964)
Pagamentos de principal e juros	1.381.057	3.922.124	1.201	-	-	-	-	-	-	5.304.382
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	-	33.091	-	-	-	33.091
Dividendos pagos	-	-	-	413.073	36.288	-	-	-	-	449.361
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	256	256
AFAC	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-	(3)
Participação dos acionistas controladores	-	-	-	-	(101.827)	-	-	-	-	(101.827)
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	-	-	-	-	-	-	(15.097)	-	(15.097)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	833.567	(493.150)	1	413.073	(65.539)	33.091	(3)	(15.097)	256	706.199
Outras variações										
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(342.089)	(775.927)	(3.970)	-	-	11.836	-	-	-	(1.110.150)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	9.087	27.703	-	-	-	38.738	-	-	-	75.528
Outras variações	(69.480)	-	3.783	(100.177)	28.152	15.423	-	-	-	(122.299)
Total das outras variações	(402.482)	(748.224)	(187)	(100.177)	28.152	65.997	-	-	-	(1.156.921)
Saldo Final	(5.089.494)	(12.626.042)	(3.528)	(324)	(370.150)	383.190	(44.719)	5.073	(6.022.942)	(23.768.936)

Notas Explicativas

26. Eventos subsequentes

Aquisição de participação - Aeris e IBSA

Em 1º de outubro de 2018, foi concluída a aquisição de 48,4% da Aeris e de 49,64% da IBSA, passando a Companhia a deter 97,15% e 99,64%, respectivamente, de participação acionária indireta nestas empresas. Pela aquisição total, foi pago USD 64.011 mil (valor atualizado até a data do pagamento).

Debêntures - NovaDutra

Em 05 de outubro de 2018, foi integralizada a 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 60.000, com vencimento em 20 de setembro de 2019. A remuneração é de 105,5% do CDI, com jutos e amortização a serem pagos no vencimento.

Aumento de capital - Metrô Bahia

Em 10 de outubro de 2018, foi aumentado o capital no valor de R\$ 263.000, aprovado na AGO de 27 de setembro de 2018, passando o capital social para R\$ 1.265.342.

Debêntures - AutoBAn

Em 15 de outubro de 2018, ocorreu a quitação da 5ª emissão de debêntures e dos respectivos contratos de *swap* que a protegiam.

Dividendos - CCR

Em 18 de outubro de 2018, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 0,39603960396 por ação, com pagamento a partir de 31 de outubro de 2018. A base acionária da distribuição foi a de 23 de outubro de 2018, sendo que as ações passaram a ser negociadas ex-dividendos a partir de 24 de outubro de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da

CCR S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CCR S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Processo interno de investigação

Conforme citado na Nota Explicativa nº1 às informações trimestrais, a Companhia, e determinadas entidades integrantes do Grupo CCR, foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos indevidos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Adicionalmente, em decorrência da 55ª fase da Lava Jato - Operação Integração - conduzida pela Polícia Federal, foram realizadas busca e apreensão de documentos na sede da Companhia, na sede de sua controlada RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., bem como na residência de executivos e ex-executivo do Grupo CCR. Conforme mencionado na referida nota, foi criado pelo Conselho de Administração da Companhia um Comitê de Investigação Independente que, em conjunto com assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, iniciou investigação para apuração dos fatos noticiados. A Companhia efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações trimestrais individuais e consolidadas acima citadas e concluiu que, se houver, tais efeitos não seriam materiais às mesmas. Todavia, as investigações ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos futuros à Companhia, bem como se haverá qualquer efeito da Lei 12.846/ 2013 em decorrência desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2018.

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 11:00 horas do dia 24 de outubro de 2018, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. PRESENÇA: Presente a totalidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal.
3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Maria Cecília Rossi e o Sr. Carl Douglas Gennaro Oliveira, como secretário.
4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a análise das Informações Trimestrais da Companhia, referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2018.
5. DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade de votos dos membros presentes e sem quaisquer restrições:
 - (i) Consignaram na presente ata que, durante o terceiro trimestre de 2018, visitaram algumas áreas operacionais do Grupo, tomaram conhecimento do plano de trabalho da auditoria interna, foram informados sobre os processos de compliance e respectivas estatísticas, tomaram conhecimento da estruturação em andamento acerca do tema de gestão corporativa de riscos, bem como receberam informações e estatísticas sobre o estoque de processos da Companhia;
 - (ii) Destacaram que foram informados acerca do andamento dos trabalhos descritos na nota explicativa de Contexto Operacional, das Informações Trimestrais da Companhia, referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2018; e
 - (iii) Examinaram as Informações Trimestrais da Companhia, referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2018 e, com base nos exames efetuados, considerando ainda as informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes, sobre a revisão dessas Informações Trimestrais da Companhia, bem como respectivos documentos complementares apresentados nesta reunião e arquivados na sede da Companhia, manifestaram-se favoravelmente às referidas Informações Trimestrais.
6. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário à lavratura desta ata. A reunião foi então reiniciada, a ata lida, achada em ordem, aprovada e assinada por todos os presentes.
São Paulo, 24 de outubro de 2018.

Maria Cecília Rossi

Presidente da Mesa

Carl Douglas Gennaro Oliveira

Secretário

Conselheiros:

Bruno Gonçalves Siqueira

Piedade Mota da Fonseca

Maria Cecília Rossi

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2018.

São Paulo, 25 de outubro de 2018.

Leonardo Couto Vianna

Diretor Presidente

Italo Roppa

Diretor Vice-Presidente de Negócios

José Braz Cioffi

Diretor Vice-Presidente de Negócios

Ricardo Antônio Mello Castanheira

Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

Antônio Linhares da Cunha

Diretor de Desenvolvimento Empresarial

Arthur Piotto Filho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Diretor de Negócios

Francisco de Assis Nunes Bulhões

Diretor de Comunicação e Sustentabilidade

Marcus Rodrigo de Senna

Diretor Jurídico

Paulo Cesar de Souza Rangel

Diretor de Negócios

Paulo Yukio Fukuzaki

Diretor de Planejamento, Controle e Riscos Corporativos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2018.

São Paulo, 25 de outubro de 2018.

Leonardo Couto Vianna

Diretor Presidente

Italo Roppa

Diretor Vice-Presidente de Negócios

José Braz Cioffi

Diretor Vice-Presidente de Negócios

Ricardo Antônio Mello Castanheira

Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

Antônio Linhares da Cunha

Diretor de Desenvolvimento Empresarial

Arthur Piotto Filho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Diretor de Negócios

Francisco de Assis Nunes Bulhões

Diretor de Comunicação e Sustentabilidade

Marcus Rodrigo de Senna

Diretor Jurídico

Paulo Cesar de Souza Rangel

Diretor de Negócios

Paulo Yukio Fukuzaki

Diretor de Planejamento, Controle e Riscos Corporativos